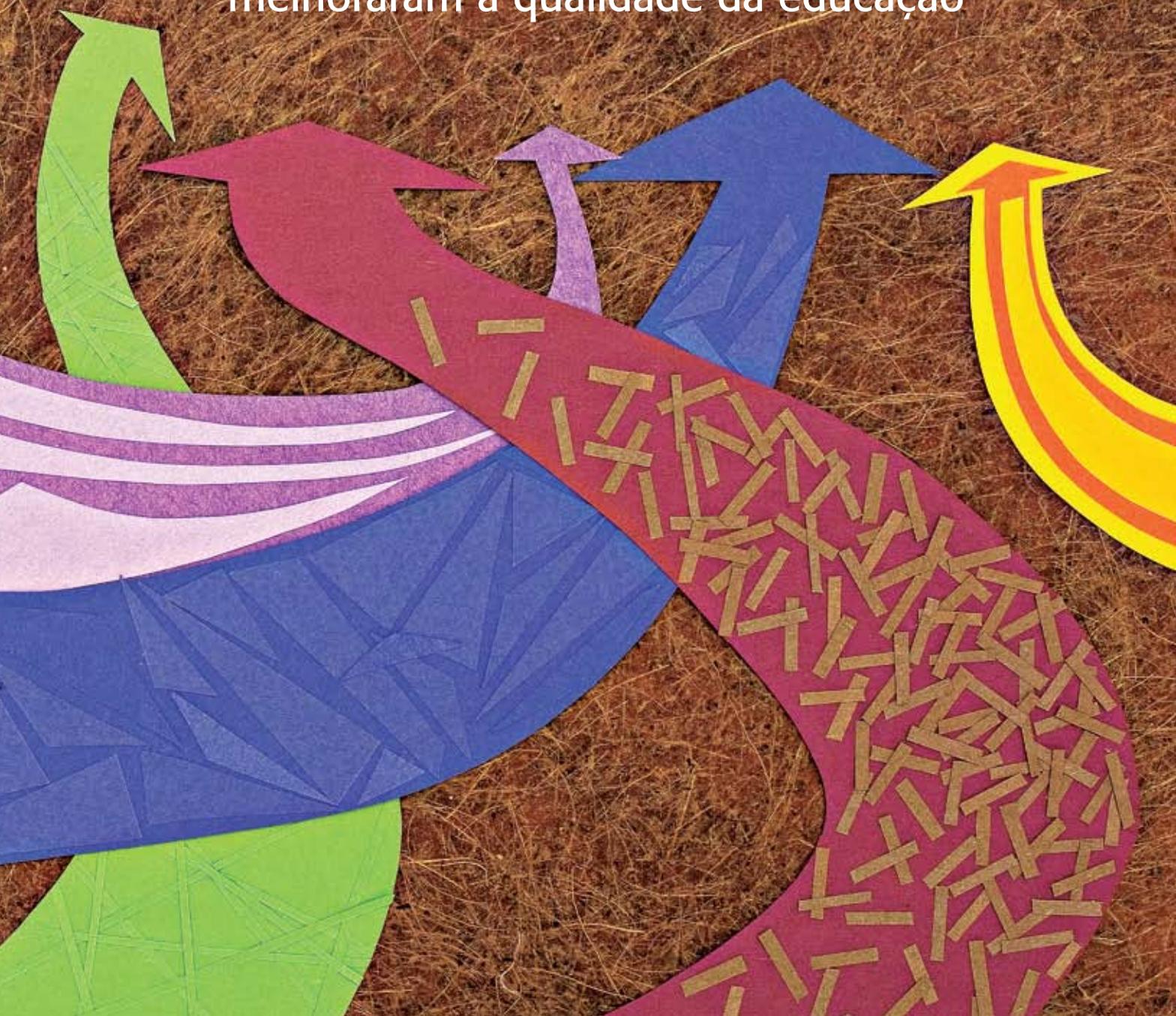
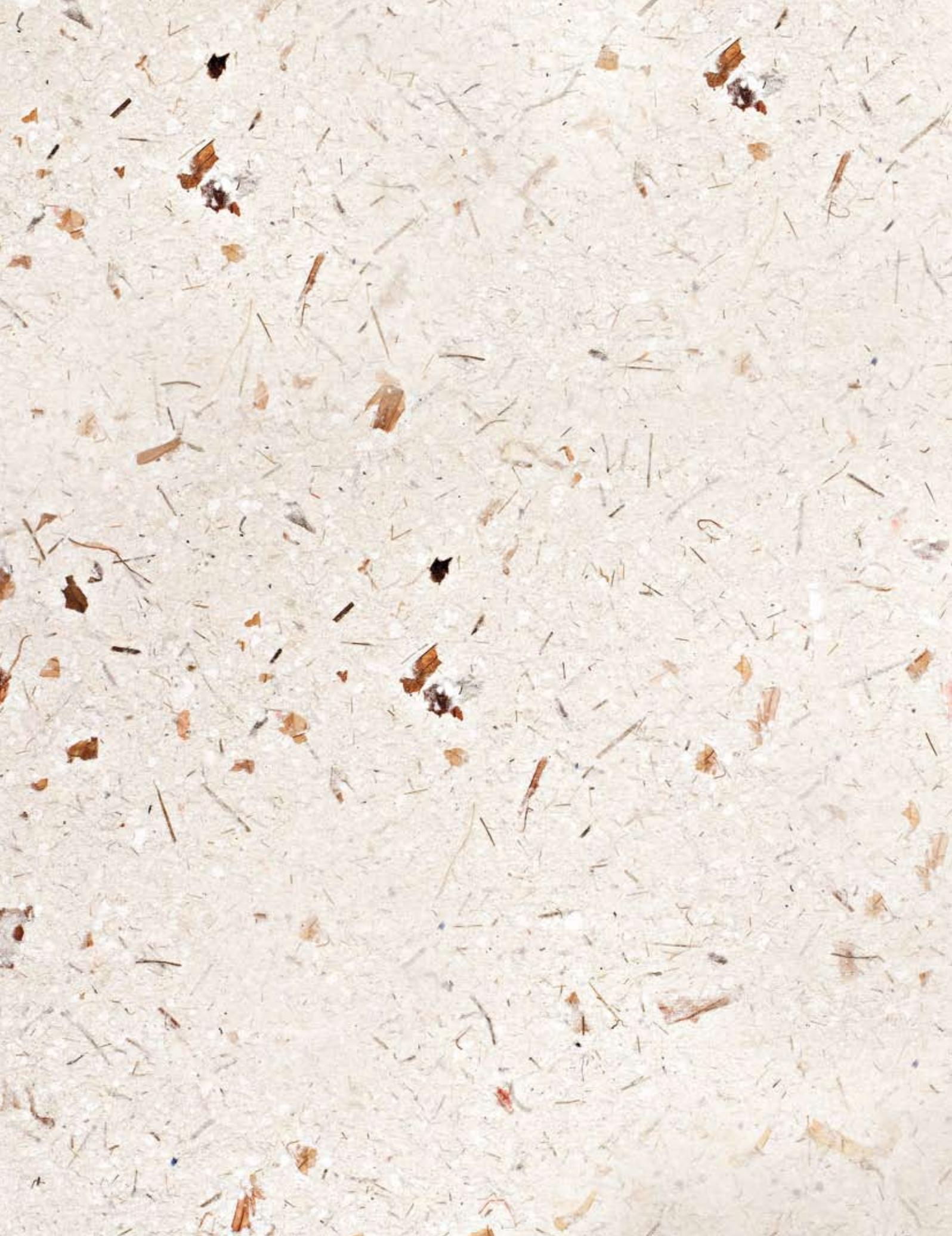


Caminhos do Direito de Aprender

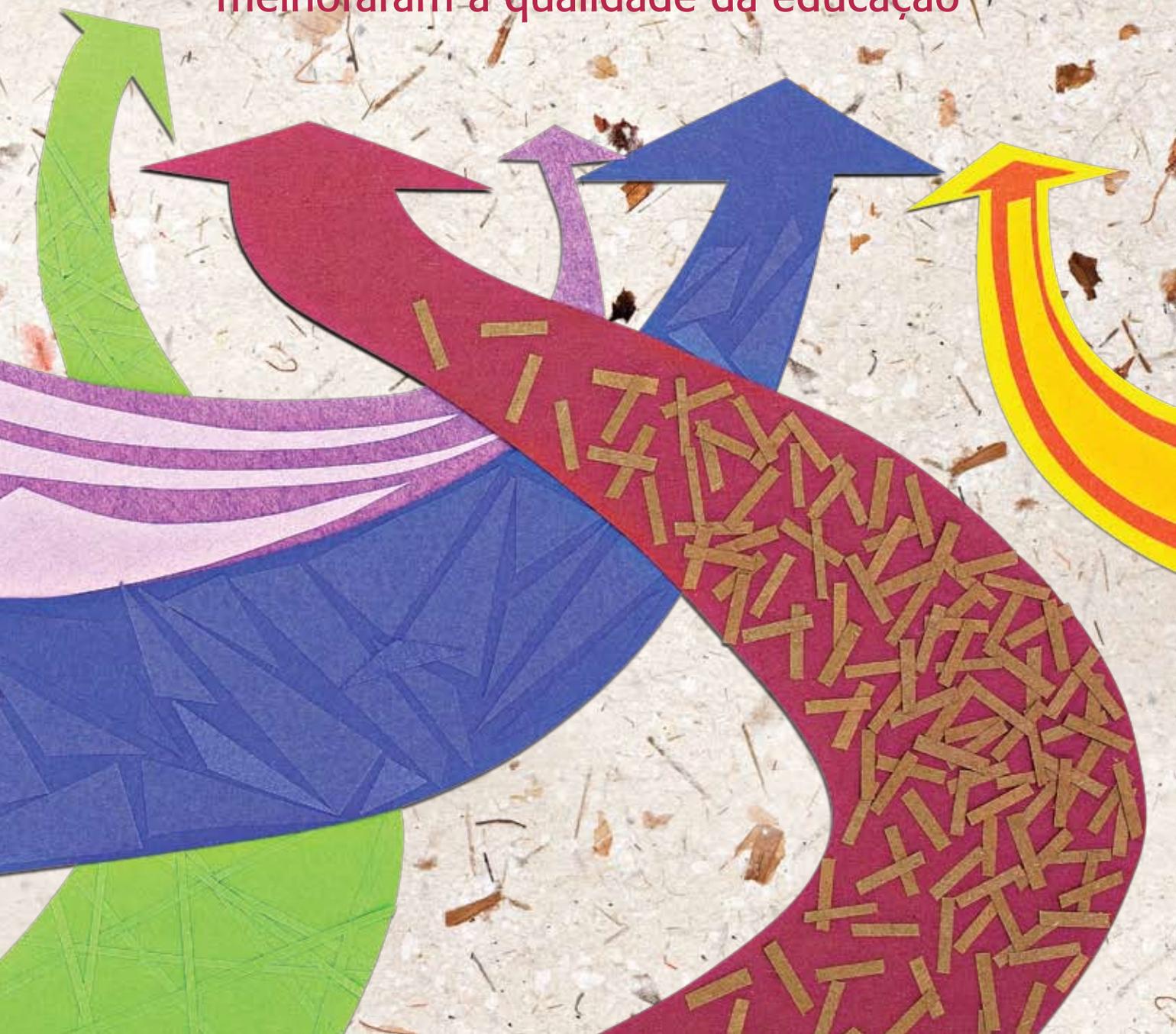
Boas práticas de 26 municípios que
melhoraram a qualidade da educação





Caminhos do Direito de Aprender

Boas práticas de 26 municípios que
melhoraram a qualidade da educação



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação/Coordenação UNICEF. – Brasília, DF: UNICEF, 2010.

ISBN: 978-85-87685-15-5

1. Avaliação educacional 2. Direito à educação 3. Educação - Brasil 4. Educação Básica
5. Gestão educacional 6. Pesquisa educacional 7. Qualidade do ensino.

10-06162

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Educação de qualidade: Relatório de avaliação 370.981
2. Qualidade na educação: Brasil: Relatório de avaliação 370.981

Caminhos do Direito de Aprender

**Boas práticas de 26 municípios que
melhoraram a qualidade da educação**

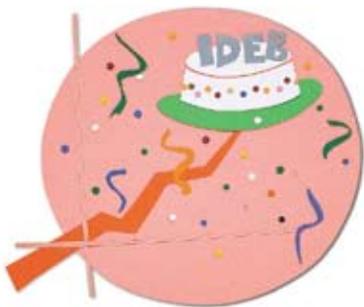
Brasília, 2010

UNICEF



A pesquisa passo a passo 10

“A que fatores você atribui o avanço do Ideb que a rede de seu município obteve entre 2005 e 2007?” Essa pergunta norteou a pesquisa, que buscou identificar o que foi relevante para a melhoria da qualidade da educação nas redes municipais



Avaliar, planejar, melhorar 16

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é reconhecido como importante instrumento de avaliação e monitoramento da qualidade do ensino e fator impulsionador em direção à garantia do direito de aprender



Catalisador das ações 26

A postura de liderança, compromisso e apoio assumida por gestores e dirigentes municipais de educação foi, segundo os entrevistados, fundamental para conseguir o avanço no Ideb entre 2005 e 2007 e garantir melhor desempenho da rede



Rotas do sucesso 34

Nos 26 municípios selecionados, diversas ações relacionadas à formação dos professores, às práticas pedagógicas e ao ambiente de aprendizagem contribuíram para a melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos estudantes



Suporte para a caminhada.....66

Práticas como a valorização dos profissionais da educação e a ampliação do tempo que professores e alunos passam na escola foram consideradas suporte fundamental para a caminhada dos municípios



Obstáculos a ultrapassar.....76

As redes identificaram como desafios a superar para que as conquistas e os avanços continuem questões relacionadas tanto aos currículos e à infraestrutura quanto à formação dos professores e ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos



Troca de experiências.....86

Você identifica na pesquisa a sua realidade? O material parece útil para sua gestão? Esses foram alguns dos pontos debatidos numa oficina sobre o estudo organizada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)



Anexos.....94

Metodologia e critérios usados para a escolha dos municípios que participaram do estudo e informações importantes para a sua contextualização

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

www.unicef.org.br

Representante

Marie-Pierre Poirier

Coordenadora do Programa de Educação do UNICEF no Brasil

Maria de Salette Silva

Oficial de Programas

Júlia Ribeiro

Assistente de Programas

Zélia Teles

Coordenador de Monitoramento e Avaliação

Márcio Carvalho

Assistente de Comunicação

Pedro Ivo Alcantara

PESQUISA DE CAMPO

Coordenação: Ana Luiza Oliva Buratto e Mônica Samia

Pesquisadores: Ana Cláudia da Silva Pereira, Clarice Valladares Silva, Cléa Maria da Silva Ferreira, Elizabeth Vieira Gomes, Fabíola Margeritha Bastos de Santana, Fernando Amorim, Jodete Gomes Fulgraf, Judite Lago Dultra, Luciane Lopes de Oliveira, Maíra D'Oliveira, Maria da Penha Silva Gomes, Maria Carmem Amoroso, Marta Lícia de Jesus e Sandra Maria Viana

Ministério da Educação (MEC)

www.mec.gov.br

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep)

www.inep.gov.br

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

www.undime.org.br

Presidenta (de 18/12/2007 a 7/5/2009)

Justina Iva de Araújo Silva

Dirigente municipal de educação de Natal (RN) até 31/12/2008

Presidente (a partir de 8/5/2009)

Carlos Eduardo Sanches

Dirigente municipal de educação de Castro (PR)

SECRETARIA EXECUTIVA

Área Executiva: Vivian Ka Fuhr Melcop

Área Administrativa: Cilene Portela, Fátima Soares, Gilmar Barros, Ismênia Vianez e Luciane Braga

Área de Comunicação Social: Celza Chaves, Heloísa Cristaldo, Manoel Filho, Nana Cunha, Natália Vergütz e Renata Dias Meireles

Área de Logística: José Maria de Lima e José Nilson de Melo

TEXTO E ARTE

Coordenação: Cross Content Comunicação

Edição: Andréia Peres (coordenação), Carmen Nascimento e Thereza Venturoli

Revisão: Regina Pereira

Checagem: Todotipo Editorial

Arte: Cristiano Rosa e José Dionísio Filho (editores)

Capa e ilustrações: Miriam Lust

Tratamento de imagens: Anderson Freire da Silva

Fotos: Acervo UNICEF, Undime e José Gabriel Lindoso (reproduções das ilustrações internas e da capa)

AGRADECIMENTO

Luiz Araújo

Um longo caminho

Desde 2006, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) vem investigando, por meio de pesquisas, o que pode ser feito, de norte a sul do país, para assegurar a toda – e a cada – criança o direito de aprender.

O primeiro estudo nesse sentido foi o *Aprova Brasil: O Direito de Aprender*, lançado em dezembro de 2006. A pesquisa identificou em 33 escolas participantes da Prova Brasil aspectos relacionados à gestão, à organização e ao funcionamento que poderiam ter contribuído para a melhor aprendizagem dos alunos.

Em 2008, a publicação *Redes de Aprendizagem – Boas Práticas de Municípios Que Garantem o Direito de Aprender* deu um passo a mais no caminho apontado pelo *Aprova Brasil*. O estudo buscou os motivos de sucesso de 37 redes municipais selecionadas a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do contexto socioeconômico dos alunos e de suas famílias.

Ao contrário das pesquisas anteriores, *Caminhos do Direito de Aprender* se concentrou no processo. Como o próprio nome sugere, o estudo analisou o trajeto de cada um dos 26 municípios visitados (um de cada estado) em direção a uma educação de qualidade. Todos os municípios selecionados tiveram avanços significativos no Ideb, embora alguns deles ainda não tenham alcançado a média nacional.

A pesquisa foi uma iniciativa do UNICEF e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Como nos demais estudos, as redes pesquisadas não creditaram os seus avanços a fórmulas complexas. Possivelmente, muitos dos caminhos encontrados estão sendo percorridos por outros municípios espalhados pelo país.

Em geral, as práticas e atitudes identificadas como responsáveis pela melhoria do Ideb são resultado de uma ampla mobilização. Gestão, escolas, professores, funcionários, alunos, pais e mães enfrentaram juntos o desafio de assegurar uma educação de qualidade.

Ao longo da publicação, há diversos quadros intitulados *Na trilha das boas práticas*. Eles trazem experiências pontuais que, de acordo com os entrevistados, contribuíram para os avanços nos municípios analisados. A demanda apareceu numa oficina sobre o estudo, realizada durante o 12º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em 2009, e o seu objetivo, assim como o da publicação como um todo, é um só: inspirar outras redes para que elas possam dar passos cada vez mais largos em direção à garantia do direito de aprender de toda (e de cada uma) criança brasileira.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
Ministério da Educação (MEC)

Resumo executivo

Esta publicação apresenta os resultados da pesquisa *Caminhos do Direito de Aprender*, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Diferentemente dos estudos anteriores, *Aprova Brasil*, de 2006, e *Redes de Aprendizagem*, de 2008¹, que identificaram primeiro as escolas e, depois, as redes que se destacaram pelo bom desempenho, o estudo analisou a caminhada (o processo) de cada um dos municípios pesquisados em direção a uma educação de qualidade.

Além de ter o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os municípios selecionados para a pesquisa precisavam estar entre os 5% que mais avançaram no Ideb de 2005 para 2007 ou constar entre os 20 municípios de maior Ideb em 2007 e ter, no mínimo, três escolas na rede (entre urbanas e rurais).

Para dar conta da diversidade brasileira, um município de cada um dos 26 estados participou do estudo. Outra variável considerada foi o tamanho da população. Foram analisados municípios de todas as faixas populacionais.

Entre as redes selecionadas, há municípios com Ideb abaixo da média nacional. Todos eles, no entanto, tiveram progressos significativos.

O que fez os municípios pesquisados avançarem no Ideb? Para responder a essa pergunta, foram entrevistados, entre outubro de 2008 e março de 2009, dirigentes municipais de educação, professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores pedagógicos e parceiros das redes. Cada um deles apontou as razões que acreditam ter sido importantes para os avanços.

Em todas as redes, o resultado do Ideb 2005 foi citado como fator desencadeador de mudanças. A partir de sua divulgação, os municípios se organizaram e enfrentaram o desafio de melhorar a qualidade da educação. A gestão foi apontada ainda como outro ingrediente fundamental para o sucesso.

Ações de formação e de apoio pedagógico também se destacaram. O apoio dado a professores e alunos para que eles possam aprender mais e melhor foi uma das iniciativas que, segundo os entrevistados, fizeram muita diferença.

Apesar de pouco citadas como responsáveis pelo avanço dos municípios, a existência de boas condições de trabalho, a valorização profissional e a ampliação do tempo na escola apareceram de forma recorrente em várias redes.

¹ As pesquisas estão disponíveis para download no site do UNICEF: www.unicef.org.br, em Biblioteca.

Também foram levantados alguns dos desafios que esses municípios ainda enfrentam em sua trajetória. De forma geral, eles dizem respeito aos currículos, à infraestrutura, à formação dos professores e ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, do qual a escola faz parte.

Apresentada durante o 12º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em 2009, a pesquisa foi discutida em uma oficina com representantes de 17 municípios com contextos muito diversos. Há redes como Catanduva (SP), que não possuem uma única escola rural, e outras como Nioaque (MS), em que a maioria das escolas está em assentamentos, aldeias indígenas e comunidades quilombolas. Os caminhos traçados pelos municípios que apresentaram avanços em geral apontaram para a mesma direção do estudo e estão sintetizados no capítulo *Troca de experiências*.

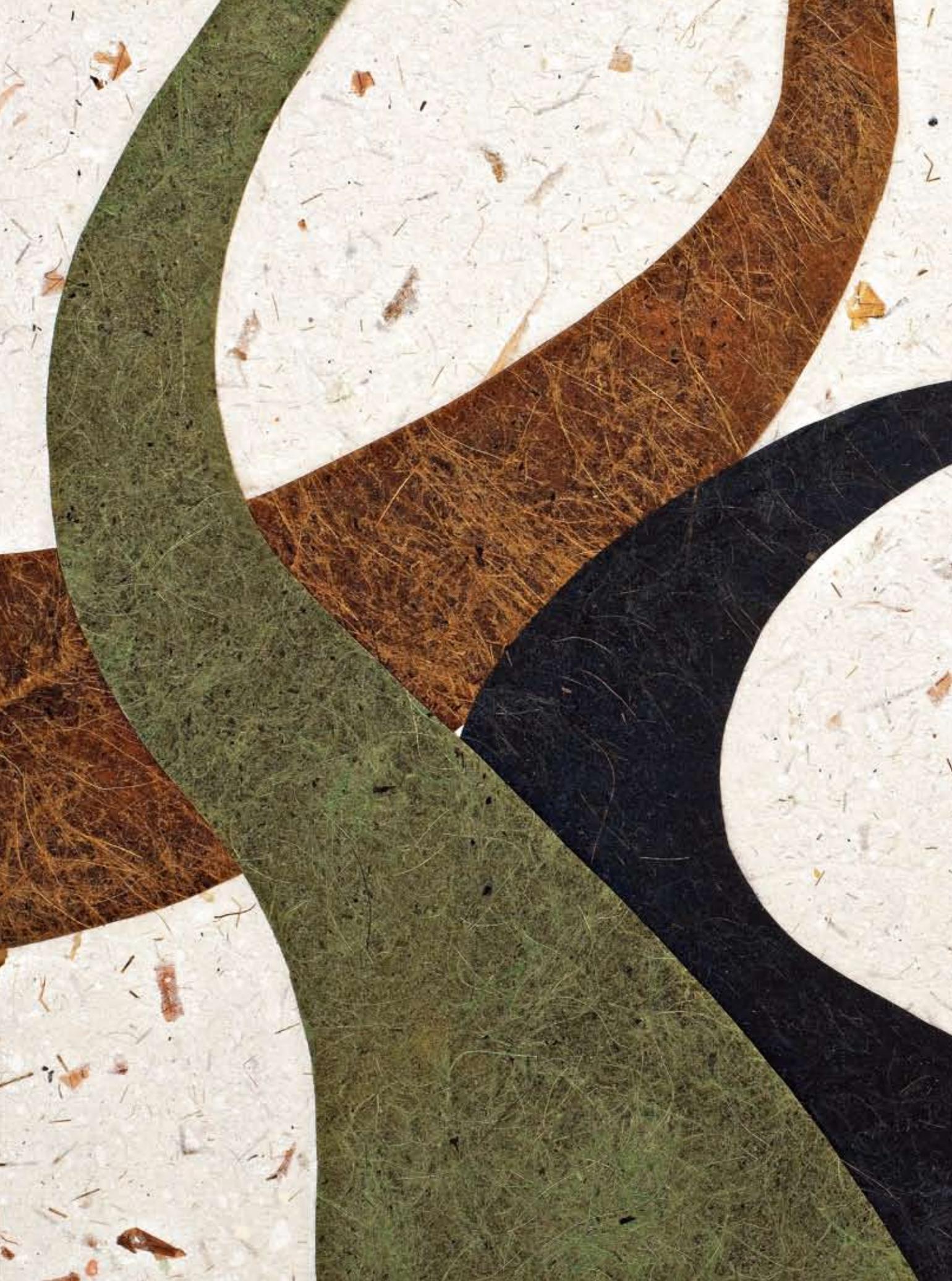
Ao analisar os aspectos que podem ter contribuído para o progresso das redes, o objetivo da publicação é inspirar e oferecer subsídios para que outros municípios também possam trilhar com sucesso seus próprios caminhos rumo à garantia do direito de aprender de todos os seus meninos e meninas – e de cada um deles.

A pesquisa passo a passo



“A que fatores você atribui o avanço do Ideb que a rede de seu município obteve entre 2005 e 2007?” Essa foi a pergunta que norteou toda a pesquisa. O estudo nasceu com o objetivo de identificar o que foi de fato relevante para a melhoria da qualidade da educação nas redes municipais selecionadas entre as que mais avançaram em cada estado do país”





Repare na capa deste livro. Ela lembra um passatempo, o labirinto, mas, diferentemente do que ocorre no jogo tradicional, não há apenas um caminho como alternativa e sim vários que, muitas vezes, se cruzam. Os trajetos também não são iguais. Há os mais longos e os mais curtos, estradas largas e estreitas.

A ilustração é uma colagem produzida com base em diferentes papéis e sintetiza, com arte, o principal objetivo do estudo *Caminhos do Direito de Aprender*: identificar os passos considerados mais relevantes para o avanço das redes municipais em relação à qualidade da educação.

Ao contrário das pesquisas anteriores¹, *Aprova Brasil*, de 2006, e *Redes de Aprendizagem*, de 2008, que identificaram escolas e redes que se destacaram pelo bom desempenho, o estudo teve como foco principal o processo. Analisou o trajeto que cada um dos municípios pesquisados percorreu para avançar em relação ao Ideb, sem perder de vista outros indicadores educacionais.

Três dimensões foram levadas em conta: práticas pedagógicas, formação de professores e ambiente de aprendizagem. Todas elas têm um caráter estruturante no cotidiano da comunidade escolar.

A pesquisa foi realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em cada um dos estados brasileiros.

Além de ter o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os municípios selecionados para a pesquisa precisavam estar entre os 5% que mais avançaram no Ideb de 2005 para 2007 ou constar entre os 20 municípios de maior Ideb em 2007.

Também foram levadas em conta para a seleção das redes diversas informações socioeconômicas: Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) de 2004, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000, Taxa de Abandono dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2007, Taxa de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2006 e proporção de alunos que estudam em escolas que possuem regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação.

Outra variável considerada foi o tamanho da população. A intenção foi ter no estudo municípios de diferentes tamanhos. A população foi separada em quatro faixas:

1. Até 10 mil habitantes
2. De 10.001 a 20 mil habitantes
3. De 20.001 a 100 mil habitantes
4. Mais de 100 mil habitantes

¹ As pesquisas estão disponíveis para download no site do UNICEF: www.unicef.org.br, em Biblioteca.

Para facilitar a escolha, foi feito um quadro dos municípios em cada estado, região e o tamanho de sua população com todos aqueles que estavam entre os 5% que mais avançaram no Ideb de 2005 para 2007 ou que ficaram entre os 20 de maior Ideb em 2007. Na sequência, os municípios foram classificados em ordem decrescente pelo avanço do Ideb, Ideb de 2007 e população, respectivamente.

Levando em conta todos esses critérios, os pesquisadores chegaram a 160 municípios. Inicialmente, a ideia era selecionar 25 municípios, com base na identificação dos cinco melhores de cada região. A questão é que a amostra segundo essa metodologia deixaria de fora diversos estados, prejudicando a representatividade das diferentes realidades e regiões.

Por isso, mantendo o critério básico dos municípios que mais avançaram no Ideb entre 2005 e 2007, foi selecionado um município em cada estado brasileiro. Após as visitas aos municípios escolhidos, três redes municipais de ensino foram substituídas por não atenderem às necessidades do estudo.

A metodologia utilizada é a “pesquisa rápida” (*rapid assessment*), a mesma das pesquisas anteriores, *Aprova Brasil* e *Redes de Aprendizagem*. O método garante informação qualitativa sobre uma área geográfica de forma rápida, sucinta e a custos baixos. Utiliza dados preexistentes para obter da comunidade opiniões e informações objetivas sobre o tema estudado.

Avanços aconteceram em realidades diversas

Com populações que variaram nos municípios de 3.814 (Pejuçara, RS) a 720.070 habitantes (Campo Grande, MS), as redes de ensino selecionadas para o estudo são representativas da realidade e da diversidade brasileira.

Dos 26 municípios analisados, pouco mais de um terço deles (38,5%) tem de 10.001 a 20 mil habitantes, 27% têm até 10 mil habitantes, 23,1% possuem de 20.001 a 100 mil habitantes e 15,4% são capitais de estado, com mais de 100 mil habitantes.

Já o potencial econômico de cada um deles, avaliado em termos da renda de sua população com base no cálculo do PIB per capita, foi de 2.290 reais (Altaneira, CE) a 147.312 reais (Quissamã, RJ). A distância entre as duas pontas é reveladora da desigualdade social que no Brasil assume um caráter regionalizado. Nordeste e Norte detêm a média mais baixa, 4.200 e 6.016 reais, respectivamente. Já a Região Sul apresenta a maior média de PIB per capita, 13.141 reais.

Diferentemente do que se imagina, no entanto, os municípios com maior PIB não foram aqueles que obtiveram melhor Ideb nem os que mais avançaram entre 2005 e 2007. Quissamã, por exemplo, obteve 4,5 de Ideb, um avanço de 1,3 em relação a 2005. Já Altaneira, o município com o menor PIB per capita dentre os pesquisados, alcançou 5,2 em 2007, 2,1 mais do que em 2005.

Com populações que variaram nos municípios de 3.814 (Pejuçara, RS) a 720.070 habitantes (Campo Grande, MS), as redes de ensino selecionadas para o estudo são representativas da realidade e da diversidade brasileira

A diversidade de contextos socioeconômicos encontrados também foi observada em relação à realidade educacional

Indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), também apresentaram diferenças significativas e foram levados em conta pelo estudo. Tanto um quanto outro são reveladores do descompasso regional. Os locais com menor desenvolvimento econômico ou com economia pouco diversificada foram os que apresentaram os piores índices.

Os dez maiores IDH brasileiros são de estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Nos municípios pesquisados, o índice variou de 0,54, em Feijó (AC), a 0,82, em Ituporanga (SC). A média nacional é de 0,80. Em relação ao IDI, o índice mais baixo foi o de Nova Olinda do Norte (AM) e o de São José da Lagoa Tapada (PB), de 0,32, e o mais alto o de São Simão (SP), de 0,84. A maior parte dos municípios da amostra (53,85%) apresentou IDI médio, entre 0,50 e 0,79, e 15,38%, IDI elevado, acima de 0,80.

A diversidade de contextos socioeconômicos encontrados também foi observada em relação à realidade educacional. O número de escolas que compõem a rede variou de quatro (em Pejuçara, RS, e Recreio, MG) a 156 (Grajaú, MA). Enquanto, em Campo Grande (MS), das 139 escolas apenas oito (5,75%) estão na zona rural, em Aurora do Pará (PA), das 106 escolas da rede, 103 (97%) estão na zona rural. Já a relação alunos/professor variou de 15,47 alunos por professor, no Sudeste, a 24,62, no Centro-Oeste.

União, persistência e determinação: ingredientes do sucesso

Apesar das muitas diferenças geográficas, socioeconômicas, educacionais e culturais, os municípios selecionados apresentaram um ponto em comum. Em todos eles, os pesquisadores identificaram um processo ativo de trabalho conjunto, de persistência e de determinação realizado de forma articulada por diversos atores que compõem a comunidade escolar.

Foi com essa atitude que educadores, alunos e famílias dos 26 municípios analisados romperam velhos paradigmas, como o de justificar os baixos resultados de aprendizagem dos alunos por sua difícil condição de vida ou realidade socioeconômica adversa.

Para traçar os caminhos que os municípios pesquisados percorreram para avançar no Ideb, foram realizadas entrevistas com os dirigentes municipais de educação e com toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais, funcionários, conselheiros e coordenadores pedagógicos) e parceiros da rede, além das visitas às escolas. As visitas de campo aconteceram entre outubro de 2008 e março de 2009. O trabalho foi feito por 16 pesquisadores. Todos eles com nível superior completo em Educação, Ciências Sociais ou outras áreas afins e com experiência comprovada em atividades de avaliação e pesquisa, autoria ou coautoria de textos, artigos ou publicações na área de educação.

As entrevistas sempre se iniciavam com uma pergunta: “A que fatores você atribui o avanço do Ideb que a rede de seu município obteve entre 2005 e 2007?” Com base nela seguiam outros questionamentos, que tinham como objetivo detalhar o que desencadeou os progressos.

Em todos os casos, os avanços foram alcançados não por um fator isolado, mas por um conjunto deles, cujo peso e combinação variaram de acordo com a realidade de cada rede. Os pontos de convergência foram classificados em quatro grupos, que serão detalhados nos próximos capítulos.

- ❖ **FATOR DESENCADEADOR** Todas as redes analisadas atribuíram ao resultado do Ideb 2005 parte de seu progresso em 2007. A partir da sua divulgação, os municípios se organizaram para enfrentar a realidade e transformá-la.
- ❖ **FATOR CATALISADOR** A gestão também foi apontada pelos municípios analisados como ingrediente fundamental para o sucesso das redes. Segundo a pesquisa, a liderança do dirigente e de sua equipe na condução desse processo faz a diferença.
- ❖ **FATORES DE AVANÇO** Estão organizados em três dimensões: formação de professores, práticas pedagógicas e ambiente de aprendizagem. Entre todos os fatores apontados, as ações de formação e de apoio pedagógico foram as que mais se destacaram. Embora estejam direcionadas a públicos diferentes, ambas têm o mesmo propósito: apoiar professores e alunos para que eles possam aprender mais e melhor.
- ❖ **FATORES DE BASE** Apesar de pouco citados como avanço, foram recorrentes em vários municípios. São eles: valorização profissional e boas condições de trabalho, ampliação do tempo na escola e documentos norteadores.

De forma geral, o conjunto de fatores aponta para uma questão estruturante: a responsabilização da gestão pública, da escola e do professor como uma equipe fundamental para o enfrentamento do desafio de garantir o direito de aprender.

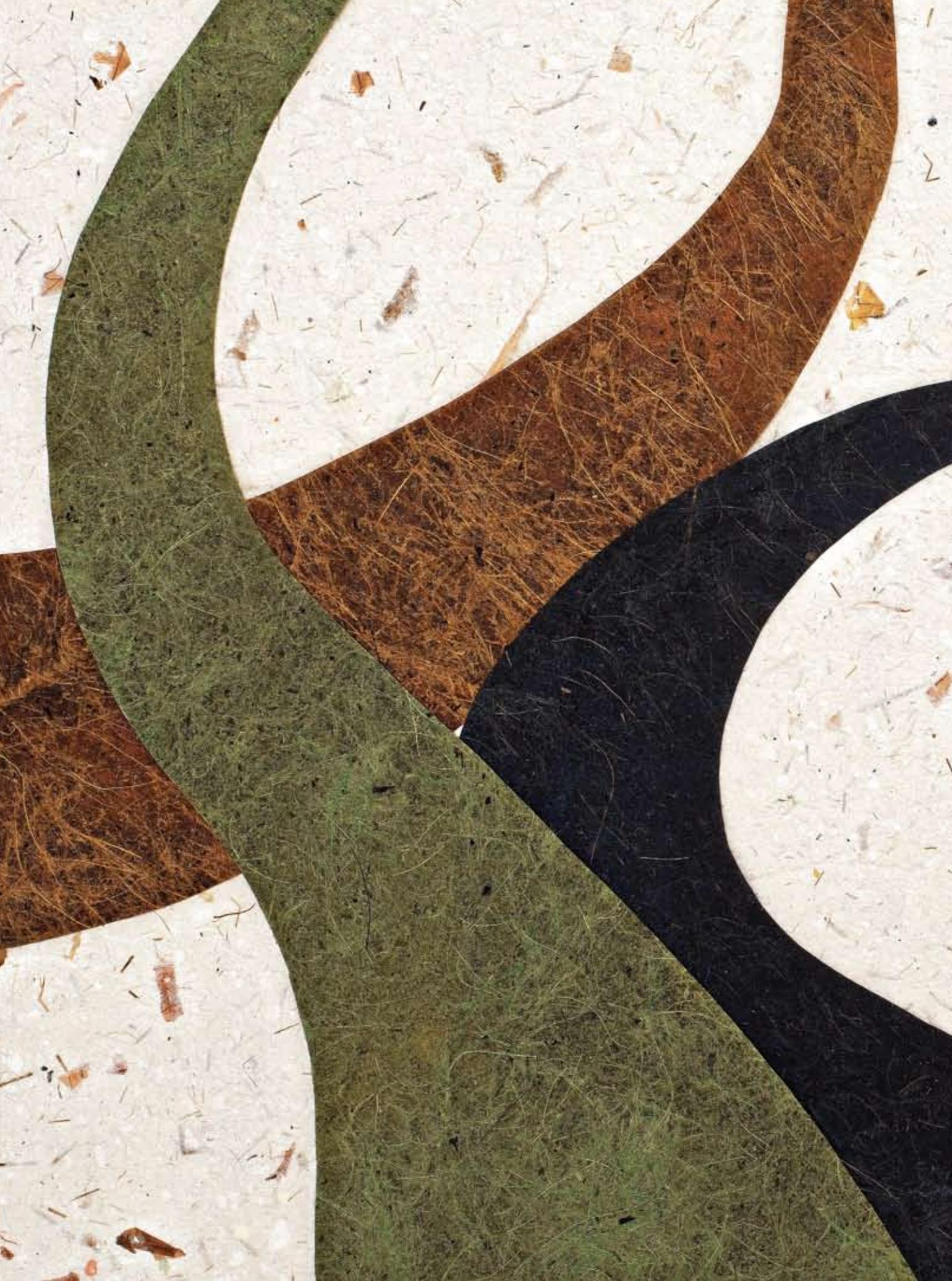
Como no estudo *Redes de Aprendizagem*, os progressos do Ideb, em 2007, nos 26 municípios analisados não foram obtidos por meio de fórmulas milagrosas ou atividades complexas. As práticas e atitudes identificadas pelos entrevistados como responsáveis pelos avanços da educação nos municípios pesquisados são, em geral, resultado de ampla mobilização para que todos, e cada um dos alunos, pudessem aprender.

Ao longo da publicação, há diversos quadros intitulados *Na trilha das boas práticas*, com ações pontuais que fizeram diferença nos municípios estudados. A intenção é que essas experiências possam, de alguma forma, inspirar outros municípios a caminhar a passos mais largos rumo à garantia do direito de aprender de todos – e de cada uma das crianças brasileiras.



Avaliar, planejar, melhorar

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é reconhecido por todas as redes pesquisadas como um importante instrumento de avaliação e monitoramento da qualidade do ensino. Mais do que isso, os resultados do Ideb de 2005 foram apontados como o grande fator impulsionador da caminhada dos municípios em direção à garantia do direito de aprender



O reconhecimento da importância do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) tanto para o diagnóstico da educação dos municípios quanto para o planejamento das ações necessárias a seu aprimoramento foi unânime. Nos 26 municípios visitados, o Ideb apareceu como um fator conscientizador, agregador e impulsionador, que desencadeou uma mobilização geral da comunidade e chamou todos à responsabilidade de garantir um ensino de qualidade.

O peso do índice ficou claro pelos comentários levantados sobre o impacto causado pela ampla divulgação, inclusive pela imprensa, dos resultados de 2005, particularmente nos municípios que obtiveram as pontuações mais baixas. Nestes, a publicação do Ideb foi descrita como “uma surpresa desagradável”, “um susto” ou “uma vergonha”.

“O resultado negativo do Ideb caiu feito uma bomba. Saiu nos jornais, nas rádios, foi um horror”, lembrou a dirigente de educação de São José da Lagoa

O que é e para que serve o Ideb

Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um instrumento de avaliação da qualidade do ensino de cada etapa da Educação Básica e de monitoramento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Inep calcula o índice geral do Brasil em três segmentos distintos: para o Ensino Fundamental, anos iniciais (1ª a 4ª séries) e anos finais (5ª a 8ª séries), e para o três anos do Ensino Médio. A tabulação dos resultados leva em conta, ainda, se a rede é privada ou pública (federal, estaduais e municipais).

O índice classifica cada escola numa escala de zero a 10, com base na taxa de rendimento escolar (índices de aprovação, levantados pelo Censo Escolar) e na média de desempenho dos alunos nas avaliações do Saeb, para as unidades

da federação e para o país, e da Prova Brasil, para os municípios (*veja mais sobre o Saeb e a Prova Brasil no quadro* O que as provas comprovam). O Ideb estabelece, também, metas a ser atingidas a cada dois anos, até 2021, estipuladas com base no patamar de qualidade e desempenho em que se encontra cada escola no momento da avaliação.

Ao combinar duas dimensões importantes da educação – aprendizagem e fluxo – e expressá-las num valor numérico, o Ideb contribui para aprimorar a avaliação da realidade do ensino do país. Se um sistema reter os alunos para obter melhores resultados na Prova Brasil, reprovando um número grande de alunos, o fator fluxo será prejudicado. Por outro lado, se um sistema apressar a aprovação de seus alunos, o resultado da Prova Brasil indicará claramente a falta de preparo. Em ambos os

Tapada (PB), que obteve 1,9 ponto em 2005. O clima de constrangimento foi semelhante em Aurora do Pará (PA): “Foi uma vergonha para o município, principalmente para a escola que tirou o menor Ideb”, revelou a dirigente de educação da cidade paraense, que obteve 2,3 pontos. “Tomamos um susto com o resultado, o prefeito ficou muito surpreso, todo mundo ficou perdido”, relatou a dirigente municipal de educação de Aquidabã (SE), cujo Ideb de 2005 foi de 1,0 ponto.

Nos municípios que conseguiram valor próximo ou superior à média brasileira para as séries iniciais, o índice de 2005 também provocou uma série de desdobramentos importantes. Em geral, foi encarado como um ponto de partida para a mobilização da comunidade em torno de um objetivo comum: garantir o direito de aprender.

Em Campo Grande (MS), a dirigente de educação realizou seis encontros com mil funcionários cada um. O esforço envolveu também a comunidade

“Estava faltando todo mundo arregaçar as mangas e cada um fazer a sua parte, conscientizar-se de que não depende só da administração.”

Dirigente de educação de Aquidabã (SE)

casos, o Ideb identifica a necessidade de correções e aperfeiçoamentos no sistema.

O Ideb permite, ainda, que se acompanhe a evolução da qualidade do ensino por estado, município e escola. Desse modo, a sociedade e, em particular, os atores envolvidos com a educação – professores, coordenadores, diretores, funcionários, alunos, pais e dirigentes municipais e estaduais – dispõem de um diagnóstico ao mesmo tempo amplo e detalhado do ensino no país, e parâmetros para identificar pontos fortes, a ser mantidos e reforçados, e pontos fracos, que devem ser atacados e superados.

O **Ideb de 2007** para os anos iniciais do Ensino Fundamental de **todas as redes de ensino** (privadas, federal, estaduais e municipais) do **Brasil foi de 4,2** – 0,4 ponto acima do Ideb de 2005. Esse valor superou a meta estipulada para 2007 (de 3,9 pontos) e atingiu a esperada para 2009. Ainda assim, o país está distante da meta

proposta para 2021, de 6,0 pontos – valor compatível com a qualidade da educação nos países desenvolvidos, segundo parâmetros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com relação às redes municipais, especificamente, o Ideb médio para os anos iniciais subiu de 3,4 para 4,0 pontos entre 2005 e 2007 – 0,5 ponto acima da meta definida para este último ano (*veja a tabela abaixo*). O Ministério da Educação (MEC) espera que, até 2021, os municípios alcancem Ideb de 5,7 pontos (anos iniciais), em média.

A evolução do Ideb (2005-2007)*

Ideb médio em 2005	3,4
Ideb médio em 2007	4,0
Meta das redes municipais em 2007	3,5
Total de municípios avaliados em 2007	5.483

Fonte: MEC/Inep

*Anos iniciais das redes municipais

“O Ideb vem como um desafio e uma forma de melhorar os fazeres em sala de aula.”

Professora de Campo Grande (MS)

política e empresarial da cidade. “Mostrei o Ideb do Brasil, do estado e do município. Compartilhei as diretrizes, os resultados da pesquisa *Aprova Brasil* e estimulei todos a colocar no mural das escolas seu Ideb e a meta de 2007 e a chamar a comunidade para compartilhar esses dados”, afirmou. “Fizemos tudo de uma forma que os diretores sentissem que o compromisso não era do prefeito, nem da secretária, mas deles. Também chamei vários representantes da comunidade – prefeito, vereadores, membros do Ministério Público e empresários. Se a gente não se mobiliza, fica sozinho, apenas na vontade de fazer” (veja o quadro Na trilha das boas práticas). Entre 2005 e 2007, o Ideb de Campo Grande subiu de 4,2 para 5,1 pontos.

Comparação saudável

A pesquisa demonstrou ainda que um dos aspectos que levam à valorização do Ideb é o fato de o índice medir o desempenho educacional de cada município – não importa se grande centro urbano ou pequena cidade, distante da capital. Esse sentimento de inserção num contexto mais amplo, nacional, foi percebido inclusive em capitais, como Boa Vista (RR), onde os entrevistados salientaram a importância de a rede ter um patamar de comparação

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

Foco nos resultados

Para cumprir cada uma das diretrizes estipuladas no Plano de Metas Compromisso Todos



Para combater a repetência, alunos da rede de Campo Grande (MS) fazem reforço no contraturno

pela Educação, do MEC, a dirigente de educação de Campo Grande (MS) propôs ações concretas. Para a diretriz “combater a repetência”, por exemplo, as iniciativas colocadas em prática foram:

- ❖ Programa Alfabetiza Reme (Rede Municipal de Ensino), que visa complementar a aprendizagem dos alunos com dificuldade na leitura e na escrita e com distorção idade/série.
- ❖ Avaliação de alunos com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento pelos Núcleos Municipais de Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Deficiência.
- ❖ Criação de Grupos para Avançar nos Estudos para atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem no contraturno.
- ❖ Realização de laboratório de aprendizagem

com o restante do país. “Era o que estava nos faltando. A gente precisava de um parâmetro”, afirmou uma professora da rede municipal daquela cidade. “Se nos fechamos numa esfera municipal ou estadual, podemos achar que estamos fazendo bem. O Ideb nos leva a refletir sobre nossa missão como educadores, diz o que o país espera de nós”, frisou o diretor de uma das escolas da rede. O Ideb de Boa Vista foi o segundo maior da Região Norte. Subiu de 3,9 para 4,4, entre 2005 e 2007.

Percepção semelhante também foi registrada em municípios menores, como Altaneira (CE), que tem cerca de 6 mil habitantes. “O Ideb chegou na hora certa. Ficamos muito tempo soltos. Agora, com o índice, o MEC chama os gestores para sua responsabilidade e mantém o elo com o município”, concluiu uma consultora pedagógica da rede municipal. O Ideb de Altaneira passou de 3,1, em 2005, para 5,2, em 2007.

A importância atribuída ao índice, de acordo com a pesquisa, se deve também à percepção de que, ao retratar o desempenho do aluno, o Ideb funciona como um termômetro que mede a atuação, a formação e o grau de compromisso e de dedicação não apenas dos professores mas de todos que trabalham e se envolvem no processo de aprendizagem. Essa visão foi manifestada, por

de Língua Portuguesa e Matemática para as 16 escolas com baixo Ideb.

No município, também foi criado o chamado Comitê do Compromisso. Formado por representantes dos mais diversos segmentos sociais, a ideia é que ele funcione como elemento incentivador e fiscalizador do que está sendo implementado pela rede.

De olho na frequência escolar

Em Aquidabã (SE), os altos índices de abandono, que variavam de 17% a 66%, em 2005, foram apontados como um dos principais responsáveis pelo baixo Ideb. A constatação levou a gestão municipal a exigir maior controle de frequência dos alunos e um acompanhamento mais atento da Secretaria de Educação. Nas entrevistas com coordenadores,

professores e pais, muitos creditaram a melhora do Ideb à intensificação do controle do programa Bolsa Família em relação à frequência escolar. Para estimular a presença e a aprendizagem dos alunos, a rede também investiu em parcerias com o Ministério Público e com outras secretarias municipais, como Saúde e Ação Social, palestras, eventos e reuniões de conscientização com os pais.



Em Aquidabã (SE), o controle da frequência dos alunos foi fundamental

exemplo, em Costa Marques (RO): “O Ideb é um parâmetro que nos permite analisar nossa evolução, avaliando o município, a gestão municipal, a gestão escolar e o professor”, observou o diretor de uma das escolas do município, que obteve Ideb de 3,8 pontos em 2007 – 1,2 ponto acima do alcançado em 2005. “Quando o Ideb do município cresce, não é bom só para o município mas também para o professor, que, ao ver seu trabalho reconhecido, procura melhorar suas práticas”, declarou a diretora de uma das escolas da rede de Olho d’Água das Flores (AL). O município obteve 2,1 pontos no Ideb de 2005 e 3,4 em 2007.

Do susto à ação

Com variados graus de mobilização, todos os municípios analisados pela pesquisa se sentiram comprometidos com os resultados. E foi com base neles que as redes identificaram os problemas e se empenharam na busca de soluções. Melhorar o desempenho de cada escola foi encarado como obrigação moral de todos e desafio profissional de cada um.

O que as provas comprovam

A Prova Brasil e o Saeb são dois exames complementares que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Ambos avaliam as habilidades e competências dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática.

Aplicado pela primeira vez em 1990, o Saeb constituiu a primeira iniciativa para se conhecer o sistema educacional do país em profundidade. O exame é feito a cada dois anos e avalia uma amostra estatística dos alunos regularmente matriculados nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e também no 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, de área urbana e rural. Por ser amostral, oferece resultados de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da federação.

A Prova Brasil foi criada em 2005 e avalia especificamente o Ensino Fundamental. A prova

é feita também a cada dois anos por todos os alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental das escolas das redes públicas urbanas que tenham mais de 20 alunos matriculados em cada uma dessas séries. Por ser praticamente universal, a tabulação dos resultados da prova levanta dados sobre todas as unidades da federação e também sobre cada município e cada escola participante.

Os dois exames entram no cálculo do Ideb. Dos 26 municípios visitados nesta pesquisa, 24 obtiveram aumento nas notas de Língua Portuguesa e 25 nas de Matemática da Prova Brasil de 2007 – indício de que o crescimento no Ideb dessa amostra teve como substrato não uma eventual e apressada aprovação sem qualidade, mas o avanço real da aprendizagem dos alunos.

Um dos principais pontos de entrave apontados pelos municípios foi o próprio desconhecimento sobre a natureza e a função do Ideb e da Prova Brasil. “No primeiro Ideb [de 2005], não sabíamos direito do que se tratava”, reconheceu uma professora de São José da Lagoa Tapada (PB). “No segundo, nos preparamos mais e mudamos muita coisa, conversamos sobre nossas deficiências e fizemos muito planejamento, trabalhamos muito mais em Língua Portuguesa e Matemática. Aos poucos, fomos atingindo nosso objetivo de melhorar o desempenho dos alunos.”

Em geral, o problema do desconhecimento foi atacado com medidas simples, como reuniões e campanhas de informação para os profissionais da rede. Em Aurora do Pará (PA), os gestores municipais fizeram uma releitura da Prova Brasil e do Ideb ao longo das reuniões para discutir uma proposta curricular para o município. “Com o tempo, fomos percebendo que, se houver uma preocupação organizada com a aprendizagem, não há por que temer a Prova Brasil, Prova A ou Prova B”, relatou uma coordenadora pedagógica do município. “Acho que toda prova é para aprovar ou reprovar. Se os alunos estão sendo reprovados é porque alguma coisa está errada. Temos de ver onde está a falha”, completou um pai de aluno daquela rede municipal.

Em Aquidabã (SE), as ações de divulgação dos instrumentos de monitoramento da qualidade da educação envolveram todos os profissionais diretamente ligados ao sistema de ensino, a começar pela própria dirigente municipal de educação. “Entrei em vários sites para entender o que era o Ideb e fui a Brasília para obter mais informações. A técnica do Inep me explicou que a taxa de Abandono havia sido muito alta. Liguei para o prefeito, descrevi a situação, que não havia o que fazer, a não ser trabalhar para reverter o quadro”, contou ela. “Chamei professores, diretores e coordenadores e expliquei o que é o Ideb. Eles não conheciam direito e, por isso, não haviam dado a devida importância ao índice. Vimos como era a prova, com gabarito, muito diferente de nossa realidade. Enfim, mobilizei o grupo para somar esforços para mudar a realidade”, concluiu.

Além dos altos níveis de abandono, que chegavam a 66,9% no período diurno, identificou-se no município um problema concreto de aprendizagem: os alunos tinham sérias dificuldades em ler e escrever. “A maioria dos professores seguia os conteúdos dos livros didáticos, os alunos aprendendo ou não. Nas aulas havia cópia e gramática, de maneira isolada. Assim, os meninos continuavam sem saber ler nem escrever”, descreveu a coordenadora-geral da Secretaria de Educação. Do “susto” inicial com o resultado do Ideb surgiram, mais tarde, ações concretas, como maior atenção à formação inicial e continuada dos professores e a intensificação do acompanhamento da frequência escolar (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*).

“Com o tempo, fomos percebendo que, se houver uma preocupação organizada com a aprendizagem, não há por que temer a Prova Brasil, Prova A ou Prova B.”

Coordenadora pedagógica de Aurora do Pará (PA)

O Ideb de 2005 dos anos iniciais do Ensino Fundamental dos 26 municípios pesquisados variou de 1,0 ponto (Aquidabã, SE) a 4,2 pontos, (Campo Grande, MS, e Vila Pavão, ES). Em 2007, a variação foi de 3,0 pontos, (Aquidabã, SE) a 6,0 pontos (São Luiz do Norte, GO, São Simão, SP, e Vila Pavão, ES)

Muito além do discurso

Outra constatação da pesquisa foi que o mote da campanha do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – “Para a educação melhorar todos devem participar” – concretizou-se na prática e no cotidiano das redes dos 26 municípios analisados.

O Ideb de 2005 não mexeu apenas com os responsáveis diretos pelo sistema de ensino – professores, diretores, coordenadores e dirigentes municipais. A divulgação do índice funcionou como um agente agregador de toda a comunidade.

Em Aurora do Pará (PA), por exemplo, a participação da família foi muito valorizada. Segundo a dirigente de educação, “a família está presente não apenas nas reuniões de pais ou quando é chamada por causa de problemas disciplinares das crianças. Os familiares participam também dos conselhos escolares, do Conselho de Alimentação e das associações de bairro”.

As estratégias utilizadas pelas redes para melhorar o índice incluíram apoio ao professor por parte da coordenação pedagógica, mudanças na forma de ensinar e avaliar, além de um estreitamento do contato com as famílias no acompanhamento da vida escolar das crianças. “Os pais colaboraram muito. Os vizinhos revezavam-se na tarefa de levar e buscar os filhos”, contou a diretora de uma das escolas de São Simão (SP). O Ideb do município, que era de 3,5 pontos em 2005, subiu 2,5 pontos em 2007.

Aulas de reforço no turno oposto para alunos com dificuldades, atividades de incentivo à leitura e à escrita, acompanhamento da frequência, do desempenho e do trabalho desenvolvido em sala de aula aluno a aluno também foram algumas das iniciativas concretas adotadas pelos municípios que registraram grande avanço no Ideb (*leia mais sobre o assunto no capítulo Rotas do sucesso*).

Até ações muito simples – como esclarecer os alunos sobre como fazer provas com gabarito – fizeram diferença. “Passamos alguns meses realizando testes parecidos com a Prova Brasil para aprender a usar o gabarito. O professor explicou que as provas de concursos e vestibulares também usam gabarito. Essa experiência foi importante para nós”, afirmou um aluno da rede municipal de Costa Marques (RO). Em outras cidades, as iniciativas tiveram maior foco no planejamento. Em Vila Pavão (ES), por exemplo, após a divulgação do resultado, a equipe técnica da Secretaria de Educação reuniu professores, coordenadores e diretores para definir o que iria ser feito e as metas de curto, médio e longo prazos. Foram elencadas prioridades – entre elas atividade no contraturno.

Novos desafios

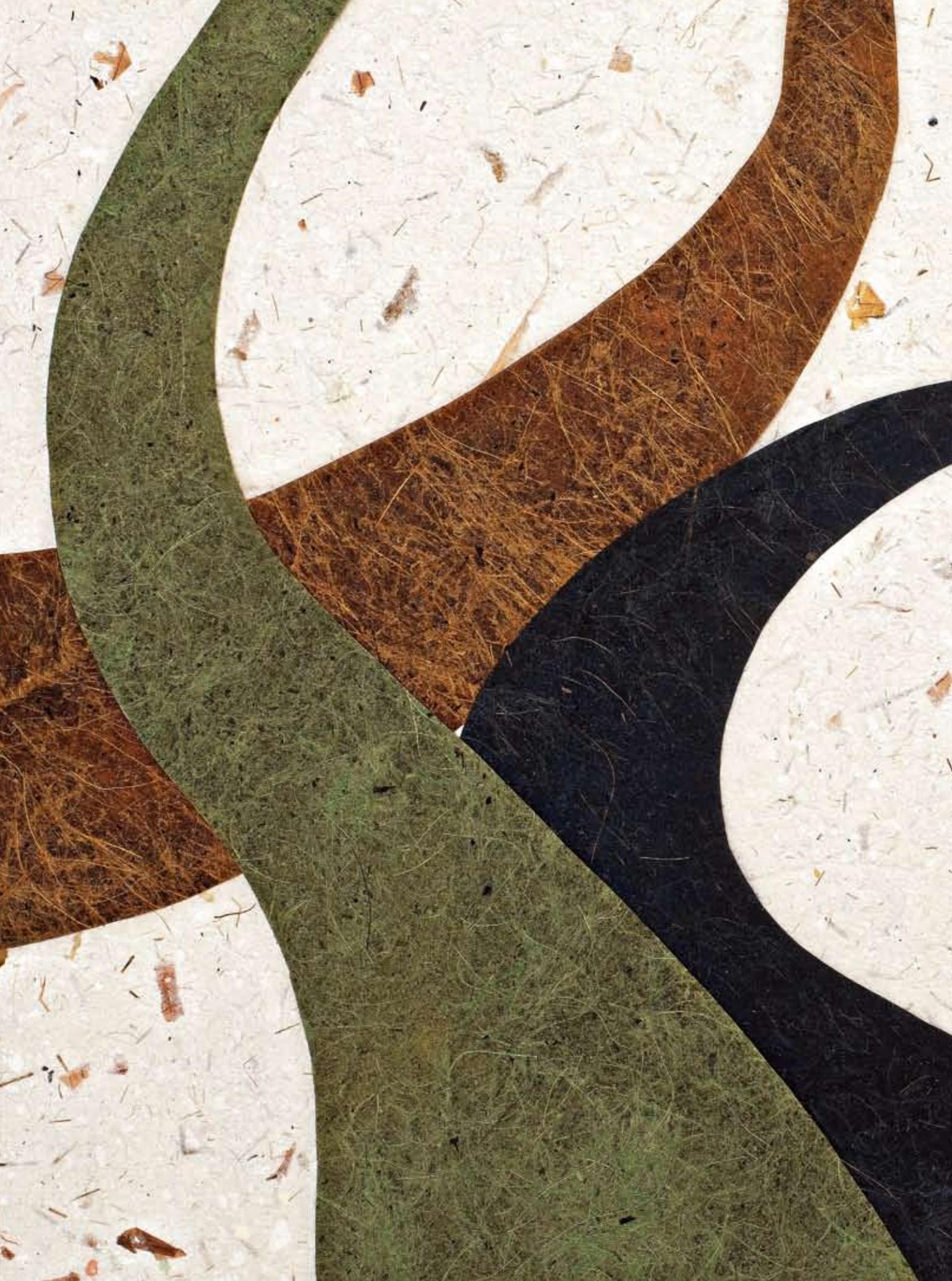
Os resultados dos esforços foram percebidos no Ideb de 2007 e na Prova Brasil. Mais de 90% dos municípios pesquisados tiveram aumento em suas notas de Língua Portuguesa e de Matemática (*veja o quadro O que as provas comprovam*).

O objetivo, daqui para frente, é manter esses avanços ou, melhor, superá-los. Segundo o dirigente de educação de Palmas (TO), as grandes prioridades para os anos iniciais do Ensino Fundamental são ampliar para 100% a proporção de escolas de tempo integral e fazer com que todas atinjam 6,0 pontos no Ideb de 2021. Em 2007, o município obteve 4,4 pontos, ante 3,8 alcançados em 2005. Para isso, o dirigente reconhece que é preciso dar continuidade a iniciativas como aumentar as horas dedicadas ao planejamento, melhorar as instalações físicas e promover maior participação dos pais. O desafio imposto a partir de 2007 é sentido também em Boa Vista do Tupim (BA). “Não é apenas um resultado por resultado, mas um resultado por aprendizagem. Agora ficamos mais ousados, queremos crescer mais”, concluiu uma das coordenadoras pedagógicas da rede.



Catalisador das ações

A postura de liderança, compromisso e apoio assumida por gestores e dirigentes municipais de educação foi, segundo os entrevistados, fundamental para a concretização de ações que levaram ao avanço no Ideb entre 2005 e 2007. Vontade política e capacidade de articulação permitiram aos municípios, muitas vezes, superar condições sociais e econômicas adversas para garantir melhor desempenho da rede



Em todos os 26 municípios pesquisados o compromisso e a participação efetiva do prefeito e dos dirigentes municipais de educação foram apontados como fatores decisivos para a melhoria de resultados no Ideb entre 2005 e 2007. Nas redes analisadas, as equipes técnicas das secretarias municipais de Educação direcionaram suas ações para apoiar as escolas e garantir, assim, melhores resultados de aprendizagem para todos – e cada um de seus alunos. Esforços nesse sentido foram identificados tanto em municípios com mais de 100 mil habitantes, em que a educação conta com secretarias bem estruturadas, quanto nos de menos de 20 mil habitantes, como São Simão (SP), cuja equipe técnica restringe-se ao dirigente e a uma assessora.

“O carro-chefe das mudanças é a vontade política. Com isso você mobiliza todos os que têm compromisso com a educação”, resumiu a dirigente municipal de educação de Olho d’Água das Flores (AL). No estudo *Redes de Aprendizagem*, realizado em 37 municípios, a gestão também foi identificada como fator desencadeador das ações e integrador de todos os atores da rede.

Na pesquisa atual, o caráter catalisador da gestão municipal manifestou-se de três formas distintas:

- ❖ Pela capacidade do gestor de integrar as práticas e mobilizar os diversos atores comprometidos com a melhoria da aprendizagem.
- ❖ Pelo foco colocado no planejamento e acompanhamento de tais ações e práticas, de modo a orquestrá-las com um objetivo comum.
- ❖ Pela gestão democrática, que leva ao envolvimento de todos os segmentos da sociedade nesse processo de planejamento e monitoramento.

Mobilização e integração

De modo geral, os entrevistados reconheceram o compromisso com a educação tanto nas linhas gerais das políticas públicas efetivamente colocadas em prática pelo gestor quanto na sua capacidade de identificar as necessidades e desencadear ações concretas.

Funcionários da educação, pais, alunos e conselheiros foram unânimes em apontar o impacto na rede do apoio do gestor municipal à educação. Em Nova Olinda do Norte (AM), a prefeitura investiu no transporte escolar, na infraestrutura das escolas e, principalmente, na formação inicial e na regularização do pagamento dos professores. Os entrevistados reconheceram a importância dessas ações para a elevação do Ideb da rede de 2,3 para 3,5 pontos, entre 2005 e 2007. Segundo depoimentos de professores e diretores, “o principal fator foi o compromisso assumido pelo prefeito, que cumpriu a promessa de respeitar e valorizar os professores”.

A atuação do gestor municipal e do dirigente de educação também foi identificada como fundamental para a melhora do índice em Boa Vista do Tupim (BA). “Razões para os avanços na educação do município? Compromisso e empenho da prefeitura e da secretaria, maior acompanhamento, melhoria das condições em sala de aula”, afirmou um pai de aluno. Dentre as várias medidas adotadas pelo município os entrevistados citaram a reestruturação do organograma da Secretaria de Educação e investimentos em infraestrutura física das escolas. “O dinheiro é pouco, mas é bem gasto. Em vez de enfeitar a escola, de construir um pátio enorme, montamos um laboratório de informática, que vai ter impacto direto sobre a aprendizagem”, relatou um professor da rede.

Em São João do Sabugi (RN), município de cerca de 5,7 mil habitantes, o foco na melhoria da aprendizagem levou a alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Educação. A rede, que até 2006 era administrada pelo vice-prefeito, ganhou um dirigente – um professor concursado, com formação superior e experiência como diretor de escola. Segundo os entrevistados, o regime de dedicação exclusiva aos assuntos da educação e a competência técnica do dirigente foram fundamentais para a melhoria nos resultados do Ideb de 2007 (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*).

No município de São Simão (SP), funcionários, pais, alunos e conselheiros relacionaram os avanços ao fato de o prefeito e a primeira-dama do município terem interesse e formação em educação. “O prefeito dá o maior valor à educação. Ajuda e está sempre presente nas escolas”, afirmou um conselheiro tutelar (*leia mais sobre o assunto no capítulo Rotas do sucesso*).

O atual estudo confirma, portanto, outra das conclusões da pesquisa *Redes de Aprendizagem*: a formação do gestor municipal em educação é considerada elemento de fortalecimento do apoio às iniciativas da equipe técnica. Em Santana (AP), cujo gestor municipal tem graduação em Letras, a comunidade percebe com clareza o foco das políticas públicas em educação e preocupa-se com a continuidade dessas políticas.

Planejamento e monitoramento

Uma gestão eficaz, que atue como catalisador dos avanços na rede, tem também, segundo a pesquisa, estreita relação com a elaboração e a constante revisão de documentos norteadores das ações escolares (*leia mais sobre o assunto no capítulo Suporte para a caminhada*). Esses documentos, que podem ter diferentes formatos, servem de mapas indicativos das rotas a ser percorridas para que se atinjam os objetivos estabelecidos.

“Se não houver vontade política do gestor e da comunidade escolar, não haverá avanço. Avanço é resultado de interesse e esforço coletivo.”

Dirigente municipal de educação de Olho d'Água das Flores (AL)

Os resultados positivos no desempenho dos alunos e das escolas estão ainda diretamente relacionados à boa articulação entre dirigentes municipais e os demais atores envolvidos no processo de aprendizagem. Juntos, eles planejam e acompanham as diversas ações.

Em Campo Grande (MS), cuja rede englobava, por ocasião do estudo, em 2008, 87 escolas de Ensino Fundamental e mais de 1.600 professores para os anos iniciais, os entrevistados salientaram a importância do Plano Municipal de Educação (PME) nesse sentido. Elaborado entre 2006 e 2007 pela Secretaria de Educação e a prefeitura, com a assessoria da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Plano contou com a participação de representantes de todos os segmentos da sociedade. O PME (*veja o quadro* O Plano Nacional de Educação) traça um norte para a educação no município, definindo metas e objetivos para um período de dez anos. Todas as escolas contam com proposta pedagógica, também elaborada com a participação da comunidade escolar. Segundo depoimentos de diretores da rede, “a proposta não é apenas mais um documento na estante. É colocada em ação, no dia a dia de cada escola”.

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

Mudança estrutural

Em São João do Sabugi (RN), os baixos resultados alcançados no Ideb de 2005 para os anos iniciais (2,1 pontos) levaram a prefeitura a nomear um secretário dedicado exclusivamente à educação.

Com a participação de técnicos e representantes de cada escola, o novo dirigente implementou uma série de ações. A secretaria organizou, por exemplo, o Plano Municipal de Educação e aperfeiçoou o plano de carreira dos professores, racionalizando a progressão de cada profissional de acordo com seu nível de escolaridade, formação continuada e especialização. A reforma administrativa resultou, também, em melhorias físicas na rede.

As jornadas pedagógicas, ocorridas no início de cada ano letivo, também foram reestruturadas. Segundo os entrevistados, ao assumir diretamente a organização das jornadas, definindo os temas a ser trabalhados e a metodologia empregada, a Secretaria de Educação tornou esses encontros



Em São João do Sabugi (RN), mudanças administrativas impactaram no desempenho dos alunos

Grajaú (MA) conta com uma estrutura bem menor do que Campo Grande. Mas enfrenta problemas não menos desafiantes. Em 2008, o município mantinha 220 escolas para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, a maioria na zona rural. As salas dos anos iniciais contavam com 335 professores, 70% dos quais haviam concluído apenas o Ensino Médio. Escolas com infraestrutura precária, carência de funcionários para as atividades administrativas e operacionais, falta de equipe pedagógica e greves causadas por atrasos no pagamento dos salários foram alguns dos problemas enfrentados – com sucesso – pela gestão municipal. Segundo os depoimentos, apesar dos poucos recursos, a Secretaria de Educação foi a principal protagonista no processo que contribuiu para o avanço de 2 pontos no Ideb entre 2005 e 2007 (de 2,5 para 4,5).

De acordo com os entrevistados, coube à dirigente municipal, à equipe técnica e a seus colaboradores realizar o planejamento e a articulação de um plano básico, de metas factíveis e ações pontuais, com a participação de todos, e, assim, criar paulatinamente uma política pública de educação que visa à

de formação e planejamento mais próximos da realidade e das necessidades do corpo docente da rede. Até então, as jornadas eram organizadas por profissionais terceirizados.

Mais orçamento

Em Palmas (TO), as ações que possibilitaram a melhoria do Ideb foram viabilizadas graças a alterações no orçamento. A verba destinada à educação foi separada do orçamento do esporte e da cultura, ampliando em cerca de 2% o investimento. Em 2005 e 2006, o orçamento destinado à educação foi de 25,3%. Com a mudança, subiu para 27,3%, em 2007. Também houve descentralização dos recursos. A própria escola gerencia suas pequenas obras, decididas por consulta popular à comunidade escolar, o que traz o envolvimento e a participação de todos.

Todos pela educação

Grajaú (MA) abriga cerca de 5 mil famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e tem quase um terço da população acima de 15 anos analfabeta. Para enfrentar os sérios problemas de educação, o caminho definido pela gestão municipal foi estabelecer um plano básico, de metas factíveis e ações pontuais, com a participação de todos os atores da rede. Eles tomaram consciência do problema e buscaram formas de resolvê-lo. Foi feito um diagnóstico e traçado um plano de ação. Também foram definidas prioridades e distribuídas atribuições e tarefas aos diferentes participantes da rede. Uma das medidas tomadas foi estabelecer parcerias com outras secretarias municipais – como as de Assistência Social e da Saúde –, bem como com instâncias do governo estadual e federal, como forma de garantir recursos e ações articuladas.

efetivação do direito de aprender de crianças e adolescentes (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*). Praticamente todas as opiniões ouvidas atribuem o avanço do Ideb à reestruturação da secretaria – do quadro de funcionários à organização da documentação das escolas –, à realização de atividades formativas, como oficinas, palestras e encontros pedagógicos, e à regularização do pagamento dos salários.

Gestão democrática

A manutenção de canais abertos com a comunidade também é valorizada tanto para o estabelecimento de metas claras e objetivas quanto para o planejamento e a realização das ações. Algumas vezes esse compartilhamento de objetivos e responsabilidades se dá por vias formais, por meio do Conselho Municipal de Educação. Mas ocorre também de maneira informal, pela presença constante e cotidiana da gestão nas escolas, para acompanhamento do desempenho de cada uma delas. Em ambos os casos, os entrevistados ressaltaram a postura

O Plano Nacional de Educação

Previsto no texto da Constituição de 1988 e aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e diretrizes para a educação no Brasil para um período de dez anos. O PNE contempla todos os níveis e modalidades de ensino – da Educação Infantil à Educação Superior, dos cursos de formação profissional à educação especial. É um plano nacional – ou seja, de interesse de toda a nação –, que não depende da alternância de governantes e partidos políticos no poder – que reforça a responsabilidade da sociedade para com os compromissos internacionais firmados pelo Brasil no que se refere a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhora da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Pelo PNE, esses mesmos compromissos gerais devem ser assumidos pelos estados e municípios, de maneira coordenada. Aos municípios cabe a elaboração de um Plano Municipal de Educação (PME), com metas, objetivos e diretrizes para ações de curto e médio prazos para os níveis sob sua responsabilidade – a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

O novo Plano Nacional de Educação, que entrará em vigor a partir de 2011, foi um dos principais temas da Conferência Nacional de Educação (Conae), que aconteceu em Brasília entre 28 de março e 1º de abril. O próximo PNE deve incorporar algumas das propostas da Conae como diretrizes para planos municipais e estaduais de educação, padrões de investimento por aluno e regulamentação de um Sistema Nacional de Educação articulado.

de escuta atenta, orientação e colaboração da Secretaria Municipal de Educação, sempre visando garantir a aprendizagem.

Os diversos educadores ouvidos pela pesquisa em Campo Grande (MS) salientaram a capacidade de ouvir, tanto do gestor municipal quanto da equipe técnica da secretaria. “A Secretaria de Educação tem o respaldo do prefeito, que deu para a gente a possibilidade de fazer o que precisa ser feito”, afirma a dirigente de educação daquele município. A secretaria, por sua vez, presta suporte e acompanhamento sistemático do planejamento, da avaliação e do monitoramento das metas estabelecidas em cada escola, numa relação de confiança e autonomia. Os diversos educadores entrevistados naquele município enfatizaram que recebem amplo suporte da secretaria, numa relação de confiança e autonomia entre o órgão central e as escolas, pautada por abertura, proximidade e disponibilidade. Segundo depoimentos, “o ponto forte da Secretaria Municipal de Educação é ouvir”.

A condução democrática das políticas de educação é reconhecida também em Boa Vista (RR), tanto na forte atuação do Conselho Municipal de Educação quanto na participação das famílias na vida escolar. As escolas do município mantêm as portas abertas para a comunidade. Atividades culturais, esportivas e de lazer, além de oficinas e palestras educativas, são oferecidas no contraturno e nos fins de semana. Segundo os relatos, essa proximidade reforçou a relação de parceria entre família e escola na busca de soluções para o desafio de melhorar a aprendizagem na rede.

Em São Simão (SP), os entrevistados destacaram a efetiva atuação conjunta e coordenada de vários conselhos, que acompanham a vida escolar do município, como Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Já nas entrevistas realizadas em Solidão (PE) foi salientado o papel do Conselho Municipal de Educação na cobrança, no acompanhamento e na fiscalização de todas as atividades das escolas, bem como sua participação em todas as decisões tomadas pela Secretaria de Educação.

De forma geral, o apoio da gestão municipal à educação nos municípios analisados impulsionou um trabalho coletivo nas redes em prol da garantia da aprendizagem, potencializando, assim, os resultados. “Grupo é grupo. Nós nos unimos de forma integrada e fizemos um esforço conjunto para melhorar a educação”, sintetizou uma supervisora de São José da Lagoa Tapada (PB).

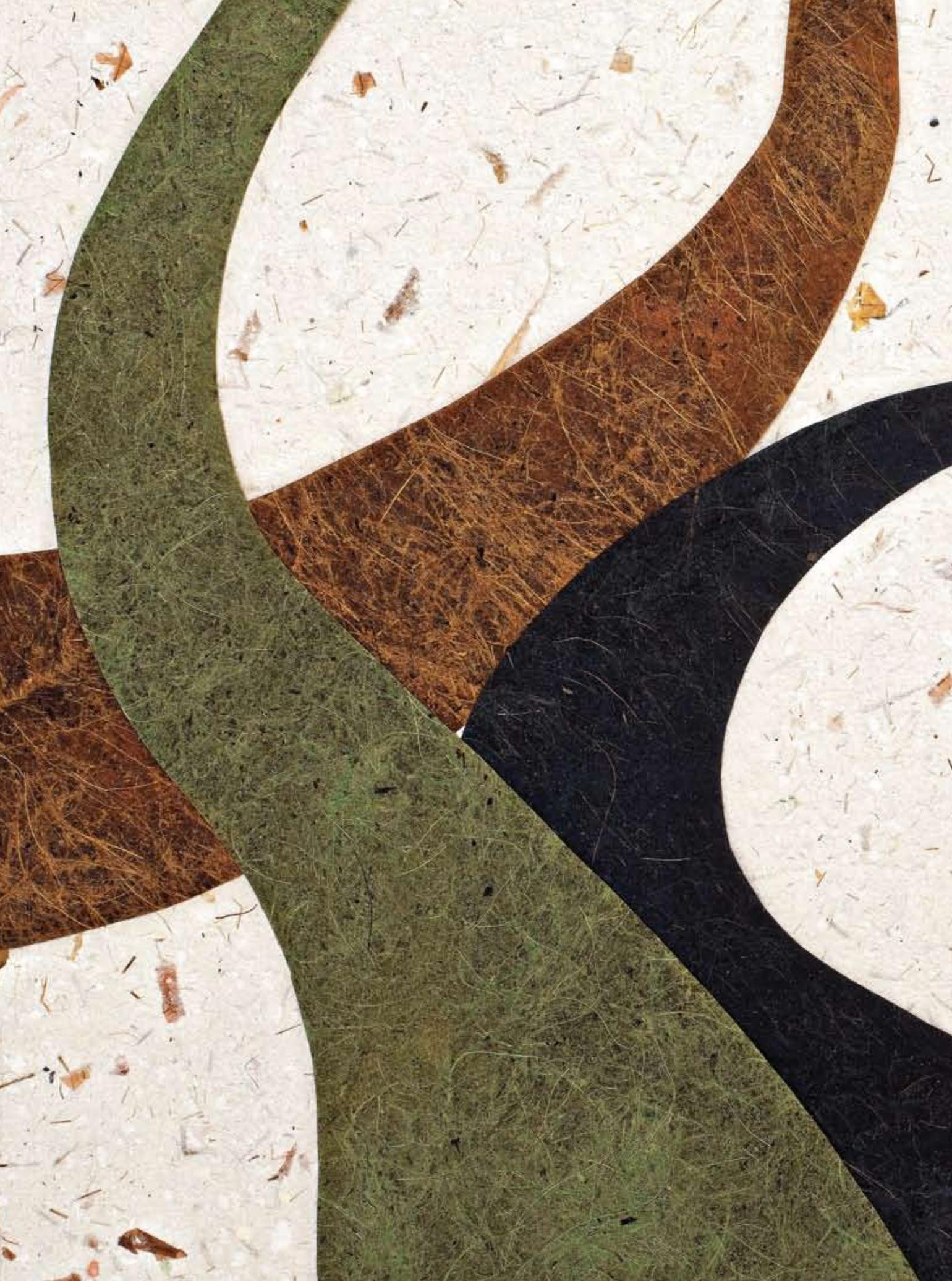
“Aqui são as escolas que estão se adaptando aos alunos, e não o contrário.”

**Conselheiro municipal
de educação de
São Simão (SP)**



Rotas do sucesso

Nos 26 municípios selecionados para esta pesquisa, diversas ações relacionadas à formação dos professores, às práticas pedagógicas e ao ambiente de aprendizagem foram citadas como responsáveis pelos avanços do Ideb. Em conjunto com outros aspectos, esses fatores contribuirão efetivamente para a melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos estudantes



I. Formação dos professores

O professor tem papel central no desafio de garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente. Em 24 dos 26 municípios analisados, a formação dos professores – tanto a inicial quanto a continuada – foi considerada um dos fatores mais importantes para o sucesso das redes.

Para boa parte dos professores brasileiros, o acesso à formação necessária para o exercício do magistério só foi alcançado recentemente. Em 2002¹, apenas 57% dos docentes tinham curso superior; em 2007², esse percentual subiu para 68,4%. Embora nem sempre esse processo tenha sido acompanhado de um aumento na qualidade da educação oferecida, o fato de os professores frequentarem a universidade e aprenderem mais sobre sua prática traz benefícios concretos para seus alunos³.

Essa tendência foi constatada em todos os municípios analisados, onde a melhoria na formação inicial dos professores teve impacto importante na aprendizagem dos estudantes. Os municípios com melhores resultados no Ideb, acima de 6,0, apresentam taxas superiores a 80% de professores graduados. Nos municípios com médias acima de 4,2 e abaixo de 5,0, o investimento em formação inicial faz com que boa parte dos professores já tenha nível superior ou esteja em fase de conclusão da graduação. Já nos municípios com índices inferiores à média nacional (4,2), estão sendo realizados fortes investimentos no quadro de professores, em razão das deficiências na formação ainda existentes. Segundo a pesquisa, nas regiões em que o investimento na formação é mais recente – Norte e Nordeste –, os índices são mais baixos.

Dos sete estados da Região Norte, apenas Tocantins, representado na pesquisa pela capital, Palmas, não citou a formação inicial como uma das principais alavancas para o avanço no Ideb. No entanto, cabe ressaltar que já existe no município um processo estruturado para tratar essa questão, e o investimento está, agora, concentrado nas ações de formação continuada.

Nos demais municípios dessa região, a formação inicial foi destacada tanto como um dos fatores responsáveis pelo avanço do Ideb quanto como um desafio, porque ainda é necessário muito investimento para chegar a um patamar

1. *Estatísticas dos Professores no Brasil*. MEC/Inep, 2003.

2. *Estudo Exploratório sobre o Professor Brasileiro* — com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. MEC/Inep, 2009.

3. Segundo o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a formação de docentes para atuar na Educação Básica deverá ser feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. É admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

adequado. O Ideb reflete essa situação: dos municípios da Região Norte analisados, apenas Boa Vista (RR) e Palmas (TO) apresentam índice acima da média nacional – 4,4. Todos os demais estão entre 3,3 e 3,8.

Investimento que deu certo

Nova Olinda do Norte (AM) é, no entanto, um bom exemplo de município com baixo Ideb que encontrou na formação inicial um caminho para melhorar o ensino. Segundo o dirigente municipal de educação, o investimento na qualificação dos professores foi fundamental para o avanço do Ideb de 2005 para 2007. “Em 2002, as escolas estavam cheias de professores com apenas a 4ª série dando aulas para estudantes da 5ª série em diante. Trabalhamos em parceria com a Secretaria de Educação do estado para formar os professores e mudar esse quadro”, afirmou. Mas os resultados não teriam sido conseguidos sem a disposição do governo de apoiar esse processo formativo. Além de bancar 50% dos gastos investidos na graduação dos docentes do município – o estado arcou com os outros 50% –, a prefeitura teve de administrar a dificuldade de manter as aulas na rede, já que 90% dos professores participavam do programa de formação. No entanto, a comunidade reconhece que o esforço valeu a pena, como revela o depoimento de uma coordenadora pedagógica: “Quando o prefeito decidiu que todos os professores iriam fazer o curso, foi uma loucura, porque não sabíamos como proceder com os alunos. De certa forma, eles foram prejudicados naquele momento, mas hoje estamos colhendo os frutos do investimento”.

Os pais e os professores também consideram que a formação inicial foi responsável pelo avanço na aprendizagem dos estudantes. “No meu entendimento, foi um investimento que deu certo”, afirmou um pai de aluno. “Antes os professores tinham menos estudo que os alunos. Agora não, a maioria dos professores se formou na universidade, eles estão capacitados para ensinar nossos filhos”, concluiu uma mãe. “Costumo dizer que antes eu era professora por vocação, agora sou também por profissão e capacidade de ensinar os alunos. Meus professores me ensinaram muitas coisas, hoje me sinto na obrigação de ensinar os alunos”, relatou uma professora. Atualmente a rede conta com professores qualificados – dos 118 professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 76 são graduados e três têm pós-graduação.

Pais, professores e coordenadores de Aurora do Pará (PA) têm a mesma percepção. “Eu acho que o avanço se deu por causa dos professores. Todos eles têm nível superior. Isso conta muito, porque são professores que sabem o que estão fazendo com os alunos. Eles ensinam o que os alunos precisam

“Muitos fatores contribuíram para o avanço no Ideb, mas a formação inicial dos professores foi o principal.”

Coordenadora pedagógica de Nova Olinda do Norte (AM)

“Percebemos que esses professores são bons por meio de nossos filhos, que passam direto no final do ano, não têm dificuldades.”

**Mãe de aluno de
Aurora do Pará (PA)**

aprender”, afirmou um pai de aluno. Os professores reconheceram que somente com a graduação aprenderam de fato a ensinar os alunos em sala de aula. “Antes não sabíamos como trabalhar determinados assuntos, meu norte era o livro didático. Foi na universidade que vim a entender sobre educação”, contou uma professora.

Em Costa Marques (RO), também é grande o reconhecimento do impacto que a graduação dos professores provocou na educação do município, principalmente em relação à melhoria na prática pedagógica e na aprendizagem dos estudantes. Os educadores relataram que os conteúdos explorados durante o estágio supervisionado e as reflexões que fizeram sobre sua prática durante a graduação contribuíram para a melhoria do ensino e da aprendizagem, porque eles aprenderam a aplicar novas técnicas e metodologias. “A formação nos ajudou a valorizar a necessidade de cada criança e passamos a conhecer vários caminhos para chegar à aprendizagem dos alunos”, sintetizou uma professora do município. Por causa da preocupação com a aprendizagem, os professores também têm se envolvido mais em atividades de formação continuada. “Hoje eles solicitam que sejam realizadas oficinas e capacitações de acordo com as necessidades”, afirmou o dirigente de educação do município.

E os resultados são percebidos pelos próprios alunos em sala de aula. Para eles, a formação dos professores ajudou a melhorar muito a qualidade da educação. “Eles aprenderam mais e estão ensinando melhor”, contou um estudante do município. E não é só a prática que melhorou. Os depoimentos revelam que os professores estão estimulando as crianças a estudar e ler mais. Os professores também têm buscado mais a participação da família para favorecer a aprendizagem das crianças e dos adolescentes. “Eles solicitam nossa ajuda, demonstrando que estão mais preparados para comunicar problemas e para cobrar dos pais o que é necessário”, observou uma mãe de aluna do município.

Infelizmente, segundo a pesquisa, essa é uma realidade ainda distante em muitos municípios do país. Dos nove municípios pesquisados na Região Nordeste, três ainda encontram-se com Ideb abaixo da média nacional e necessitam de investimento significativo na formação inicial. Aquidabã (SE), que teve o pior índice do estado em 2005 (1,0) e avançou em 2007 para 3,0, é um bom exemplo disso. Dos 291 docentes do município, somente 164 tinham curso superior na ocasião da pesquisa. Entretanto, os esforços feitos nos últimos três anos para melhorar a situação já tiveram reflexos nos resultados da rede, como mostra a evolução no Ideb. Além disso, boa parte dos professores leigos está cursando o Ensino Superior, em geral por meio de cursos a distância.

Alto impacto

A relação entre a formação docente e a qualidade da educação também é evidente nos municípios que têm Ideb próximo ou acima da média nacional. De acordo com a pesquisa, todos eles apresentam um bom nível de escolarização. Dos três municípios visitados na Região Centro-Oeste, todos tinham praticamente 100% dos professores graduados na ocasião da pesquisa. Na Região Sudeste, a situação é semelhante: a média de professores graduados em cada município girou em torno de 80%, chegando a 98% em Vila Pavão (ES). Os municípios da Região Sul visitados pela pesquisa também apresentaram ótimo nível de formação inicial.

No Nordeste, a relação Ideb alto e boa formação docente também foi demonstrada pela pesquisa. Altaneira (CE), cujo Ideb é 5,2, tem um bom índice de qualificação docente. Dos 85 professores da rede, 60 tinham curso superior e, desses, 21 já tinham um título de especialização e vários estavam cursando pós-graduação. Os outros 25 professores tinham apenas Ensino Médio, mas todos já estavam cursando o nível superior.

Em Olho d'Água das Flores (AL), os investimentos na formação inicial apresentaram resultados mais expressivos. Na época da pesquisa, em março de 2009, a expectativa era de que, até julho, o município conseguisse ter quase 100% dos professores licenciados. De acordo com dados da Secretaria de Educação, apenas dez professores não quiseram participar da formação. E, com a melhoria na qualificação, os professores se tornaram capazes de aprimorar sua prática e ampliar a aprendizagem dos alunos, como mostram vários dos depoimentos coletados no município. “As crianças estão mais bem-educadas porque o professor está ensinando melhor. Vejo que elas estão estudando mais”, afirmou uma funcionária de uma escola da cidade.

Aperfeiçoamento deve ser garantido

Oferecer formação inicial adequada é fundamental, mas não basta para melhorar a qualidade da educação. É preciso garantir que os professores continuem se aperfeiçoando, como mostram os dados da pesquisa. Dos 26 municípios pesquisados, 23 citaram a formação continuada como fator importante para o avanço dos resultados do Ideb. Mesmo nos municípios em que esse fator não foi mencionado, como Aurora do Pará (PA) – onde o foco do investimento ainda está na formação inicial –, há um trabalho de reflexão permanente sobre a questão na rede por meio de projetos de intervenção realizados com os estudantes.

A pesquisa revela ainda que a ênfase da formação continuada está nas atividades que tratam dos aspectos relacionados à prática pedagógica. Um bom exemplo é o que ocorre em Boa Vista do Tupim (BA), município que mais avançou no Ideb entre os pesquisados (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*). “Com a formação continuada, aprendemos como transformar o conhecimento

“Os professores estão ensinando e aprendendo. E o que eles aprendem querem passar para a gente.”

Aluno de Boa Vista do Tupim (BA)

em prática e ter êxito”, afirmou uma professora do município. Também foi apontada a articulação entre a formação e o contexto do trabalho, com a participação de outros atores do cenário educativo no processo. De acordo com uma supervisora educacional do município, foi preponderante para o avanço da qualidade o fato de supervisores, coordenadores pedagógicos e diretores também estarem em formação, não apenas os professores.

As modalidades mais citadas no levantamento foram: cursos pontuais e jornadas pedagógicas; cursos de formação governamentais, como o Pró-Letramento e o Gestar; programas de formação em serviço; pós-graduação; formação realizada pela equipe de coordenação. Dessas, tiveram maior destaque os cursos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC): 46,1% dos municípios os consideraram um fator importante para o avanço do Ideb, em razão da qualidade dos conteúdos e das metodologias adotadas.

Nas regiões Norte e Nordeste, em especial, esses programas foram apontados como forma de viabilizar a formação continuada, em razão das condições financeiras e operacionais precárias das secretarias municipais e estaduais. O município de Solidão (PE) é um bom exemplo de como as parcerias são relevantes para viabilizar as ações de formação continuada (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*).

Programas de formação

Quase metade dos municípios analisados (46,1%) citou a importância dos programas de formação disponibilizados pelo MEC para o avanço do Ideb. Entre os que mais se destacaram estão:

PRÓ-LETRAMENTO Programa de formação continuada para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, com foco na melhoria da aprendizagem da leitura e da escrita e Matemática. O programa é realizado em parceria com as universidades da Rede Nacional de Formação de Professores e com estados e municípios.

GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (GESTAR) Programa de formação continuada destinado à capacitação de professores de escolas públicas municipais

e estaduais de 5ª a 8ª série (do 6º ao 9º ano), em Matemática e Língua Portuguesa. É realizado em parceria com as secretarias estaduais de Educação.

REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Seu público-alvo são professores da Educação Básica, diretores de escola, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação. A rede é formada por 72 instituições de ensino superior públicas, que produzem materiais para cursos a distância e semi-presenciais, nas áreas de alfabetização e linguagem, ciências, matemática, ciências humanas e sociais, artes e educação física, gestão e avaliação da educação. O desenvolvimento do programa é coordenado pelo MEC, em colaboração com estados e municípios.

Outra característica identificada pela pesquisa é que algumas redes planejam e executam ações de acompanhamento da transposição dos conhecimentos adquiridos para a prática em sala de aula. Para elas, apenas a formação não assegura a qualidade da educação. É preciso garantir a aplicabilidade do que é discutido nos encontros de formação continuada. Em Feijó (AC), a Secretaria de Educação procura fazer esse acompanhamento por meio da atuação de uma coordenadora pedagógica dentro da sala de aula. Ela ajuda os professores nesse trabalho e avalia os resultados alcançados.

Um aspecto positivo é que as ações formativas, nos municípios analisados, são vistas como forma de valorização profissional. A visão da obrigação de frequentar os cursos está sendo progressivamente substituída por uma compreensão da necessidade de atualização e reflexão constantes, bem como de que a formação é um bem pessoal. “O comprometimento dos professores mudou. Nós nos sentimos mais valorizados e preparados. Antes não tínhamos este acompanhamento, estávamos isolados”, declarou uma professora de Boa Vista do Tupim (BA).

Além disso, os municípios que têm ações regulares de formação acabam criando uma cultura de estudo e compartilhamento. Em Costa Marques (RO), segundo os educadores, o maior benefício da formação continuada foi promover a troca de experiências entre todos. Um dos resultados dessa interação, segundo os entrevistados, é que os educadores passaram a ter mais compromisso com o processo de aprendizagem. O trabalho em equipe foi ainda mais valorizado depois da experiência de elaboração coletiva do projeto pedagógico das escolas.

Em Feijó (AC), a formação provocou a necessidade de atualização permanente das práticas pedagógicas em sala de aula. A troca de experiências, então, passou a fazer parte da rotina dos professores. Em boa parte dos municípios visitados, essa cultura já foi implantada e contribuiu para impulsionar os avanços no ambiente de aprendizagem.

Municípios como São João do Sabugi (RN), São José da Lagoa Tapada (PB) e Grajaú (MA) são exemplos concretos de que os investimentos na formação continuada em serviço – aquela realizada em ambiente escolar de forma colaborativa com os professores – contribuem para o aperfeiçoamento docente. A prática estimula o protagonismo da equipe de coordenação pedagógica, gerando autonomia na rede e possibilitando a execução de ações permanentes e regulares.

Em Grajaú, por exemplo, até 2007 as ações eram pontuais. A partir de então, a formação tornou-se mais constante. Hoje, os professores consideram que os encontros de avaliação e planejamento com coordenadores e pedagogos são importantes para sua formação, pois neles, além de pensar sobre conteúdos, discutem sobre as dificuldades dos alunos e planejam atividades diversificadas. Os professores que estão implantando

“Com a ampliação da formação dos professores, a aprendizagem dos alunos vem melhorando muito.”

**Dirigente de educação
de Feijó (AC)**

“Toda a equipe da Secretaria de Educação se sente responsável pela formação do professor. Por isso, propomos leituras, realizamos encontros de discussão da prática.”

Supervisora da rede municipal de Grajaú (MA)

o Ensino Fundamental de nove anos têm também participado de encontros semanais com o supervisor do projeto para trocar ideias, avaliar e planejar o processo. “Realizamos grupos de estudos para discutir sobre os conteúdos adequados a cada ano. Também falamos sobre as demandas e dificuldades com base na leitura de artigos, capítulos de livros e outras publicações”, contou uma supervisora de ensino.

Dos municípios analisados na Região Centro-Oeste, apenas Sapezal (MT) não tem programa de formação continuada. A Secretaria Municipal de Educação apenas viabiliza cursos de capacitação ocasionais. Mesmo assim, é possível perceber que algumas práticas estão sendo aprimoradas por meio de informações repassadas nessas capacitações.

Em São Luiz do Norte (GO), o grande norteador das ações é o Projeto Aprendizagem, que tem como base a formação continuada com ênfase na aprendizagem e no fortalecimento da gestão pedagógica. A formação continuada em serviço é o primeiro eixo do projeto e tem como objetivo assegurar saberes, competência téc-

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

A união faz a força

O município de Solidão (PE) buscou nas parcerias com os governos federal e estadual e com diferentes instituições – entre elas a União Nacional dos Dirigen-

tes Municipais de Educação (Undime), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – a forma de viabilizar as ações de formação inicial e continuada. Entre os programas, tiveram destaque os oferecidos pelo MEC, como o Pró-Letramento (*veja o quadro Programas de formação*) e outros direcionados à produção de textos. Os professores e coordenado-



Em Solidão (PE), as ações de formação tiveram destaque

nico-pedagógica e autonomia para o exercício da função docente. Com isso, todos, especialmente os professores, se responsabilizam pela aprendizagem dos alunos e garantem um acompanhamento diferenciado aos estudantes que necessitem.

Já a Secretaria Municipal de Campo Grande (MS) desenvolve um trabalho abrangente e articulado, baseado na coerência e na complementaridade. De acordo com os depoimentos de educadores, as ações são muito bem planejadas e executadas, e a equipe central está permanentemente alinhada para seu desenvolvimento. O departamento de avaliação, por exemplo, é um dos responsáveis por fornecer subsídios para que a equipe de formação possa planejar o trabalho com base nas demandas da rede. Segundo a dirigente de educação, “o foco da formação é na pesquisa e na produção do professor. Queremos que ele seja autor do seu material, dos seus encaminhamentos em sala de aula”.

Além de programas executados em parceria com o MEC, a rede de Campo Grande desenvolve outras atividades de formação continuada, como os Momentos de

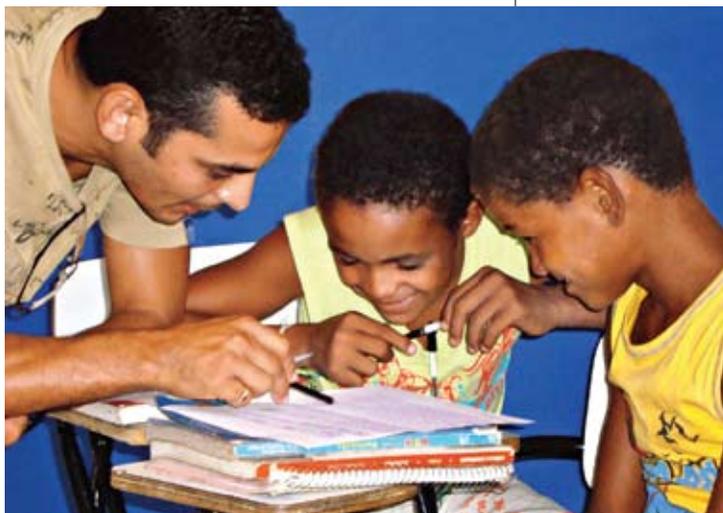
res pedagógicos ressaltaram também o impacto dos cursos voltados para a correção de fluxo.

Formação em rede

Boa Vista do Tupim (BA) foi a cidade que registrou o maior avanço na nota do Ideb entre as 26 analisadas – 2,6 pontos. Essa evolução se deu, segundo os entrevistados, porque o município conseguiu estabelecer uma cultura de formação continuada. Os investimentos na formação são divididos igualmente entre a prefeitura e parceiros externos. Pela metodologia adotada pela rede, o processo de aprendizagem se dá em cadeia, por meio de multiplicadores. Ou seja, os supervisores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e do Ensino Fundamental II levam a formação aos coordenadores pedagógicos, que, por sua vez, reúnem-se semanalmente com os professores das escolas para repassar os conhecimentos adquiridos. Nessas reuniões, eles tratam dos desafios cotidianos, discutem a prática e fazem o planejamento escolar. Além disso, são realizados

encontros mensais – os chamados Grupos de Estudos – com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre temas específicos, tendo como material de base os instrumentos de registro do professor e o material do aluno. Para complementar os encontros de formação com os coordenadores são feitas visitas de observação durante as aulas para depois discutir com os professores as práticas utilizadas em sala.

Em Boa Vista do Tupim (BA), a aprendizagem é resultado de trabalho em rede



Parada, encontros de estudos sobre temas demandados pelos educadores; as oficinas pedagógicas e os seminários, realizados por técnicos da secretaria ou especialistas convidados; as reuniões pedagógicas nas escolas; e a formação dos gestores.

Outro aspecto que contribui para a transposição das aprendizagens para a prática é o acompanhamento sistemático que os coordenadores das escolas fazem do trabalho dos professores. Além disso, como todos os professores do Ensino Fundamental são graduados, a Secretaria de Educação tem investido na pós-graduação, em parceria com as universidades da capital. O currículo desses cursos privilegia a prática do professor, sendo construído com base nas demandas da rede. O foco é na formação e na valorização dos professores alfabetizadores – cujo trabalho é considerado fundamental para o desenvolvimento das crianças na escola.

Nos municípios da Região Sudeste analisados pela pesquisa, há maior autonomia das redes em comparação com as de outras regiões. Embora também se beneficiem dos programas governamentais, os municípios, em geral, oferecem ações planejadas ou, ainda, bolsas para cursos de pós-graduação. Um exemplo de investimento em formação é o do município de Quissamã (RJ), que buscou ampliar a qualificação de todos os profissionais da educação, desde o diretor até os responsáveis pela limpeza e merenda. Segundo os relatos, atualmente, só não tem nível superior ou pós-graduação o professor que não quer. Além disso, os professores estão frequentemente envolvidos em cursos de atualização. As demandas surgidas nas escolas e os projetos didáticos são seu principal foco. Antes de se implantar alguma novidade na rede, é organizado um curso de formação para subsidiar os professores, ministrado pela equipe da Secretaria de Educação ou por uma equipe externa.

Já nos municípios participantes da Região Sul, os programas de formação continuada são organizados pelas secretarias com base nas demandas identificadas nas redes. Em apenas um dos municípios foi citada a parceria com programas governamentais. Em Ituporanga (SC), a rede conta com a parceria da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), que oferece cursos de formação e assessoria aos municípios da região em aspectos pedagógicos, administrativos, jurídicos e educacionais.

Em Peabiru (PR), um dos diferenciais é a participação efetiva dos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas em todos os cursos e capacitações oferecidos na rede municipal aos professores. Para a dirigente de educação do município, não há como cobrar maior comprometimento dos educadores se os líderes não participarem. O processo de avaliação também permite que os próprios professores percebam suas dificuldades e sinalizem suas expectativas e necessidades para as próximas ações de formação. Assim, eles têm a oportunidade de compartilhar seus saberes e experiências. “O interessante é que os professores sentem que estão num crescimento coletivo”, concluiu a dirigente. Um processo em que todos só têm a ganhar.

II. Práticas pedagógicas

Nos municípios pesquisados, as práticas pedagógicas também apareceram com destaque para explicar os avanços do Ideb. As estratégias que, segundo os entrevistados, mais impactaram nos resultados foram:

- ❖ Atendimento às necessidades específicas dos alunos, com atividades de reforço ou complementares ao turno regular.
- ❖ Priorização de atividades relacionadas à leitura e à escrita.
- ❖ Diversificação das práticas para estimular a aprendizagem dos estudantes.
- ❖ Monitoramento das ações e dos resultados, por meio de um acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos.

Atenção às necessidades específicas dos alunos

Segundo as redes analisadas, para avançar é necessário apoiar todo e cada aluno em seu percurso de aprendizagem. Uma das principais constatações da pesquisa é que, para melhorar os indicadores, é preciso ampliar o tempo de aprendizagem dos alunos. Como a escola de tempo integral ainda é uma realidade muito distante para a grande maioria dos municípios, as redes pesquisadas têm adotado como alternativa as atividades de apoio pedagógico, citadas por 73% dos municípios analisados. Para apoiar os alunos que apresentam dificuldades específicas ou que estão distanciados do grupo, a principal estratégia encontrada foi o reforço escolar. A maioria dos municípios investe significativamente nessa prática, na qual envolve toda a equipe técnica da secretaria, os diretores das escolas, os professores e os pais de alunos.

Em São Luiz do Norte (GO), por exemplo, foi criada uma força-tarefa para oferecer o reforço escolar no contraturno das escolas. Os professores estenderam sua carga horária de 30 para 40 horas semanais, mediante um aumento correspondente de remuneração, e passaram a dar aulas de reforço individual, que duram de 2 a 3 horas, em média duas vezes por semana. Por meio dessa ação, chamada de Projeto Aprendizagem – fruto de uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação –, o município passou a investir mais objetivamente na aprendizagem dos alunos e na superação de suas dificuldades.

Em Costa Marques (RO), a prefeitura também investiu na remuneração do quadro docente para permitir que os professores possam se dedicar ao reforço escolar e às atividades de planejamento pedagógico. O reforço escolar é levado tão a sério no município que uma parte do tempo dos encontros de planejamento e reflexão da prática é dedicada à discussão das estratégias de intervenção com os alunos que precisam de apoio. A carga horária dos professores é de 40 horas, mas eles só atuam 20 horas em sala de aula. No restante do tempo, fazem

o planejamento diário e dão aulas de reforço escolar aos alunos que necessitam. A prática conta com o compromisso de todos os sujeitos envolvidos no processo. “Nós acompanhamos o trabalho de cada professor e promovemos encontros para trocas de experiências. Todos aceitam sugestões e avaliam sua prática e a prática dos colegas por meio dos relatos”, revelou um diretor de escola. “Também acompanhamos o desenvolvimento dos alunos, por meio de uma avaliação bimensal e das atividades realizadas diariamente. Assim, identificamos aqueles que estão com dificuldade e os convidamos a participar do reforço escolar.”

Foco no desenvolvimento integral da criança

Outro fator de avanço citado por alguns municípios foi o trabalho desenvolvido por equipes multidisciplinares, compostas de fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos. A iniciativa teve destaque nas redes de Vila Pavão (ES), Santana (AP), Peabiru (PR) e Pejuçara (RS), todas com Ideb acima

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

Renovando a prática pedagógica

No município de Santana (AP), os projetos dos alunos são realizados de forma interdisciplinar, geralmente por série ou ciclo. Na escola Padre Fúlvio Giulliano, há três anos é executado o projeto Nossa Tribo, que tem o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a cultura do estado. “No ano passado, o tema foi o açaí, prato principal dos amapaenses. Neste ano vamos trabalhar etnias”, conta a coordenadora pedagógica da escola. Para uma educadora da rede, “os projetos são a forma de materializar os conteúdos implícitos”.

Planejamento e avaliação

Em Recreio (MG), os resultados são medidos por índices que correspondem aos sistemas de avaliação do governo federal (Prova Brasil) e

do governo estadual (Programa de Avaliação da Alfabetização – Proalfa, e Programa de Avaliação da Educação Básica – Proeb), que geram informações importantes para o planejamento das ações educativas e para o acompanhamento pedagógico realizados nas escolas. As informações sobre o desempenho dos alunos são discutidas em reuniões sistemáticas entre supervisores e diretores e nos encontros de professores, que se realizam a cada 15 dias. As ações são desenvolvidas mediante intervenções específicas para cada aluno – o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que define os conteúdos que serão trabalhados com o estudante e as estratégias metodológicas a ser desenvolvidas. Seu foco é a leitura e a escrita, com atenção especial para os alunos com distorção idade-série. Cada criança tem acompanhamento individualizado. Todas as atividades são registradas em uma pasta, incluindo as avaliações de todas as tarefas e o depoimento do professor sobre seu rendimento.

da média nacional, com exceção de Santana. Em Pejuçara, por exemplo, esse trabalho permitiu um acompanhamento mais próximo das crianças. A equipe multidisciplinar é formada por psicóloga, psicopedagoga, uma professora que atua no laboratório de aprendizagem, outra no laboratório de Educação Física, além de aulas de reforço ministradas por professores de diferentes áreas. Há ainda um serviço de apoio à saúde – os alunos contam com um consultório odontológico dentro da escola e, quando necessário, são encaminhados para consultas médicas. Para os professores entrevistados, o trabalho em equipe ajuda a cuidar da criança de forma integral, o que favorece seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Somente o município de Palmas (TO) indicou a jornada integral como fator de avanço no Ideb. Na sua rede, o aluno permanece na escola durante 8 horas diárias: 4 horas para o estudo das disciplinas do Núcleo Comum em sala de aula; 40 minutos para dois intervalos de 20 minutos; 1 hora para almoço; e 3 horas e 20 minutos

Apoio intensivo

Feijó (AC) e Sapezal (MT) têm bons exemplos de ações voltadas para o atendimento de necessidades específicas dos estudantes – no caso, de alunos oriundos dos seringais e indígenas, respectivamente. Em Feijó, foi criada uma turma no contraturno para atender alunos que chegam do seringal com dificuldades de aprendizagem, ape-

sar de ter sido aprovados. Esse reforço escolar é realizado de forma voluntária pelos professores da escola, o que demonstra seu envolvimento e seu compromisso com a aprendizagem dos alunos. Já em Sapezal (MT), os atendidos pelas aulas de reforço são os alunos indígenas, que estudam aos sábados, em horário integral, com alimentação e transporte escolar inclusos.



Em Sapezal, MT, o atendimento às necessidades específicas dos alunos foi uma das estratégias utilizadas para melhorar o Ideb

“Focamos muito na leitura, pois a maioria das crianças não tem pais leitores, e a escola tem de ser um modelo.”

Coordenadora pedagógica de Boa Vista do Tupim (BA)

para as chamadas atividades da parte diversificada do currículo (natação, dança, estudo dirigido, judô, línguas, música etc). “A escola integral se estende além das paredes da sala de aula, nos faz participar do processo de aprendizagem”, observou o pai de um aluno de Palmas (TO).

Ênfase na aprendizagem de leitura e escrita

O foco na leitura e na escrita – fator fundamental para a garantia da aprendizagem dos estudantes – foi citado como importante para os avanços em 50% dos municípios pesquisados. De acordo com o levantamento, a Prova Brasil contribuiu significativamente para que as escolas dessem especial atenção a este aspecto, em razão de sua ênfase na avaliação das competências de leitura e escrita dos alunos.

Nove dos 26 municípios analisados revelaram que a Prova Brasil apontou uma necessidade de avaliação do currículo, em especial aqueles que estavam mais distanciados do desenvolvimento das competências exigidas. Foi o que aconteceu em Fronteiras (PI). “Dar foco à leitura e à escrita foi uma necessidade observada a partir dos descritores da Prova Brasil”, explicou um educador. Em São Simão (SP), o quadro se repetiu. De acordo com os entrevistados, as atividades de pesquisa e de incentivo à leitura foram intensificadas em toda a rede utilizando, inclusive, o espaço das bibliotecas escolares.

Em Boa Vista (RR), a Secretaria Municipal de Educação propôs um trabalho específico de reforço às atividades de leitura e escrita. O Projeto Letramento, como é chamado, surgiu de um diagnóstico realizado pelos coordenadores pedagógicos das escolas municipais em 2005. Sua implantação foi a alternativa encontrada para recuperar, no contraturno escolar, o processo de aprendizagem da leitura e da escrita não desenvolvido pelos alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental no período regular. Inicialmente teria duração de um ano, mas agora só deverá terminar quando todos os alunos da rede tiverem adquirido as habilidades completas de alfabetização.

Por ser fundamental para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, a alfabetização é um desafio constante para as redes. Nos municípios de Ituporanga (SC), Peabiru (PR), Fronteiras (PI) e Altaneira (CE), as escolas procuram dar ênfase ao aprendizado de cada aluno, garantindo o cumprimento das metas para cada série e certificando-se que todos serão alfabetizados. “É importante trabalhar com as crianças um projeto de alfabetização que dê certo, que as faça aprender”, afirmou a dirigente municipal de educação de Peabiru.

Em Campo Grande (MS), a rede investiu em ações sistemáticas de incentivo à leitura, realizadas nas bibliotecas de forma articulada com o trabalho dos

professores. “Todas as escolas da rede municipal têm biblioteca, com um bom acervo, onde as auxiliares desenvolvem atividades de leitura e produção de textos, complementando o que é feito em sala de aula”, contou uma educadora da rede. Em Boa Vista do Tupim (BA), os projetos de incentivo à leitura e à escrita também envolvem as bibliotecas escolares e até uma biblioteca ambulante, instalada em um carrinho de mão que circula pelas ruas próximas à escola Cora Ribeiro. De acordo com os entrevistados, os alunos param nas calçadas para ler para os adultos, que adoram. Assim, a leitura é vista como um prazer e até um prêmio. “Quando o aluno faz uma prova boa, a professora o manda para a biblioteca para ler”, afirmou um aluno da escola Maria Isauri.

Para os estudantes que, apesar de todos os esforços da comunidade escolar, ainda têm dificuldades, a rede de Aurora do Pará (PA), por exemplo, desenvolve projetos específicos de intervenção na leitura e na escrita. No município paraense, desde 2006 se desenvolve o projeto Eu Leio, Tu Lês, Nós Escrevemos, com atividades que, além da prática diária em sala de aula, incluem gincanas de leitura e escrita entre alunos de diferentes escolas.

Embora haja municípios, como os que foram mencionados ao longo do texto, com um trabalho sistematizado de aprimoramento da leitura e da escrita, a pesquisa mostra que outros ainda estão vivenciando a etapa inicial desse processo. Em Aquidabã (SE), por exemplo, os pesquisadores constataram que em algumas escolas é possível encontrar crianças que ainda não sabem ler executando tarefas não condizentes com seu nível de aprendizado – como produção de texto e exercícios de gramática. Segundo a equipe de coordenadores, somente houve mudança em relação aos conteúdos e à metodologia das práticas pedagógicas a partir da divulgação do resultado do Ideb 2005, quando o município ficou entre os piores do estado. Após reuniões com as equipes, foram adotadas diferentes estratégias para enfrentar a crise. A principal delas foi mudar a metodologia, os conteúdos e a avaliação. “Começamos a trabalhar muito com textos. Tudo passou a ser motivo para escrever”, afirmou um professor.

As professoras da escola Eurico S. Filho contam que passaram a atuar onde de fato estava a falha: “Os alunos eram aprovados, mas não estavam alfabetizados. Começamos da base novamente e fomos acompanhando a evolução”. No entanto, ainda há muito trabalho a fazer. Segundo o relatório de pesquisa do município, o que se percebe pelos depoimentos é que a maioria dos profissionais encontra-se ainda em fase de mudança de paradigmas, de reestruturação de saberes, em ritmos bastante diferentes.

Também fica clara pela pesquisa a necessidade de manter os investimentos na formação continuada dos professores para que haja avanços nas habilidades de

“Eu acredito que a escola seja da comunidade.”

Dirigente municipal de educação de Campo Grande (MS)

leitura e escrita dos estudantes. Nesse sentido, programas estaduais e do MEC, como o Pró-Letramento (*veja o quadro* Programas de formação), têm sido um suporte importante para as redes ao viabilizar a formação e contribuir para a reflexão e a mudança nas práticas dos professores.

Diversificação de práticas pedagógicas

A necessidade de diversificar as práticas pedagógicas para estimular a aprendizagem do aluno é um consenso em todos os municípios pesquisados. Entretanto, ainda são poucos os que efetivamente já avançaram nesse aspecto e apontam esse fator como importante para a melhoria do Ideb – apenas 34% da amostra. Esses municípios buscam o que existe de melhor nessa área, o que faz a diferença na região e as parcerias possíveis, e aproveitam a criatividade de seus professores para desenvolver atividades que impactem positivamente na vontade e na capacidade de aprender dos estudantes.

A estratégia da Pedagogia por Projetos foi citada por cinco dos municípios pesquisados como tendo reflexo direto no interesse dos alunos e na sua aprendizagem. Em Campo Grande (MS), por exemplo, uma professora salientou que esses projetos trazem mais dinamismo à educação: “Na escola não pode ter

Projetos como política da rede

Em Aurora do Pará (PA), os projetos de pesquisa realizados pelos alunos tornaram-se política da rede. Os coordenadores e os professores realizam várias reuniões para definir os temas a ser investigados pelos estudantes, considerando as dimensões sociopolítica e social, com o objetivo de aprofundar os conteúdos trabalhados em sala de aula. Em seguida, os temas são propostos aos alunos, para que, em conjunto com os professores, decidam como efetivar a investigação na prática. Um mesmo tema pode ser abordado em diversas áreas, o que amplia o conhecimento sobre ele e proporciona continuidade no processo investigativo. As atividades previstas no projeto incluem pesquisa bibliográfica;

elaboração de instrumentos de coleta de dados (questionários, formulários, roteiro de observação); aplicação desses instrumentos; tabulação e análise dos dados coletados; e elaboração do relatório da investigação.

A escola pode elaborar seu projeto de pesquisa individualmente ou em parceria com outras escolas, desde que ele perpassasse todas as áreas do conhecimento, com atenção especial para Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados obtidos são apresentados na feira cultural das escolas e durante o Seminário Cultural, realizado pela prefeitura municipal, como forma de incentivar os estudantes a continuar pesquisando. Os estudantes participam da orga-

marasmo, tem de ter movimento o tempo todo”. Na Escola Municipal Wanderlei Rosa de Oliveira, as atividades conciliam o que os alunos gostam de fazer com o que eles precisam aprender e acontecem em diferentes ambientes. “Os professores foram percebendo que aprendizagem não se dá só entre quatro paredes. Essa aprendizagem precisa acontecer em qualquer lugar. Sair da sala de aula é muito importante para os alunos”, explicou a diretora. Além disso, os projetos são elaborados coletivamente, diversificam os tipos de atividades realizadas e envolvem toda a comunidade escolar, inclusive funcionários e pais. Buscam, ainda, fomentar o protagonismo juvenil, por meio do envolvimento dos alunos na tomada de decisões. Segundo a diretora, faz grande diferença a atitude de levar a ideia para ser debatida, não o projeto pronto. “Quando o aluno se sente parte do processo, a coisa funciona”, afirmou.



Em Aurora do Pará (PA), projetos de pesquisa trouxeram desde cedo ganhos para o aprendizado dos alunos

nização do evento e podem expor os resultados de suas pesquisas de diferentes formas, como apresentação oral, pôsteres, entre outras.

Todas as etapas citadas são realizadas sob a orientação de professores e coordenadores pedagógicos. Os resultados das pesquisas têm obtido o reconhecimento da comunidade escolar: “O trabalho com projetos foi um ganho muito grande para o aprendizado dos alunos. Eles nem percebem que estamos aproveitando o envolvimento deles com

a pesquisa para trabalhar conceitos importantes como ética, cidadania, valores morais, assim como as próprias disciplinas escolares”, afirmou a diretora de uma escola do município. Para uma professora, “o maior avanço foi acreditar no potencial dos alunos. Quando falo que trabalhamos com projetos de pesquisa, as pessoas não acreditam que alunos de 1ª a 4ª série (do 2º ao 5º ano) são capazes de realizá-los. Mas aqui ninguém parte do princípio que eles não irão conseguir”.

“Participar de projeto é muito bom porque ensina, desenvolve, dá vontade de vir para a escola.”

Aluno de Fronteiras (PI)

Em Quissamã (RJ), a adoção da Pedagogia por Projetos promoveu um salto qualitativo no desempenho da rede como um todo, tendo sido apontada por professores e coordenadores como a grande alavanca para a melhoria na qualidade do trabalho, aliada ao suporte pedagógico oferecido para seu desenvolvimento. A adoção de diferentes linguagens para a realização das ações pedagógicas – artes cênicas, artes plásticas, dança, esportes, literatura, teatro, entre outras – também foi destacada como fator importante para fortalecer o vínculo dos alunos com a escola. A Escola Municipal Tânia Regina Paula é um bom exemplo desse tipo de abordagem. Os temas trabalhados a cada bimestre podem ser desenvolvidos em diferentes linguagens por cada turma. Em comum, eles precisam ter apenas uma produção escrita como parte da conclusão do projeto e conteúdo alinhado com o tema. Os professores são responsáveis por articular os trabalhos com o cotidiano da sala de aula para que não fiquem estanques e, conseqüentemente, descontextualizados em relação ao projeto como um todo. Os resultados são evidentes: os professores afirmam que o interesse dos alunos nas aulas aumenta muito quando o trabalho é desenvolvido dessa maneira. As próprias crianças reconhecem isso: “É tão gostoso aprender assim que, quando chega sábado e domingo, a gente não gosta”, afirmou um aluno de 11 anos.

Educação contextualizada

A contextualização dos conteúdos é outro referencial importante nos municípios que apontaram as práticas pedagógicas como fator de avanço. As escolas buscam cada vez mais adequá-los à vida, à vivência e ao cotidiano dos alunos, com destaque para a cultura local e o território no qual estão inseridos, mas sem perder de vista o todo, o mundo, o global. Para os alunos, vivenciar o que está sendo ensinado torna as aulas mais interessantes e produtivas, como revelam os depoimentos dos estudantes das escolas municipais de Fronteiras (PI): “Participar de projeto é muito bom porque ensina, desenvolve, dá vontade de vir para a escola”, contou um aluno de 8 anos da escola Nossa Senhora de Fátima. Eles também consideraram as aulas mais divertidas e menos cansativas, o que, segundo eles, desperta a curiosidade e ajuda a aprender coisas novas.

Outro bom exemplo nesse sentido é o do município de São Luiz do Norte (GO), que atingiu a média 6,0 no Ideb nacional. Todo conteúdo trabalhado pelos professores em sala de aula está interligado ao universo e à realidade dos alunos. O currículo escolar e os livros didáticos são definidos de acordo com esse mesmo princípio. Os professores buscam referências na própria cultura regional para embasar o processo de aprendizagem e torná-lo mais próximo do cotidiano. Então, muitas vezes as aulas e os trabalhos dos alunos tratam

da culinária local, das festas religiosas do município, da atividade agrícola, do folclore da região.

Em Boa Vista do Tupim (BA), também é grande a preocupação com a adequação dos conteúdos pedagógicos à realidade dos alunos. Para garantir a eficácia dessa estratégia, são realizados grupos de estudos e reuniões de planejamento, nos quais são conciliadas as expectativas de aprendizagem com o nível de ensino e de cultura dos estudantes. Segundo as pesquisadoras, foi possível perceber, inclusive nas conversas com as crianças, que o currículo é vivo e está ligado ao território e à cultura local, mas também com um olhar para o global. E isso, de acordo com os depoimentos de coordenadores e diretores do município, favorece a aprendizagem.

Apoio de parceiros externos

O município de Ituporanga (SC), cujo Ideb passou de 4,0, em 2005, para 5,5, em 2007, busca a diversificação dos conteúdos por meio de parcerias com instituições externas. Um exemplo é o projeto Verde é Vida. Desenvolvido em três escolas do município em parceria com uma associação de produtores e a Universidade de Santa Cruz (RS), envolve várias atividades relacionadas ao meio ambiente articuladas com o currículo e o Projeto Político-Pedagógico de cada unidade.

Outro importante fator de contribuição à aprendizagem foi o desenvolvimento de ações que envolvessem não só alunos e professores, mas toda a comunidade escolar (pais, funcionários, moradores). Com isso, todos se comprometem com a melhoria da educação. Em Campo Grande (MS), a forma encontrada foi o projeto Escola Aberta, do MEC, considerado pela população como um dos

Múltiplos papéis

As matrizes da Prova Brasil foram utilizadas com diferentes finalidades em quatro municípios pesquisados: como subsídio ao planejamento, como treino para os testes e uso de gabarito e como instrumento de avaliação de conteúdos e metodologias adotadas. Em Grajaú (MA), os educadores entrevistados consideram a avaliação um documento norteador do planejamento das ações

pedagógicas. Já em Sapezal (MT), os estudantes passaram a ser avaliados por meio de provas discursivas e reflexivas, como a Prova Brasil, e a fazer uso frequente do gabarito. Em São João do Sabugi (RN), foi realizada, de acordo com os entrevistados, uma análise dessas matrizes com a intenção de contribuir com a avaliação da pertinência dos conteúdos ensinados aos alunos.

mais importantes entre os executados pela rede, por fortalecer o envolvimento da comunidade com a escola por meio de atividades realizadas no contraturno escolar. “Com o Escola Aberta, crianças, adolescentes e pais têm aonde ir no final de semana”, contou uma funcionária do município. Mesmo as instituições de ensino que ainda não aderiram ao programa estão buscando alternativas para abrir a escola para a comunidade.

Monitoramento das ações pedagógicas e dos resultados

Em relação às ações pedagógicas e seus resultados, três fatores se destacaram, de acordo com a pesquisa: a implantação de sistemas de avaliação e monitoramento, a presença de coordenadores nas escolas e a utilização das matrizes da Prova Brasil como diagnóstico para o planejamento dos conteúdos e das atividades e o seu acompanhamento.

Como na publicação *Redes de Aprendizagem – Boas Práticas de Municípios Que Garantem o Direito de Aprender* (2008 – UNICEF/Undime/MEC), em que a avaliação foi identificada como “uma ferramenta efetiva de estabelecimento e cumprimento de metas”, nesta análise os municípios também reconhecem essa necessidade. Para isso, articulam o sistema de avaliação, o monitoramento das ações e o planejamento pedagógico, de forma a focar diretamente nas necessidades dos alunos.

Os sistemas de avaliação e monitoramento das ações foram apontados como fatores importantes para o aumento do Ideb por oito municípios – todos com índices acima da média nacional, de 4,2, com exceção de Feijó (AC), cujo índice é 3,3 –, o que mostra sua relevância para a conquista de melhores níveis de aprendizagem. A maioria deles utiliza sistemas de avaliação municipais e/ou estaduais, além da Prova Brasil, para garantir o monitoramento das metas.

Um exemplo é o que acontece no município de Recreio (MG), onde são realizadas avaliações diagnósticas e há cobrança permanente por resultados, com base em ações articuladas com o desempenho dos estudantes (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*). Essa articulação também se evidencia nas escolas da rede de Campo Grande (MS). Cada aluno tem um registro dos seus processos de aprendizagem, além de fichas de acompanhamento, nas quais constam os aspectos a melhorar e as providências que professores e equipe técnica deverão tomar. O diagnóstico contínuo serve de parâmetro para o atendimento imediato, assim que as necessidades são identificadas. Segundo a equipe de coordenação, os registros são reconhecidos por todos como úteis ao trabalho.

O acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos foi destacado também em Altaneira (CE) e em Boa Vista do Tupim (BA). De acordo com

os entrevistados, desde que o acompanhamento foi implantado no município cearense, há dois anos, muitos avanços foram conquistados em relação ao nível de aprendizagem dos estudantes. Segundo a dirigente de educação do município, todo ano há uma avaliação externa – nos anos pares, é o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (Spaee); nos ímpares, a Prova Brasil. Com isso, há uma mobilização geral para monitorar cada vez mais os processos de aprendizagem dos estudantes. O mesmo acontece em Boa Vista do Tupim. “Com o acompanhamento é possível saber qual o avanço dos alunos, como num raio X, e estabelecer metas claras de alfabetização, definidas com o pé no chão. Agora há perspectiva, o número retrata a realidade”, afirmou uma professora do município baiano.

Apesar de não ter sido apontada como motivo de avanço, a existência de um sistema de avaliação próprio foi registrada em quatro outros municípios, além de Altaneira: Recreio (MG), Campo Grande (MT), Solidão (PE) e Feijó (AC), onde também se verificou a implantação, nas escolas, de uma cultura de acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

Presença e acompanhamento marcantes

Já a presença do coordenador pedagógico nas escolas foi citada por 34% dos municípios pesquisados como fator de avanço. Nesses municípios, essa presença é mais recente e, por isso, seus resultados positivos se destacam. Foi o que aconteceu em Olho d'Água das Flores (AL), onde, até 2005, os coordenadores ficavam alocados na Secretaria de Educação e visitavam periodicamente a escola sob sua responsabilidade. De acordo com a dirigente municipal de educação, a mudança deles para as escolas foi radical e em alguns casos houve até resistência – as salas dos coordenadores tiveram de ser eliminadas e substituídas por uma mesa de reunião. Hoje, há um coordenador por turno, em cada escola – às vezes até cinco, como no caso da escola Maria Augusta, que tem mais de 2 mil alunos. E essa mudança acabou tendo impacto positivo também nas escolas da zona rural e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora essas áreas não tenham influência no Ideb. Hoje, existem coordenadores para as três escolas rurais do município e para a EJA. “A cobrança do coordenador sobre os professores e seu apoio constante nos planejamentos fazem a diferença”, contou um professor da rede. Os depoimentos de alguns pais revelam que a importância de sua atuação é percebida pela comunidade: “A mentalidade da escola mudou com a coordenação”, observou a mãe de um aluno.

Nos demais municípios, o trabalho dos coordenadores nas escolas é expressivo e, embora não tenha sido citado como fator de avanço, provavelmente por ser uma

prática que já faz parte da cultura da rede, é reconhecido como fundamental para a viabilização do trabalho de planejamento, monitoramento e apoio ao professor.

Em Quissamã (RJ), por exemplo, a presença de um coordenador em cada unidade escolar, implantada muito antes da Prova Brasil, foi apontada como um diferencial que permitiu o desenvolvimento de práticas voltadas para as necessidades específicas de cada escola e professor. De acordo com os relatos, o coordenador é figura-chave na execução das atividades da escola. É ele quem mantém o foco no pedagógico, auxilia os professores em suas pesquisas e apoia os alunos em suas dificuldades, encaminhando-os para o reforço quando necessário, além de fazer a ponte entre a escola e a Secretaria de Educação, levando demandas e trazendo novidades. É aquele que desafia, propõe e apoia. “Onde não tem conflito, não tem avanço”, observou a coordenadora de uma escola do município. Uma professora da rede elogiou as reuniões pedagógicas com o coordenador: “É orientação muito direcionada. O que aprendo aqui levo para a sala de aula”. A presença desses profissionais mexeu com as escolas e tornou-se um estímulo para os professores que pretendem desempenhar tal função no futuro, uma vez que sua escolha é baseada no mérito e no reconhecimento das competências de liderança e destaque na escola. Um aspecto identificado pela pesquisa é que esse profissional, antes incumbido de tratar de questões administrativas da rede escolar, passou a cuidar prioritariamente das questões pedagógicas.

Em São João do Sabugi (RN), a atuação dos supervisores foi destacada como um aspecto importante para assegurar o trabalho coletivo nas escolas. Para os professores entrevistados, essa é a forma de a Secretaria de Educação se aproximar deles, dando todo o apoio de que precisam. Além disso, ao cobrar os professores, sugerir novas metodologias e conhecer de perto os alunos, os supervisores contribuem para que o trabalho pedagógico seja melhor a cada dia.

A dirigente municipal de educação de São José da Lagoa Tapada (PB) enfatizou o trabalho da coordenação e do planejamento como pontos-chave da melhoria da qualidade na educação do município. “Planejamos junto com a equipe de supervisores o que vamos fazer o ano inteiro e sentamos com os professores para planejar as aulas. Depois, a equipe de supervisão elabora uma avaliação com base nesse planejamento e vai às escolas aplicar os testes com os alunos. Dependendo do resultado dos testes, a gente chama o professor e pergunta o que está acontecendo, se ele está precisando de ajuda. Em alguns casos, a gente puxa a orelha mesmo”, contou.

Com maior ou menor relevância e com diferentes combinações, a pesquisa constatou a importância de cada um desses fatores para o avanço do Ideb. Sem fórmulas mágicas ou mirabolantes, as experiências dos municípios analisados apontam para caminhos que poderão ser trilhados, com sucesso, por outras redes.

III. Ambiente de aprendizagem

No que diz respeito ao ambiente de aprendizagem, dos fatores identificados como mais representativos pela pesquisa, dois estão relacionados diretamente aos professores. São eles:

- ❖ Perfil dos profissionais: sua motivação, seu compromisso e sua responsabilidade.
- ❖ Ambiente colaborativo: a existência de troca e apoio mútuo.

Os demais estão ligados ao relacionamento das famílias com as escolas e às condições de infraestrutura dos colégios.

Motivação, compromisso e responsabilidade fazem diferença

O perfil dos profissionais foi apontado como fator de avanço em dez municípios; em outros 12, como condição favorável à melhoria do Ideb. Isso significa que em 80% da amostra apareceu no conjunto de elementos que promoveram a qualidade da educação. Motivação, compromisso e responsabilidade dos professores no exercício de sua função foram palavras recorrentes nas entrevistas, inclusive entre pais e alunos.

A comunidade escolar de São Simão (SP) destacou a mobilização e o interesse dos professores em melhorar a aprendizagem dos alunos. Indagados sobre o que a escola oferece de melhor para seus filhos, pais de alunos da escola Fausto Pires responderam: “A atenção dos professores. Eles tratam todo mundo igual”; “A escola está aberta para os pais entrarem na hora que quiserem”; “É a relação entre diretores, professores e alunos. Assim, o aluno confia”. Da mesma forma, os estudantes, quando indagados sobre o que mais gostavam na escola, afirmaram sem titubear: “Dos professores, de quem trabalha”; “Da união, aqui é um por todos, todos por um”. Na opinião dos professores, essa mobilização se concretizava não só na dedicação à sua própria turma, se estendia também a toda a escola, por meio da colaboração e do trabalho conjunto. Todos se uniram para melhorar o desempenho da rede – por exemplo, especialistas que trabalhavam no turno da manhã ou da tarde voltavam à noite para ensinar no reforço. “Nos momentos de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), a gente sempre discute com outro professor da mesma série, para caminhar junto. Desde o planejamento anual, a gente sempre troca informações sobre o que pode fazer com este ou aquele aluno”, afirmou uma professora da escola Marcilio Bondesan.

São João do Sabugi (RN), Grajaú (MA) e Aurora do Pará (PA) são outros bons exemplos de como a atitude dos profissionais diante dos desafios apresentados é fundamental para o avanço na qualidade. Em São João do Sabugi (RN), o compromisso dos professores com a educação foi destacado por todos: gestores, coordenadores pedagógicos, alunos, pais e pelos próprios professores. Os educadores revelaram que há um envolvimento e uma preocupação em fazer um bom trabalho junto aos estudantes,

“O compromisso de nossos professores tem garantido a eficácia de nossa proposta de avanço.”

Ex-dirigente municipal de Aurora do Pará (PA)

além de um sentimento de querer ver o município cada vez melhor. Para o dirigente municipal de educação, os professores contaminam todos com essa união para fazer com que a educação avance ainda mais: “O compromisso de todos faz a diferença – dirigente, professores, equipe pedagógica e os próprios alunos. Todos querem e trabalham para que a educação daqui melhore”.

A solução encontrada por Grajaú (MA) para melhorar o desempenho é consenso na comunidade escolar: “compromisso”, “esforço”, “dedicação”, “muito trabalho” foram as palavras usadas pelos entrevistados. Depois de feito um esclarecimento aos profissionais sobre a situação da educação no município, proliferaram na rede atitudes criativas e inovadoras para o enfrentamento dos problemas. Com a boa vontade e a colaboração de todos, construiu-se uma frente para colocar as mudanças em prática. Assim, gradativamente a rede criou uma política pública de educação, procurando garantir, apesar da realidade socioeconômica, o direito de aprender de crianças e adolescentes (*leia mais sobre o assunto no capítulo Suporte para a caminhada*).

Em Aurora do Pará (PA), os entrevistados apontaram que, se não fosse a dedicação e o compromisso dos professores com a escola, os alunos e as propostas elaboradas, dificilmente a educação teria avançado. “Conseguimos uma proeza no município, que foi contagiar os professores. Aqui você não vai ver professor triste, angustiado, cansado e desestimulado, pelo contrário. Os professores vão fazer

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

Pais participativos

Em Vila Pavão (ES), a participação da família e da comunidade no processo de aprendizagem contribuiu para a melhoria na qualidade da educação, segundo relatos de diretores, coordenadores pedagógicos, professores e funcionários. Essa participação ocorre em diversas situações. Durante o planejamento anual, por exemplo, as escolas realizam encontros bimestrais com as famílias, procurando conciliá-los com datas comemorativas, como Dia das Mães e da Criança, feriados

ou eventos religiosos. Nesses encontros, além de assistir a palestras e apresentações dos alunos, os pais participam de discussões sobre a aplicação dos recursos financeiros da escola, as atividades do conselho escolar e os investimentos e benfeitorias a ser realizados. Além disso, há três anos é realizado o projeto Escola em Ação, cujo objetivo é reduzir a evasão por meio de um acompanhamento sistemático da criança e de sua família. Resultado da articulação com outras secretarias, o projeto estabelece uma rede de fortalecimento em torno dos alunos, contribuindo consideravelmente para garantir sua aprendizagem, além de criar oportunidades para integrar a família a esse processo.

questão de mostrar o que estão fazendo para melhorar cada vez mais a aprendizagem dos alunos”, revelou uma ex-dirigente municipal. Segundo o relatório da pesquisa, de fato nenhum professor parecia desmotivado ou cansado. Ao contrário, todos demonstraram muito entusiasmo pelo que fazem, apostando nos projetos e nas propostas que vêm desenvolvendo com os alunos. Os professores valorizam muito os estudantes e confiam na capacidade de aprendizagem de cada um.

Colaboração é fundamental

No livro *A Escola como Organização Aprendiz*⁴, os educadores Michael Fullan e Andy Hargreaves tratam das culturas escolares e de seus impactos na qualidade da educação oferecida. Os autores defendem que o ambiente de trabalho dos professores é um elemento central para avanços.

⁴ FULLAN, M. & HARGREAVES, A. *A Escola como Organização Aprendiz*. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2000.



Em Costa Marques (RO), o intercâmbio de experiências contribuiu para o sucesso da rede

Diálogo produtivo

Em Costa Marques (RO), troca de experiências foi o termo mais citado por todos os entrevistados, do dirigente municipal de educação aos professores e alunos, para explicar os avanços da educação no município. Os entrevistados enumeraram encontros, palestras e seminários realizados por formadores – especialistas de áreas – como exem-

plos práticos de situação em que esse intercâmbio acontece. Professores, supervisores e orientadores também se reúnem semanalmente para socializar suas experiências e fazer uma avaliação do período. “Os encontros de troca de experiências e as oficinas nos ajudam a elaborar atividades diversificadas e a usar diferentes materiais em sala”, explicou uma professora da rede.

Os dados levantados nos municípios analisados para esta pesquisa confirmam a relevância desse fator como propulsor de melhorias. A existência de um ambiente propício à colaboração e à troca de experiências foi mencionada como fator de avanço em seis dos municípios pesquisados e como condição favorável em 11 deles – o que corresponde a 66% da amostra.

Em Boa Vista do Tupim (BA), o clima de compartilhamento e troca é disseminado na rede, conforme se percebe nos depoimentos de membros da equipe técnica da secretaria e de professores. “Não vemos pessoas com tempo ocioso. Há muita parceria na equipe”, afirma um técnico da Secretaria de Educação. “Com a formação não somos mais acomodados, nos dispomos a buscar mais informações, ajudamos uns aos outros, compartilhamos o que dá certo”, contou uma professora da escola Cora Ribeiro. O clima de parceria é muito estimulado pela formação e pelos bons resultados nas avaliações nacionais.

A união entre profissionais das escolas da rede e a comunidade foi citada como prática que fez a diferença em Quissamã (RJ). A vontade de ensinar dos professores, sua dedicação e seu trabalho de pesquisa, aliados à parceria e ao suporte da secretaria aos projetos, contribuíram para os bons resultados alcançados. “Existe um respeito à maneira do professor trabalhar”, contou uma

Educação Comunitária

O município de Boa Vista (RR) adotou há três anos uma política educacional baseada na Educação Comunitária, cujo fundamento é a ideia de que os processos educativos extrapolam o contexto escolar. Em reuniões de sensibilização junto às famílias e à comunidade, que incluíam algumas oficinas de artesanato, palestras e encontros abertos, as escolas começaram o trabalho de educação comunitária. Em 2006 o município iniciou uma parceria com o MEC para implantar o programa Escola Aberta, que, nos finais de semana, oferece à comunidade atividades de cultura, esporte, lazer, cursos profissionalizantes e formação cidadã. No ano seguinte teve início o programa Escola Integra-

da, com o objetivo de oferecer formação integral aos alunos. No contraturno, são oferecidas atividades de lazer, arte, cultura, formação intelectual e pessoal, além de ações de programas do governo federal – como o Mais Educação e o 2º Tempo –, e projetos de arte-educação desenvolvidos pelo próprio município, como o Educação Musical.

Segundo os depoimentos da maioria dos entrevistados, a melhoria do Ideb se deve, em parte, à abertura das escolas para a comunidade, o que garantiu maior participação das famílias na educação de seus filhos. Também contribuíram para o avanço os projetos oferecidos aos alunos no contraturno escolar, porque ajudam

professora da rede. O ambiente também é muito propício para a troca de experiências, não só pedagógicas, mas também entre os professores e toda a comunidade escolar. “Uma das melhores formas de tornar um lugar agradável é proporcionar a união e o trabalho sem hierarquia. Na minha escola, não dá para perceber quem é professor e quem é merendeira”, contou a diretora.

Família e escola: parceria de sucesso

A família e a escola também são parceiros fundamentais para o desenvolvimento de ações que favoreçam o sucesso escolar e social das crianças. Entre os municípios pesquisados, 14 citaram a relação entre eles como importante para os resultados alcançados – o equivalente a 53,8% da amostra. Desses municípios, sete indicaram essa relação como fator de avanço.

Os dados demonstram que o relacionamento entre família e escola está em pauta em praticamente todos os municípios analisados. Em alguns casos, o estreitamento dessa convivência está associado com a reação proativa da sociedade, que, em conjunto com o poder público e a comunidade de educadores, enfrentou os desafios tomando a responsabilidade para si. É o caso de São Simão (SP), que avançou 2,5 pontos no Ideb 2007, superando a meta

no desenvolvimento da disciplina, da oralidade, da iniciativa e de uma atitude mais proativa em relação aos desafios. Além disso, a proximidade com os pais dos alunos fez com que os professores se sentissem mais exigidos e provocados a se atualizar permanentemente.

Os dados da pesquisa mostram que a participação tem crescido a cada ano, graças à relação de confiança e de parceria estabelecida entre as famílias, a comunidade e a escola. Como as escolas visitadas pelas pesquisadoras se encontram em comunidades vulneráveis, os projetos Escola Aberta e Escola Integrada passaram a ter também uma função social e de apoio a outras políticas públicas, como as voltadas à melhoria das oportunidades de trabalho e renda das famílias.



Em Boa Vista (RR), projetos ajudam no desenvolvimento da disciplina dos alunos

prevista para 2021⁵. A participação dos pais, em resposta à mobilização realizada no município para melhorar o Ideb, foi um fator decisivo para os avanços alcançados. As famílias ficaram inconformadas com o resultado obtido em 2005 e consideraram o mau desempenho da rede como uma vergonha pessoal. De acordo com os depoimentos, os pais não queriam que seus filhos ficassem estigmatizados por ser alunos de uma das piores redes do estado. Por isso, atenderam à convocação da direção das escolas e trabalharam em conjunto com toda a comunidade escolar para melhorar o desempenho de seus filhos. “Os pais colaboraram muito. E a vaidade influenciou bastante. Os pais temiam que perguntassem: ‘De quem esse aluno é filho?’ Teve mãe que pediu para fazer o reforço, para poder ajudar o filho”, contou a dirigente municipal de educação.

Os pais confirmaram essa disposição. “De 2005 para cá houve muita participação dos pais. A direção mudou, mudou tudo. A escola não chama só para reclamar, também orienta os pais sobre os filhos”, afirmou a mãe de um aluno da escola Fausto Pires. Os funcionários das escolas também apontaram o aumento da participação familiar como importante para a melhoria do Ideb em 2007. “O desempenho dos pais ajudou bastante. Havia integração entre professores, pais, alunos. Até nós participávamos. Aqui os pais são muito presentes, interessados”, afirmou uma funcionária da escola Marcilio Bondesan. Para os alunos, ficou evidente a mudança dentro da própria família. “Quando a gente chegava em casa, os pais olhavam os cadernos. O que a gente não entendia, perguntava para eles”, contou uma aluna. Outro aluno revelou: “Até os pais aprendiam mais um pouco”.

Em Aurora do Pará (PA), a integração entre família e escola se tornou prioridade para a comunidade escolar, em razão das diversas dificuldades encontradas na formação dos alunos (*leia mais sobre o assunto no capítulo Avaliar, planejar, melhorar*). Dentro da sala de aula, as mudanças já têm dado frutos. “Por meio da parceria com os pais, estamos constatando grandes mudanças em nossos alunos. Eles têm apresentado maior vontade de frequentar a escola. Percebemos também o avanço na aprendizagem, um crescimento considerável”, contou uma professora da rede. Segundo os educadores entrevistados, não é tarefa fácil conseguir a participação da família, mas o dever da escola é não desistir, porque o sucesso do aprendizado dos alunos depende dessa parceria.

O desafio de enfrentar essa realidade foi encarado seriamente por diversos outros municípios. E embora tenham sido adotadas diferentes estratégias, os resultados foram sempre positivos. No município de Vila Pavão (ES), por exem-

5 O Ideb de São Simão passou de 3,5 em 2005 para 6,0 em 2007. A Escola Municipal Historiador Fausto Pires de Oliveira, que teve em 2005 o pior Ideb do estado de São Paulo, 2,8, avançou 3,0 em 2007, chegando a 5,8.

plo, buscou-se ampliar o envolvimento dos pais nas decisões e no planejamento de atividades específicas das escolas. Um bom exemplo desse envolvimento é o que acontece no Centro Municipal de Educação Agroecológica (CMEA) Luiza Souza Barros, que atende 187 alunos de primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental. A comunidade se envolve em tudo: desde a escolha das cores das paredes até a intervenção em uma escavação que a Secretaria de Obras fez no terreno nos fundos da escola para um projeto agroecológico. Os pais também têm livre acesso à equipe escolar, contando, inclusive, com seu apoio para obter aconselhamento para a solução de problemas do cotidiano que possam repercutir na aprendizagem da criança. Segundo os depoimentos, a escola também os aproximou da prefeitura, fazendo com que a comunidade se sentisse mais integrada ao município.

No caso de Costa Marques (RO), a parceria entre escola, família e Conselho Tutelar para melhorar a frequência dos alunos foi destacada pelos entrevistados como um dos motivos que contribuíram para o avanço da educação no município. Entre as ações que os pais consideram fundamentais estão as visitas que a equipe da escola faz às residências dos alunos que faltam quatro dias consecutivos. Se os alunos continuam faltando, o diretor da escola solicita a intervenção do Conselho Tutelar. Com isso, as famílias começaram a participar mais das reuniões organizadas pela direção e pelos professores. Quando necessário, os pais são convidados a comparecer à escola para tratar da aprendizagem ou de outras questões.

As escolas de Feijó (AC) têm feito um trabalho semelhante ao de Costa Marques, dedicando grande esforço para acompanhar a frequência dos alunos e tomando medidas para assegurar sua permanência na escola. Os depoimentos revelam que ainda é comum no município as crianças abandonarem as aulas no

Investimentos insuficientes

Muito ainda precisa ser feito para melhorar as condições de infraestrutura das escolas brasileiras. O Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) é um bom parâmetro para dimensionar o tamanho do desafio. Desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o índice determina qual investimento deve ser feito por aluno de cada etapa e modalidade da Educação Básica para que haja a

ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da educação. Segundo o livro *Educação Pública de Qualidade: Quanto Custa Esse Direito?* (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010), em 2009, teria sido necessário somar mais 29 bilhões de reais aos cerca de 135 bilhões destinados à área para que as metas do Plano Nacional de Educação (2001 a 2011) pudessem ser cumpridas.

período em que os pais precisam partir para trabalhar nos seringais ou realizar serviços temporários. Segundo os entrevistados, o baixo nível de escolaridade dos pais, quase sempre analfabetos, contribui muito para essa situação – a taxa de analfabetismo no município é alta: 39,40 na faixa entre 10 e 15 anos e 52,60 na de 15 anos ou mais.

Infraestrutura da rede

Em relação às condições de infraestrutura da rede, apenas seis dos municípios pesquisados – o que corresponde a 23% da amostra – apontaram esse aspecto como fator de avanço para a melhoria da qualidade da educação. Entretanto, 16 deles – 61,5% – ressaltaram que os esforços já empreendidos são significativos e, portanto, oferecem condições favoráveis ao desempenho da rede, embora esse fator ainda seja encarado como um desafio a ser vencido (*leia mais sobre o assunto no capítulo Obstáculos a ultrapassar*). A melhoria dos recursos materiais também foi citada por alguns municípios, mas muito pontualmente, como condição favorável à aprendizagem. Os dados revelam a importância de se ter condições de trabalho satisfatórias e um ambiente adequado para viabilizar um projeto de educação de qualidade, embora esse não seja um fator que, isoladamente, garanta isso.

Dos quatro municípios que apontaram as condições da rede física como um dos principais desafios, três ficam nas regiões Norte e Nordeste, onde os investimentos dessa natureza ainda são menores do que nas demais regiões e as conquistas, recentes⁶. A situação de Santana (AP) e de Boa Vista do Tupim (BA) ilustra bem esse quadro.

Em Santana, havia cerca de 35 ONGs conveniadas com o governo do estado para realizar a formação básica. Em 2004, os convênios foram encerrados, e todas as crianças atendidas pelas ONGs migraram para a rede municipal. A solução foi alugar prédios para atender os mais de 1.800 novos alunos absorvidos pela rede de um ano para outro. “Só havia oito prédios, e essa quantidade foi dobrada. Houve críticas, pois os espaços não eram adequados, mas foi uma escolha para garantir o direito à educação”, contou o dirigente municipal de educação. Hoje os prédios alugados são seis, e cinco estão em fase de construção. A rede, que atendia 5.444 crianças em 2004, agora atende 8.106 – um aumento de 2.662 alunos em quatro anos. Mas todos os entrevistados no município reconheceram que os esforços valeram a pena. “As vagas foram garantidas para a maioria das crianças e os espaços alugados têm a mesma qualidade das escolas construídas”, afirmou uma educadora. “As escolas mudaram, era tudo feio. Agora a estrutura melhorou. Eles pintaram, consertaram as calçadas, os bancos”, afirmou um aluno.

⁶ Enquanto nas regiões Norte e Nordeste apenas 22,8% e 6,0% das escolas municipais, respectivamente, têm biblioteca/salas de leitura, no Centro-Oeste esse número chega a 46%. No Sul, o percentual é de 34,5% e no Sudeste, 25,8%. Em relação à energia elétrica, 47,9% das escolas municipais do Norte e 63,6% das do Nordeste têm acesso a esse recurso, ante 100% nas regiões Sul e Centro-Oeste e 98,4% no Sudeste. Dados do Censo Escolar 2008 (Inep/Dired).

Já em Boa Vista do Tupim (BA), houve muitos investimentos nos últimos quatro anos, em especial com recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape). Agora, todas as escolas novas ou reformadas seguem os padrões estabelecidos pelo MEC. “Todos os alunos hoje têm carteira. Nas escolas há quadro branco, forro, piso de cerâmica, banheiros adequados”, contou um coordenador da rede. E essa nova realidade teve, segundo os entrevistados, impacto direto na aprendizagem, porque, em alguns casos, as condições físicas das escolas eram tão precárias que, além de impróprias para um ambiente educacional, traziam riscos para as crianças. “Agora é mais seguro pra gente não se machucar”, afirmou um aluno da escola Cora Ribeiro.

Também faltavam espaços próprios para cada atividade que estimulasse o desenvolvimento dos estudantes. “Antes aqui não tinha biblioteca, e a gente se desenvolve mais lendo”, afirmou um estudante da escola Maria Isauri. Além disso, a comunidade escolar passou a perceber outro aspecto importante, mais sutil, de ter um espaço bem cuidado. De acordo com os depoimentos, um ambiente bonito, limpo e agradável é mais produtivo, faz todos se sentirem mais valorizados. “A reforma das escolas influenciou a autoestima dos professores. É mais prazeroso trabalhar. Influenciou também os alunos, pois eles se sentem melhor. Se o espaço é bom, os alunos aprendem melhor”, afirmou uma professora do município.

Nas demais regiões, em geral esse caminho está sendo trilhado há mais tempo. Mas, mesmo nesses municípios, a comunidade escolar estabelece uma relação direta entre a melhoria das condições de infraestrutura e a aprendizagem dos alunos. “Hoje a gente faz a aula de leitura na biblioteca, é muito melhor. A sala de vídeo é um ambiente que estimula”, contou uma professora da rede de São Simão (SP). Alunos, pais e funcionários também reconhecem o esforço. “Aqui tem tudo – computador, biblioteca, dentista. E o aluno não consegue fazer pesquisa sem livro nem computador, né?”, ressaltaram estudantes da escola Fausto Pires de Oliveira.

O apoio recebido do MEC para viabilizar esses investimentos também foi citado por mais da metade dos municípios analisados. As melhorias na infraestrutura de todas as escolas da rede de Olho d’Água das Flores (AL), por exemplo, utilizaram recursos do Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As decisões quanto à aplicação desses recursos são compartilhadas com o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com as unidades executoras das escolas, com a direção das escolas e com a dirigente municipal. O resultado é sentido em todos e em cada um dos alunos. “Quando se melhora a escola, se proporciona um ambiente melhor para a aprendizagem”, sintetizou a dirigente de educação.



Suporte para a caminhada

Práticas como a valorização dos profissionais da educação e a ampliação do tempo que professores e alunos passam na escola apareceram de forma recorrente na pesquisa. Apesar de não ter sido classificadas como principais responsáveis pela melhoria da educação nos municípios analisados, elas foram consideradas suporte fundamental para sua caminhada em direção à garantia do direito de aprender



Mesmo não tendo sido citados explicitamente como fatores de avanço na maioria dos depoimentos, três aspectos foram lembrados em quantidade significativa no detalhamento das respostas à pergunta: “A que fatores você atribui a melhora do Ideb de seu município?” São eles:

- ❖ Valorização profissional e melhoria das condições de trabalho.
- ❖ Mais tempo do professor e do aluno na escola.
- ❖ Adoção de documentos norteadores.

Valorização profissional e melhoria das condições de trabalho

Foram poucos os municípios nos quais a valorização dos professores apareceu declaradamente nas entrevistas, mas em todos eles esse fator surgiu de maneira implícita. Nesse sentido, a atual pesquisa é coerente com os resultados do levantamento *Como os Sistemas Escolares de Melhor Desempenho do Mundo Chegaram ao Topo*, publicado em junho de 2008 pela empresa americana de consultoria McKinsey & Company. O relatório final mostra que, nos países cujos sistemas de ensino alcançam alto desempenho, o magistério tem grande prestígio e o ingresso na profissão inclui uma seleção muito rigorosa (*veja o quadro A lição dos campeões*). Ainda que numa realidade bastante diferente, esta pesquisa confirma que apoio, reconhecimento e valorização profissional constituem um fator de base para a qualidade da educação.

A lição dos campeões

A pesquisa *Como os Sistemas Escolares de Melhor Desempenho do Mundo Chegaram ao Topo* foi publicada em junho de 2008 pela empresa americana de consultoria McKinsey & Company. Resultado de pesquisa realizada em 120 escolas de 20 países, o relatório final aponta os fatores de sucesso que levaram os alunos dessas nações a obter os melhores resultados em exames internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação Comparada (Pisa). A pesquisa identificou quatro principais fatores promotores da qualidade na aprendizagem:

1) QUALIDADE DOS PROFESSORES

Mais do que as metodologias de ensino e o material didático, a atuação do professor em sala de aula é a grande responsável pelo sucesso na aprendizagem. Sistemas de ensino excelentes atraem profissionais excelentes, a concorrência é grande e a seleção, rígida. Na Coreia do Sul, por exemplo, os professores são selecionados entre os 5% de alunos de melhor desempenho na graduação. Na Finlândia, essa seleção é feita entre os 10% de melhor desempenho na faculdade.

O próprio constrangimento de docentes e técnicos das secretarias de Educação pelos baixos resultados alcançados no Ideb de 2005 diante da comunidade em geral levou ao planejamento e à execução de variadas ações de enfrentamento com o envolvimento de toda a comunidade (*leia mais sobre o assunto no capítulo Avaliar, planejar, melhorar*). E essa aproximação trouxe, como consequência, o reconhecimento da importância da educação e do papel do professor. Um reconhecimento que se concretizou na comemoração coletiva pelo êxito obtido no Ideb de 2007.

Foi o que se constatou em Grajaú (MA), cujo Ideb subiu 2 pontos entre 2005 e 2007. Segundo os depoimentos colhidos no município, o valor social que as famílias atribuem à educação cresce rapidamente, graças à posição da gestão municipal, que tem a melhoria da qualidade da educação como uma das prioridades, e às ações desenvolvidas pela equipe da Secretaria de Educação e de cada escola. “Muitos pais não têm formação, mas são conscientes de que é importante que os filhos frequentem as aulas e aprendam”, afirmou a diretora de uma das escolas da rede. O reconhecimento da importância da educação é transferido ao corpo docente na forma de respeito. Os próprios professores sentem o prestígio que têm perante a comunidade. “Os pais elogiam nosso trabalho, nos tratam com carinho e respeito. Ganhamos presentes simples, mas cheios de carinho e afeto”, relatou uma das professoras da rede.

O mesmo clima de valorização dos profissionais de educação foi percebido em Fronteiras (PI), que obteve aumento de 1,7 ponto entre o Ideb de 2005 e

2) DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Professor que conhece mais ensina melhor. Aperfeiçoamento e atualização constantes têm grande impacto sobre a melhoria da qualidade do ensino no curto prazo. Segundo a pesquisa, a Inglaterra melhorou o nível de alfabetização em suas escolas em apenas três anos, depois da adoção de uma estratégia de formação continuada.

3) CUIDADO COM CADA ALUNO

O alto desempenho de um sistema de ensino depende do sucesso de todos os alunos. As nações que atingiram o topo monitoram

e avaliam continuamente o aprendizado de cada aluno e oferecem para os que têm mais dificuldade aulas de reforço no contraturno e o apoio de outros profissionais, como psicólogos. O docente é, de novo, valorizado aqui. O professor de reforço tem um ano a mais de formação e salário mais alto.

4) QUALIDADE DOS GESTORES

As nações de grande desempenho recrutam e formam diretores de alta qualidade. É ao gestor que compete administrar os recursos da escola e criar ambiente propício à aprendizagem.

o de 2007. “O professor agora é uma pessoa diferenciada, respeitada, não tem mais aquele sentimento de medo”, revelou uma professora da rede municipal. Reconhecimento da importância e seriedade no trato dos assuntos de educação, por parte da gestão, são posturas que influem forte e positivamente na forma como a sociedade enxerga a questão educacional e os profissionais nela envolvidos. “Hoje fazemos um trabalho de qualidade na educação, reconhecido pelos municípios vizinhos. Somos uma referência. E o professor é merecedor desse reconhecimento”, reforçou a dirigente de educação.

Essa valorização manifesta-se em palavras de apoio e incentivo – seja nos discursos políticos ou nas celebrações religiosas, seja no destaque dado pela rádio local às ações promovidas pelas escolas. Manifesta-se, também, de maneira mais concreta, na abertura de espaços para a promoção e realização de eventos relacionados à vida escolar, como as conferências infanto-juvenis de Fronteiras sobre o Meio Ambiente e os Jogos das Escolas Públicas Municipais. Todos os funcionários da educação do município – de diretores e coordenadores a técnicos e auxiliares da secretaria – são identificados por uma camisa verde com a inscrição Educação Municipal. Segundo a dirigente municipal de educação, o uniforme dos “verdinhos”, de um lado, valoriza o profissional e a equipe a que ele pertence e, de outro, chama-lhe a atenção para a responsabilidade sobre sua atuação.

A pesquisa constatou também que é cada vez maior o grau de responsabilidade atribuído ao poder público e à sociedade em geral pelas condições de trabalho dos profissionais da educação. Tais condições incluem o tempo reservado ao planejamento, o apoio recebido das equipes de coordenação e a remuneração dos professores. A questão financeira, particularmente, foi citada em muitos depoimentos, na forma de validação da existência de um plano de cargos e salários e da pontualidade no pagamento.

Em Olho d'Água das Flores (AL), por exemplo, o pagamento foi citado como fator motivador do bom desempenho do professor. “O prefeito deu aos professores um aumento de 22%, que colocou os salários acima do piso nacional da categoria. E, desde 2005, o pagamento acontece entre os dias 20 e 23 de cada mês, sem falhar. Trabalhar assim é um estímulo para o professor”, afirmou uma assessora da Secretaria de Educação do município. A atitude de compartilhamento da equipe técnica da secretaria e a boa articulação com a coordenação de cada escola também foram citadas como fatores de base naquele município.

A pontualidade do contracheque também é associada ao respeito e à valorização profissional em Nova Olinda do Norte (AM). Segundo os entrevistados, depois de um longo período de atrasos de até três meses na liberação do

salário, a motivação aumentou com o pagamento realizado no dia certo. “A questão salarial aqui era terrível, éramos visivelmente desvalorizados. Nunca sabíamos o dia em que receberíamos. Era um desrespeito total”, relatou um professor da rede. “Hoje, o fato de recebermos em dia contribui muito para o avanço da educação. Você vê a motivação e a vontade que os professores têm de trabalhar e de fazer sempre o melhor para que os alunos aprendam”, completou outro professor da rede.

A aprovação e a implementação de um plano de cargos e salários atrelado à formação inicial e continuada dos professores foram citadas ainda como grandes agentes motivadores em Vila Pavão (ES). Para o dirigente municipal de educação, as ações fizeram com que os professores se dedicassem “100% à educação, passassem a respirar educação”.

“A escola não é um depósito de crianças. Existe um currículo mínimo a ser cumprido, mas nós oferecemos o máximo.”

Dirigente municipal de educação de Palmas (TO)

Professor e aluno mais tempo na escola

A pesquisa apontou que a melhoria na aprendizagem também está relacionada ao tempo passado na escola não só pelos alunos mas também pelo professor. O aumento da carga horária do professor – seja para planejamento, seja para atividades de apoio pedagógico – foi citado explicitamente como condição favorável à melhoria da aprendizagem em quatro dos 26 municípios visitados. Em Costa Marques (RO), os professores trabalham 40 horas semanais – metade desse tempo dedicada ao planejamento e ao atendimento a alunos que precisam de apoio especial, em aulas de reforço (*leia mais sobre o assunto no capítulo Rotas do sucesso*). Em Vila Pavão (ES) os docentes cumprem jornada de 25 horas-aula em sala e mais 5 horas de planejamento – essencial para subsidiar o desenvolvimento do trabalho. Também em Palmas (TO), segundo a pesquisa, houve aumento no tempo de planejamento. Os professores da rede municipal dedicam 8 das 40 horas semanais a essas atividades. Na rede de São Luiz do Norte (GO), a carga horária dos professores estendeu-se de 30 para 40 horas semanais. Parte dessas “horas extras” é dedicada a atividades de reforço, no contraturno.

Em geral, os depoimentos colhidos indicam que a elevação do nível de aprendizagem é compreendida como algo diretamente associado ao aumento da carga horária do aluno – seja em escolas de regime de tempo integral, seja em atividades de reforço, artísticas, recreativas ou esportivas, no contraturno. A maioria dos municípios visitados (73%) está promovendo o aumento no tempo de aprendizagem dos alunos, principalmente por meio de atividades de apoio pedagógico.

Escolas em tempo integral apareceram na pesquisa em poucos municípios. À época das visitas a todas as redes pesquisadas, a única que já mantinha escolas

em tempo integral de maneira sistematizada era Palmas (TO) (*veja o quadro Na trilha das boas práticas*). Mas algumas cidades já vinham se estruturando nesse sentido, com as primeiras unidades escolares implantadas em caráter experimental. Por ocasião da visita à Quissamã (RJ), funcionava a primeira escola em regime integral, na zona rural, e a prefeitura construía uma nova unidade, no centro da cidade. A Proposta Curricular daquele município prevê, ainda, a construção de novas unidades de regime integral. Enquanto isso, os alunos que ainda não contam com esse regime têm atividades esportivas e artísticas no contraturno. Também à época da visita à Peabiru (PR) apenas uma das oito escolas da rede oferecia período integral, implantado em parceria com um instituto. No entanto, todas as crianças da rede mantinham atividade em contraturno – oficinas de informática, esportes e uma escola de técnicas circenses.

Em Recreio (MG), a gestão só conseguiu implantar o horário integral em 2008, em caráter experimental, selecionando uma turma de cada escola da zona urbana. O objetivo é apoiar os alunos com dificuldade de aprendizagem com aulas de reforço, atividades de esporte e lazer, oferecidas no contraturno. Ainda que a medida não possa ser apontada como fator de base do avanço no Ideb entre 2005 e 2007, os educadores entrevistados foram unânimes em destacar os ótimos resultados alcançados desde sua implantação.

Os mapas que definem a rota de cada escola

Apenas oito dos 26 municípios visitados nesta pesquisa citaram especificamente documentos norteadores como bússola de suas práticas. No entanto, outros

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

Escolas com diferentes ritmos

A rede de Palmas (TO) é estruturada em três modalidades de escolas, todas com atividades no contraturno. Nas de tempo parcial, os alunos estudam 4 horas pela manhã e voltam para casa para almoçar. Ainda que sem obrigatoriedade, as crianças podem retornar à escola para atividades extracurriculares. Nas de jornada am-

pliada, o período é semi-integral (8 horas): as crianças deixam a escola para o almoço, mas retornam à tarde, para atividades de reforço nas chamadas salas integradas. Nessas salas, o currículo básico é enriquecido por meio de diferentes procedimentos metodológicos em aulas de reforço articuladas com atividades de esporte, cultura e lazer. Por fim, nas unidades de tempo integral, os alunos são recebidos pela manhã e só saem 9 horas depois, no final da tarde, tendo já realizado as atividades de contraturno nas salas integradas e todas as refeições do dia.

oito reconhecem tais documentos como apoio importante ao desenvolvimento de um bom trabalho em educação. São considerados documentos norteadores o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola, a Proposta Curricular Municipal, o Plano Municipal de Educação (PME) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) (*veja mais sobre esses planos no quadro Os documentos norteadores*). De modo geral, o atual estudo confirma uma das conclusões da pesquisa *Redes de Aprendizagem* segundo a qual as redes ancoram suas práticas em documentos norteadores de abrangências diversas, de modo a assegurar condições favoráveis à continuidade das ações e autonomia das unidades.

A Proposta Curricular Municipal foi citada, especificamente, como tendo contribuído significativamente para a melhoria no desempenho dos alunos em seis cidades. Em Aurora do Pará (PA), no dia seguinte à publicação do Ideb de 2005 – no qual uma das escolas da rede obtivera um dos piores resultados do estado –, a dirigente municipal de educação convocou os servidores municipais, repre-

FOTOS: WALQUERLEY RIBEIRO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS



O objetivo das escolas de jornada ampliada e tempo integral é estender o conhecimento das crianças para além do conteúdo do currículo mínimo do Ensino Fundamental. Para isso, as crianças desenvolvem atividades como aulas de ética e cidadania, xadrez, música, informática, inglês, judô, teatro e dança. As unidades de tempo integral preocupam-se, ainda, com o

acompanhamento de crianças com necessidades educacionais especiais.

O município dispunha, à época da visita, de duas escolas em tempo integral, nas quais a prioridade para matrícula é de crianças que vivem em situação vulnerável. A meta, agora, é implantar o período integral em todas as unidades da rede.

Em Palmas (TO), as crianças desenvolvem atividades como música e informática na escola

sentantes de associações e sindicatos para discutir a questão. “Muitas propostas de solução foram apontadas, mas resolvemos em assembleia começar pela elaboração de uma proposta curricular para o município”, afirmou ela. Comissões passaram a se reunir quinzenalmente para analisar propostas curriculares consideradas inovadoras. “Nosso maior avanço foi estudar as experiências de outros municípios, pois foi então que percebemos o quanto estávamos defasados. Enquanto os outros já garantiam a flexibilidade curricular, estávamos ainda presos aos conteúdos do tempo da carochinha”, relatou uma coordenadora pedagógica da rede. Foram seis meses de reuniões até a elaboração do documento, que estabelecia, entre outros pontos, que cada escola definiria – com o acompanhamento de coordenadores da Secretaria de Educação – sua própria proposta curricular, levando em conta as necessidades de aprendizagem de seus alunos. “Foi um grande desafio. Não estávamos acostumados a essa liberdade para trabalhar com base nas necessidades de aprendizagem de nossos próprios alunos”, contou uma professora de uma das escolas visitadas durante a pesquisa.

Em Santana (AP), a rede adota três principais documentos norteadores: o Plano de Desenvolvimento da Educação Municipal, que traz as diretrizes e as metas mais amplas para a educação, o PDE-Escola e a Proposta Curricular. Construída coletivamente em 2006, a Proposta Curricular de Santana foi o primeiro documento dessa natureza a ser elaborado no estado. Sobre ele cada escola está desenvolvendo sua própria Proposta Pedagógica. A reorganização da proposta

Os documentos norteadores

Os documentos norteadores são de natureza e alcance variados, mas, de modo geral, estabelecem parâmetros para que as redes e cada escola desenvolvam ações visando à constante melhoria do processo de aprendizagem. Os principais documentos norteadores citados pelos entrevistados foram:

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Lançado por decreto presidencial em abril de 2007, o PDE tem como objetivo estabelecer metas concretas para a melhoria da Educação Básica no país, mediante a conjugação de esforços da União, dos

estados, do Distrito Federal e dos municípios, que devem atuar em regime de colaboração com as famílias e toda a comunidade. Todos os municípios das 27 unidades da federação aderiram ao PDE, comprometendo-se com as 28 diretrizes do plano. Dentre essas diretrizes estão a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade, o combate à repetência e à evasão escolar, a promoção de formação de professores, a implantação de planos de cargos e carreiras para os profissionais da educação e envolver toda a comunidade nos compromissos e resultados da educação.

de conteúdos foi destacada pela equipe técnica da Secretaria de Educação como importante fator de apoio ao desenvolvimento de um ambiente propício à aprendizagem. “Hoje todas as escolas trabalham com foco no aluno e o planejamento é feito sobre um diagnóstico”, afirmou um técnico da secretaria.

A importância dos documentos norteadores como instrumentos de estruturação da rede foi reconhecida também em Campo Grande (MS). A articulação entre o PDE-Escola e os PPPs foi citada como guia efetivo da ação dos gestores e referência para o dia a dia das escolas. Segundo os entrevistados, essa articulação “ensinou os profissionais a planejar”, na medida em que o PDE-Escola estabelece parâmetros que direcionam as ações para as necessidades de cada escola, sempre mantendo o foco sobre a aprendizagem, ao mesmo tempo que proporciona a cada uma delas maior autonomia (*leia mais sobre o assunto no capítulo O papel da gestão*).

De forma geral, as ações e práticas destacadas ao longo deste capítulo são de natureza bem diversa, mas têm um ponto em comum: todas promovem um ambiente favorável para a garantia do direito de aprender.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)

É o plano que cada município deve desenvolver em conformidade com as propostas dos Planos Nacional e Estaduais de Educação (*leia mais sobre o assunto no capítulo Catalisador das ações*).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (PDE-ESCOLA)

Ferramenta gerencial que auxilia as escolas públicas a direcionar seus esforços rumo aos objetivos definidos, avaliando e adequando as ações. Para alcançar os objetivos propostos no PDE-Escola, a unidade recebe assistência técnica e financeira diretamente da União.

PROPOSTA CURRICULAR MUNICIPAL

Documento elaborado pela Secretaria de Educação que define conteúdos, objetivos, metodologias e tipos de avaliação para cada ano nas escolas da rede. Nele, os dirigentes municipais definem quem é o aluno e o que se espera do processo educativo, de maneira ampla e genérica.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

É o documento que dá identidade à escola. O PPP traz não apenas o conteúdo curricular mas também a definição dos objetivos específicos que cada unidade pretende alcançar.



Obstáculos a ultrapassar

As redes pesquisadas identificaram uma série de desafios que devem ser superados para que as conquistas se mantenham e os avanços continuem. Em geral, eles dizem respeito tanto aos currículos e à infraestrutura quanto à formação dos professores e ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, do qual a escola faz parte



“Quais os principais desafios enfrentados por sua rede?” Com pequenas variações na sua formulação, a pergunta foi feita a dirigentes municipais, equipes técnicas de educação, diretores, professores, alunos e familiares durante as entrevistas realizadas nos 26 municípios que integraram a pesquisa.

Nas respostas, mais de 25 diferentes desafios foram identificados, com impacto em pelo menos uma das três dimensões que estruturam o estudo – práticas pedagógicas, formação de professores e ambiente de aprendizagem.

Um mesmo desafio, no entanto, pode estar relacionado a diferentes dimensões, conforme sua causa ou impacto mais significativo. A correção da distorção idade-série, por exemplo, foi citada por vários municípios. Em alguns, como Pejuçara (RS), surgiu como preocupação para a condução de práticas pedagógicas adotadas com turmas de correção de fluxo. Em outros municípios, como Olho d'Água das Flores (AL), apareceu associada a questões relacionadas ao ambiente de aprendizagem.

Seja como for, os desafios não são pontos isolados – ao contrário, muitos perpassam diversas dimensões. A pesquisa detectou ainda uma série deles que não se enquadram em nenhuma das três dimensões citadas e que, por isso, foram classificados como “outros”. Nesta categoria estão incluídas, por exemplo, ações que dizem respeito ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e da gestão democrática e as que se relacionam à melhoria e à ampliação da oferta de Educação Infantil. Dentre os municípios ouvidos, 65% reconheceram necessidades desse tipo.

Foco nas práticas pedagógicas e no desempenho do aluno

Quase todos os municípios identificaram como desafio a sistematização das práticas pedagógicas e a continuidade do acompanhamento do desempenho dos alunos. As iniciativas mencionadas como necessárias têm relação com diversos aspectos, como o aumento do tempo da permanência da criança na escola, a elaboração de currículos que contemplem a diversidade cultural e étnica e a preocupação com a inclusão de crianças com deficiência. No geral, a sistematização das práticas é formalizada pela adoção de documentos norteadores.

Em Grajaú (MA), os educadores chamaram atenção para a importância de completar em todas as escolas a elaboração e a implementação de uma Proposta Político-Pedagógica (PPP). A mesma preocupação foi identificada em Nova Olinda do Norte (AM) e em Vila Pavão (ES). À época da visita da pesquisadora à cidade capixaba, o Plano Municipal de Educação (PME) estava

na Câmara de Vereadores, em processo de aprovação. Em São José da Lagoa Tapada (PB), os entrevistados também citaram como desafio a definição de PPPs e do PME.

A sistematização de práticas pedagógicas passa também pelo exercício eficiente do planejamento. Este foi um dos principais desafios apontados pelos entrevistados em Pejuçara (RS) e Ituporanga (SC). Em Nova Olinda do Norte (AM), educadores também identificaram a necessidade de criar espaços em que profissionais de diversas escolas possam trocar experiências.

Em relação ao acompanhamento do desempenho do aluno, há um consenso entre os especialistas de que não basta fazer avaliações periódicas. É preciso tomar medidas concretas para sanar problemas e superar dificuldades, visando sempre à melhoria na aprendizagem. Assim, as demandas variaram conforme o município.

Em Costa Marques (RO), a preocupação está em dar continuidade ao trabalho de fiscalização e acompanhamento da frequência dos alunos, aumentando a participação das famílias. As visitas à residência dos estudantes e o envolvimento do Conselho Tutelar, no caso de faltas consecutivas, têm, segundo

O apoio do Plano de Ações Articuladas

Nos municípios pesquisados, o Plano de Ações Articuladas (PAR) teve papel importante no despertar das redes para a identificação de problemas, a definição de prioridades e o planejamento de políticas públicas para a educação.

O Plano é um diagnóstico minucioso da realidade educacional de cada município e a definição de um conjunto coerente de ações para atingir suas metas e objetivos. O diagnóstico e o planejamento envolvem aspectos da gestão, formação de professores e profissionais da educação, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

O PAR complementa as iniciativas de avaliação, monitoramento e melhoria da qualidade da

educação definidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Essas iniciativas englobam o Ideb e o plano de metas Compromisso Todos pela Educação.

O Compromisso recebeu a adesão de todos os municípios brasileiros, de todos os estados da federação e do Distrito Federal, em 2008. Com essa adesão, cada ente federativo elaborou seu PAR, planejando sua política de educação para o período de 2008 a 2011, sob a coordenação das secretarias municipais ou estaduais de Educação e a participação de gestores, professores e da comunidade local. A liberação de recursos financeiros e apoio técnico da União às redes municipais é condicionada às ações definidas no PAR.

os entrevistados, ajudado a reduzir as taxas de abandono e reprovação nas comunidades ribeirinhas e seringalistas. Entre 2005 e 2007, a taxa de abandono no segundo ano do Ensino Fundamental caiu de 13,5% para 6,3%, na média entre escolas urbanas e rurais do município. A de reprovação passou de 27,4 para 20,6% no mesmo período.

Em redes que contam com grande proporção de escolas rurais, como as de Feijó (AC), Aurora do Pará (PA) e Nova Olinda do Norte (AM), os entrevistados reconheceram a necessidade de maior acompanhamento pedagógico da educação no campo.

Aumento do tempo de permanência na escola

Cerca de metade dos municípios visitados na pesquisa explicitou como desafio a ampliação do tempo da criança na escola, seja por meio da implantação de unidades de tempo integral, seja pela ampliação das atividades de contraturno. Em várias cidades, esse aumento no tempo de permanência do aluno na escola significa estender um trabalho já existente. É o que ocorre, por exemplo, em Sapezal (MT) e Vila Pavão (ES), cujas redes estão preocupadas em dar continuidade e ampliar a oferta de atividades artísticas, culturais e esportivas já oferecidas no contraturno. Redes maiores também manifestaram como desafio o aumento do tempo da criança na escola. Em Campo Grande (MS), onde praticamente todas as unidades de ensino oferecem atividade no contraturno, o desafio é implantar escolas de tempo integral. E mesmo em Palmas (TO), única cidade visitada que mantinha uma rede estruturada de escolas de tempo integral à época da pesquisa, o dirigente municipal apresentou como meta universalizar esse regime.

A implantação de atividades no contraturno pode, no entanto, esbarrar em obstáculos de outra natureza. De acordo com os profissionais de educação de Altaneira (CE), a principal dificuldade está no fato de as escolas não disporem de espaço para acomodar todos os alunos. Falta de espaço é também o principal problema na rede de Olho d'Água das Flores (AL), onde as escolas têm todas as dependências ocupadas pelos alunos regulares, durante os três turnos. Situação semelhante vive o município de Nova Olinda do Norte (AM). Ali, a implantação do contraturno também depende da construção de novas salas.

Diversidade cultural

Outros desafios que apareceram com destaque na pesquisa são a elaboração de currículos e o desenvolvimento de rotinas e programas de educação

voltados às diferenças étnicas e culturais. A rede de Grajaú (MA) enfatizou a necessidade de um currículo específico para a educação indígena e, também, a elaboração de projetos socioeducacionais que promovam o resgate e a valorização da cultura afro-brasileira. Em São João do Sabugi (RN), foi mencionada a importância de implementar uma política de atendimento às exigências da lei¹ que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Os entrevistados ouvidos pela pesquisa avaliam que seja preciso formar professores e alterar os currículos escolares para colocá-la em prática. A mesma preocupação foi registrada em São José da Lagoa Tapada (PB).

Inclusão da criança com deficiência

A educação voltada à inclusão de crianças com deficiência foi lembrada em Fronteiras (PI), onde os entrevistados julgam que as escolas devem ser mais bem preparadas para atender a esse público, com a inclusão educacional em classes regulares e a contratação de profissionais especializados.

A educação inclusiva foi registrada como desafio também em Palmas (TO) e Ituporanga (SC). Em Olho d'Água das Flores (AL) e Solidão (PE), a principal preocupação é com a formação de professores especializados, preparados para lidar com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o sistema Braile. Em Vila Pavão (ES) e Grajaú (MA), os entrevistados indicaram como desafios a reforma e o aparelhamento das escolas da rede com mobiliário e equipamentos que as tornem acessíveis.

Formação de professores

A sistematização da formação continuada, alinhada com as necessidades cotidianas de sala de aula, foi considerada prioritária em praticamente todos os municípios visitados. Nas regiões Norte e Nordeste, a formação inicial ainda aparece como desafio. Nova Olinda do Norte (AM) vem investindo nesse sentido desde 2002, por meio de programas estaduais e federais e, agora, quer dar continuidade ao trabalho estabelecendo convênios com instituições de ensino superior. Para formação a distância, o município encara ainda outros desafios, de ordem material e tecnológica – a aquisição de computadores e a implantação de uma torre de transmissão de rádio, para acesso à internet.

Em Peabiru (PR), a preocupação é com a formação continuada dos professores e também com a capacitação de diretores e coordenadores peda-

1 A Lei nº 11.645/08 determina a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial.

gógicos. Já em Aquidabã (SE), à época da visita da pesquisa à cidade, a qualidade da formação dos docentes da rede foi apontada pela dirigente municipal de educação como um dos maiores desafios do município. Apesar do alto índice de docentes graduados, a dirigente reconheceu que muitos professores deixaram de estudar há bastante tempo. Para dar conta de uma qualificação mais adequada, a prefeitura tem investido em convênios com universidades da região.

Ambiente de aprendizagem

Esta dimensão reuniu o maior número de desafios citados nas entrevistas realizadas nos 26 municípios visitados nesta pesquisa. Os aspectos mais frequentemente mencionados dizem respeito a:

- ❖ Melhoria da infraestrutura, como construção e reforma de prédios ou de quadras e áreas de lazer.
- ❖ Aparelhamento das escolas com mobiliário, laboratórios de informática e bibliotecas.
- ❖ Maior aproximação das famílias, de modo a aumentar sua participação na vida escolar das crianças.

Para 73% dos municípios analisados, as condições da estrutura física da rede são desafios que impactam diretamente no desempenho dos alunos. Em Grajaú (MA), os depoimentos indicam a necessidade de construir novas unidades escolares a fim de dar conta da demanda de alunos e substituir algumas que na

Mais tempo e espaço para a educação

A educação em tempo integral não ocorre só entre os muros da escola. Criado em 2007, o objetivo do programa Mais Educação, do MEC, é ampliar o tempo e o espaço educacional dos alunos da rede pública. As escolas atendidas oferecem jornada integral, com atividades no turno complementar. Essas atividades devem estar relacionadas ao Projeto Político-Pedagógico da escola e dialogar com a comunidade do entorno. As ações podem acontecer tanto na unidade escolar quanto em outros espaços socioeduca-

tivos. As atividades foram agrupadas em áreas (macrocampos) como meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, comunicação e uso de mídias, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica. Além de ampliar o tempo e o espaço educacional, a iniciativa visa diminuir as desigualdades educacionais. O programa prioriza escolas com baixo Ideb, situadas em capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 90 mil habitantes.

época da pesquisa eram de adobe e palha. Os entrevistados também indicaram como desafio a reforma de todas as escolas da rede, particularmente a construção de quadras esportivas cobertas e a melhoria no sistema de ventilação e iluminação. “A escola deve ser um ambiente harmonioso, um lugar que nos convide a permanecer”, disse a coordenadora pedagógica de uma das escolas visitadas naquele município.

Mesmo as capitais apresentam problemas de infraestrutura. Em Boa Vista (RR), pais, alunos, professores e diretores reclamam que as escolas da rede carecem de iluminação e ventilação. Em Palmas (TO), a necessidade principal é a instalação de laboratórios e bibliotecas e a ampliação do acervo daquelas já existentes. Nas escolas de jornada ampliada, a implantação do regime de tempo integral depende, fundamentalmente, do aumento dos refeitórios e do corpo de funcionários.

A preocupação em promover ou aumentar a participação das famílias na vida escolar das crianças foi apontada explicitamente por 14 dos 26 municípios visitados. A necessidade aparece não apenas nas grandes cidades mas também em municípios pequenos como Recreio (MG), de cerca de 10 mil habitantes. “Há pais que frequentam as reuniões, que são participativos, mas a maioria só aparece no final do ano”, reconheceu uma professora da rede.

Educação Infantil

A pesquisa detectou ainda uma crescente valorização da Educação Infantil nas políticas públicas. Seu acesso foi mencionado por vários municípios como condição para a melhoria dos resultados nas etapas de estudo subsequentes. “O trabalho com as crianças na Educação Infantil torna-se uma base muito boa para o Ensino Fundamental”, disse a diretora de uma das escolas visitadas em Peabiru (PR).

A atenção à Educação Infantil foi, no entanto, citada explicitamente como desafio por cerca de um quarto das redes pesquisadas. Altaneira (CE) contava, à época desta pesquisa, com uma única escola de Educação Infantil na zona urbana e três na zona rural, que atendiam um total de 139 crianças de zero a 3 anos e 336 de 4 a 5. Segundo os entrevistados, é preciso ampliar a oferta de vagas. Necessidade que também foi identificada em Olho d'Água das Flores (AL) e em São Simão (SP). O município paulista abriga uma escola de Educação Infantil (para pré-escola) e três creches, que atendiam, em 2008, 440 crianças de zero a 6 anos. Segundo a dirigente municipal de educação, a oferta ainda é baixa frente à demanda.

Já em municípios como Boa Vista do Tupim (BA), São João do Sabugi (RN) e São José da Lagoa Tapada (PB) a preocupação é com a continuidade dos

Com a promulgação da Emenda Constitucional 59, em 2009, o Brasil deu um passo importante rumo à garantia do direito de aprender. A obrigatoriedade da educação foi ampliada de 9 para 14 anos (ou seja, dos 4 aos 17 anos de idade)

investimentos na formação de professores para a Educação Infantil (*veja mais sobre o assunto, no quadro Educação Infantil no Brasil*).

Garantia dos direitos

A existência de um conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos infanto-juvenis apareceu como desafio em oito dos 26 municípios visitados. Em Olho d'Água das Flores (AL), o Sistema de Garantia de Direitos conta com vários conselhos bastante atuantes, dentre eles o Tutelar e o dos Direitos da Criança e do Adolescente. No entanto, à época em que foi feita a pesquisa, o município carecia, ainda, de um Conselho Municipal de Educação e de Conselhos Escolares.

Já São João do Sabugi (RN) e São José da Lagoa Tapada (PB) apontaram como desafios a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação tanto do Conselho Municipal de Educação quanto do Conselho Tutelar. Os depoimentos coletados nos dois municípios indicam também a preocupação com a implantação de uma cultura democrática no processo de definição dos gestores escolares.

Educação Infantil no Brasil

São vários os estudos que mostram a Educação Infantil – que engloba creches para crianças de zero a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 5 anos – como etapa fundamental do processo de escolarização como um todo. A socialização, a interação com o meio ambiente e os primeiros contatos com o mundo do conhecimento realizados desde a primeira infância constituem uma base sólida para o desenvolvimento emocional e cognitivo do indivíduo, com forte impacto em sua vida no futuro.

No Brasil, a Educação Infantil é definida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como responsabilidade dos municípios, em parceria com a União e os estados. E a expansão da oferta de vagas na Educação Infantil aparece como uma das prio-

riedades do Plano Nacional de Educação (PNE), que vigora até 2011.

Segundo a edição de junho de 2009 do relatório *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o acesso a creches e pré-escolas vem crescendo ano a ano, mas ainda é bastante restrito, principalmente entre crianças de até 3 anos de idade. Em 2008, 23,2% dos municípios brasileiros não mantinham creches.

A Educação Infantil ainda não é vista como parte da educação formal e etapa inicial do processo educacional. Além disso, mesmo com a inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), há insuficiência de recursos públicos para financiar a oferta de vagas.

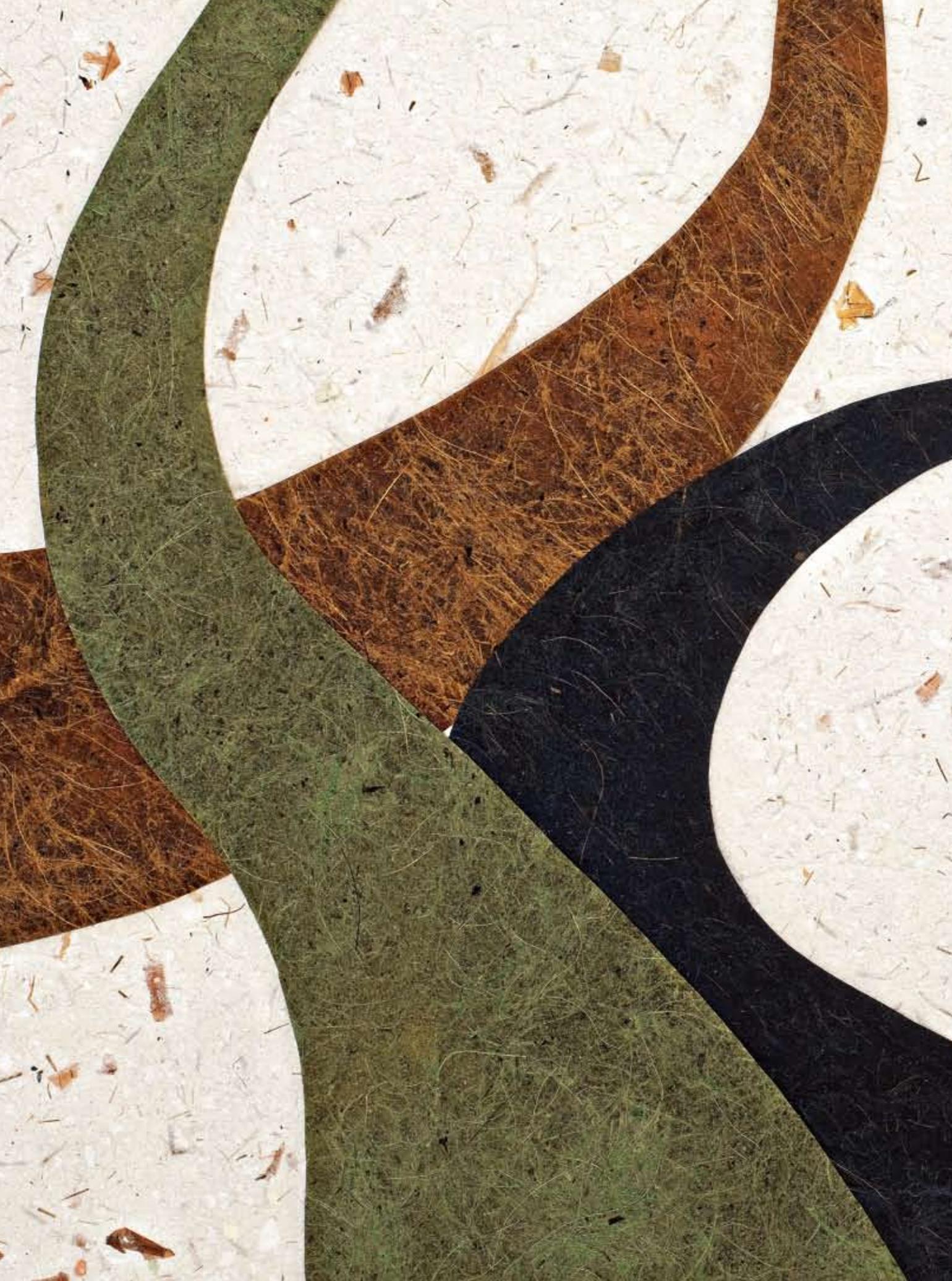
Boa Vista (RR), por sua vez, conta com vários programas voltados à proteção da criança e do adolescente e com um Ministério Público e um Conselho Tutelar atuantes. No entanto, segundo os entrevistados, falta maior articulação entre as instituições do Sistema de Garantia de Direitos, de forma a conduzir as políticas e os programas de maneira integrada. O mesmo foi observado em Campo Grande (MS).

Independentemente dos desafios e da magnitude deles, uma das principais constatações da pesquisa é que o sucesso da caminhada rumo à garantia do direito de aprender depende fundamentalmente do compromisso e do trabalho de todos e de cada um de nós.



Troca de experiências

*Você identifica na pesquisa a realidade de seu município?
Esse material parece útil para a sua gestão? Em que aspectos?
Esses foram alguns dos pontos debatidos numa oficina sobre
o estudo organizada pela União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação (Undime)*



O encontro aconteceu em Curitiba, durante o 12º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em 2009. Entre os participantes, havia representantes de municípios com populações que vão de 5.351 habitantes (Assis Brasil, no Acre) a 314.042 habitantes (Vitória, no Espírito Santo) e com contextos muito diversos. Buritis (RO), por exemplo, tem quase uma centena de escolas multisseriadas espalhadas em 2.870 quilômetros, a maioria delas construída em sistema de mutirão pela comunidade. Em Nioaque (MS), há apenas duas escolas urbanas. As demais estão na zona rural, em assentamentos, aldeias indígenas e comunidades quilombolas. Catanduva (SP), por sua vez, não tem nenhuma escola rural.

Com Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que variaram de 2,2 (Capitão Poço, Pará) a 5,1 (Catanduva, São Paulo), para os anos iniciais (2007), os municípios que participaram da oficina são representativos da realidade brasileira. Entre eles, há os que caminharam bastante no Ideb, os que avançaram um pouco e até quem deu um passo para trás (*veja o quadro A situação dos municípios*).

A exemplo do que foi constatado pela pesquisa, todos foram unânimes em ressaltar a importância do Ideb. “Com certeza, é um fator impulsionador”, avaliou a dirigente de Paramoti (CE). “Quando tivemos o resultado do município para 2005, chamamos todos os professores e dividimos a responsabilidade com eles. Fizemos com que todo mundo se incomodasse.” Em Paramoti, o Ideb (anos iniciais) passou de 2,8 para 3,2, em 2007, fazendo com que o município atingisse a meta de 2009.

Em São Miguel (RN), o dirigente municipal de educação reconheceu que o impacto do Ideb foi “violento”. “Todo mundo se sentiu culpado pelo resultado tão baixo”, afirmou ele. De acordo com o dirigente, o trabalho para melhorá-lo não se restringiu aos resultados da Prova Brasil. Também considerou outros indicadores, como evasão. “Em 2004, o índice era de 37%. Conseguimos reduzi-lo para 8,9%, em 2007, e isso contribuiu significativamente para o avanço do Ideb”, reconheceu.

O que nós vamos fazer?

Para mobilizar a comunidade, a Secretaria de Educação do município reuniu numa apresentação Idebs de diversos municípios vizinhos e destacou cidades menores do que São Miguel com índices melhores. A partir daí, lançou o desafio: “O que nós vamos fazer?” A resposta veio rapidamente. Os levantamentos de todos os índices relacionados à educação passaram a ser feitos bimestralmente e não mais uma vez por ano. Com base nos resultados do primeiro e do segundo bimestre, a secretaria propôs uma semana de estudos. “Convidamos os professores para que eles viessem analisar os dados dos dois bimestres anteriores”, contou o dirigente municipal. “A proposta foi planejar os dois bimestres

seguintes para que no final do ano tivéssemos um resultado mais favorável com relação à aprovação, à evasão...”, concluiu. O Ideb do município (anos iniciais) passou de 2,7, em 2005, para 3,7, em 2007, atingindo a meta de 2013.

Com os resultados do esforço em mãos, foi a vez de comemorar. “Mostrei que o nosso Ideb foi melhor do que o da capital e de outras cidades grandes para que eles se sentissem valorizados pelo fato de terem conseguido a conquista dessa melhoria”, contou o dirigente.

Em 2009, o trabalho de preparação para as avaliações começou cedo, em maio. “Deixamos claro para os gestores, para a equipe de supervisão e para os professores que nossa preocupação não é apenas com o resultado da Prova Brasil, mas com a questão da evasão, da repetência e da distorção”, explicou o dirigente. A secretaria também tem buscado o apoio dos pais para melhorar o Ideb. A estratégia tem sido conversar com eles para mostrar o quanto o seu auxílio na educação dos filhos pode ajudar o município como um todo a avançar.

Em Blumenau (SC), a melhoria do Ideb foi atribuída ao planejamento da secretaria e à fixação de metas para as escolas. “Pedimos para cada unidade fazer a projeção do Ideb até 2011 para podermos trabalhar com a média”, afirmou o dirigente municipal. Para 2009, o objetivo é alcançar a média 5, que já foi atingida por algumas escolas. Atualmente, o Ideb do município nas séries iniciais é 4,8.

Entre as estratégias adotadas para alcançar esse objetivo está a presença de coordenadores pedagógicos em todas as escolas e dentro da própria secretaria. Há coordenadores de Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Alemã que trabalham a maior parte do tempo visitando escolas e fazendo formação.

O papel da gestão

Outro ponto de concordância com a pesquisa foi em relação ao papel da gestão. “O comprometimento da gestão local com a educação do município contribuiu significativamente para que a gente tivesse um avanço no Ideb”, reconheceu o dirigente municipal de São Miguel.

Os participantes, no entanto, foram unânimes em afirmar que para fazer diferença a gestão deve estar em sintonia com o professor e intimamente ligada ao processo educativo como um todo. “Não podemos perder o foco na aprendizagem”, resumiu a dirigente municipal de Catanduva (SP). A meta do município é que toda escola tenha sucesso. “O Ideb levou essa preocupação aos gestores”, afirmou. “Professores e coordenadores se debruçam sobre esses dados para junto com a equipe da secretaria buscar caminhos para a melhoria.”

Os caminhos, em geral, apontam para a mesma direção do estudo. Todos os municípios que participaram da oficina e apresentaram avanços, grandes ou

pequenos, em relação ao Ideb investiram na formação inicial e continuada dos professores e/ou na implantação de sistemas de avaliação e monitoramento.

“Em termos físicos, minha rede não mudou muito. O que surtiu resultado foi a formação continuada”, analisou a dirigente de Buritis (RO). De 2005 a 2007, o Ideb do município saltou de 3,1 para 3,9 (anos iniciais).

Com problemas de infraestrutura, Nioaque (MS) também atribuiu a melhora de seu Ideb à formação continuada. Além das chamadas “jornadas pedagógicas”, foi feita uma parceria com a universidade federal. “Hoje, apesar de toda a dificuldade, nós temos profissionais habilitados. Não temos professores leigos”, afirmou a dirigente municipal de educação.

Em Paramoti (CE), a secretaria também investiu em jornadas pedagógicas além de planejamentos mensais. “Todo mês passamos a dar sugestões de novas metodologias, como o saco de leitura (com rótulos e embalagens), para que os professores mudassem um pouco a prática, que estava muito na lousa”, contou a dirigente municipal. Para ser eficiente, a formação, segundo ela, deve ser direcionada para a sala de aula.

Já em Catanduva (SP), a dirigente municipal de educação creditou o avanço do Ideb à formação, à valorização do profissional e à avaliação. O município passou de 3,9, em 2005, para 5,1, em 2007 (anos iniciais), ultrapassando a meta para 2013. Além de levantamentos sistemáticos para identificar as necessidades de formação, a secretaria fez uma parceria de formação a distância com a Universidade de São Paulo. Também introduziu o Sistema de Avaliação do Município de Catanduva. A ideia é que, junto com o Ideb, ele possa ser um instrumento de diagnóstico da situação das escolas. O retorno, segundo a dirigente, tem sido muito positivo. “Percebo que já há maturidade de aceitação por parte dos professores de que avaliação é um indicador para a melhoria”, afirmou.

Na trilha das boas práticas

As ações que fizeram diferença

Novas metodologias

Em Paramoti (CE), sugestões de novas metodologias, como o saco de leitura, com rótulos de embalagem, fazem parte do planejamento mensal e inspiram novas práticas. “Trabalhamos muito no sentido de apoiar e não de julgar o professor”, afirmou a dirigente municipal de educação.

De olho nos índices

Em São Miguel (RN), os levantamentos de todos os índices relacionados à educação passaram a ser feitos bimestralmente e não mais uma vez por ano. A intenção é corrigir os problemas a tempo.

Investimento em formação

Além de levantamentos sistemáticos para identificar as necessidades de capacitação, a Secretaria de Educação do Município de Catanduva (SP) fez uma parceria de formação a distância com a Universidade de São Paulo.

Uma caminhada de muitos desafios

Em Barra de Santo Antônio (AL), o Ideb passou de 2,6 (anos iniciais), em 2005, para 2,7, em 2007. Apesar de ter alcançado a meta de 2007, o município reconhece que ainda falta muito para que o resultado possa ser comemorado. Todo o esforço, segundo a dirigente municipal de educação, está sendo direcionado, agora, no sentido de esclarecer sobre o Ideb, mostrar sua importância. “O resultado era conhecido, mas não se refletia sobre ele”, analisou.

Para o dirigente municipal de São Cristóvão (SE), é preciso envolver mais os pares e a comunidade escolar no processo. Segundo ele, é o empenho de todos e de cada um que vai fazer diferença. De 2005 a 2007, o município passou de um Ideb de 2,5 para 3,0 (anos iniciais), mas teve queda nos anos finais: de 3,2 para 2,5.

A dirigente municipal de Buritis (RO) concordou com ele e foi além. “Falta uma troca de experiências entre as escolas”, opinou. “O que fez aquele estabelecimento que conseguiu elevar mais seu Ideb? Podemos aproveitar o que há de melhor em uma escola e levar para outra”, avaliou.

Da cidade para a zona rural

Algumas redes têm trabalhado nesse sentido. Apesar de o Ideb ser calculado apenas com base nas escolas urbanas avaliadas pela Prova Brasil¹, durante a oficina, alguns dirigentes relataram preocupação com as escolas rurais. Muitas unidades de ensino localizadas em comunidades quilombolas, assentamentos ou aldeias vêm se beneficiando, segundo eles, de algumas boas práticas aplicadas nas escolas das zonas urbanas.

Em Nioaque (MS), por exemplo, há oito assentamentos e quatro aldeias. Parte das escolas funciona em espaços improvisados, como antigos casarões desapropriados. Mesmo com todas essas dificuldades, o município vem investido em formação. Segundo a dirigente municipal, não há mais professores leigos. Todos são graduados.

Buritis (RO) também vem apostando na formação para melhorar a qualidade da educação tanto na zona urbana quanto na rural. Além disso, a intenção é ampliar o tempo de permanência das crianças na sala de aula, principalmente nas escolas polos, e melhorar a estrutura física.

Já em Paramoti (CE), o foco do trabalho é em gestão. As escolas rurais têm os chamados coordenadores de gestão, que cuidam da parte mais operacional, como o conserto de uma porta quebrada, e os coordenadores pedagógicos, que entram nas salas e acompanham as aulas. Em geral, há um coordenador para cada polo, que tem de sete a oito escolas. Com isso, a secretaria tem um retrato do que está acontecendo de fato em cada unidade de ensino e um levantamento dos pontos fortes e fracos que deverão ser abordados no planejamento.

¹ Em 2009, a Prova Brasil foi aplicada pela primeira vez a estudantes de escolas rurais do Ensino Fundamental.

A situação dos municípios

O cenário da educação das redes que participaram da oficina

REGIÃO NORDESTE

Barra de Santo Antônio (AL)

Ideb	Anos iniciais	Anos finais
2005	2,6	2,0
2007	2,7	2,5
Meta 2007	2,7	2,0

Cabaceiras (PB)

2005	2,6	2,7
2007	3,4	3,6
Meta 2007	2,7	2,8

Monsenhor Gil (PI)

2005	-	-
2007	3,4	3,4
Meta 2007	-	-

Paramoti (CE)

2005	2,8	2,9
2007	3,2	3,3
Meta 2007	2,9	2,9

São Cristóvão (SE)

2005	2,5	3,2
2007	3,0	2,5
Meta 2007	2,6	3,2

São Miguel (RN)

2005	2,7	2,5
2007	3,7	3,1
Meta 2007	2,7	2,5

REGIÃO SUL

Blumenau (SC)

Ideb	Anos iniciais	Anos finais
2005	4,4	3,6
2007	4,8	4,3
Meta 2007	4,5	3,6

Braganey (PR)

2005	4,0	-
2007	4,5	-
Meta 2007	4,0	-

Cidreira (RS)

2005	3,4	2,5
2007	4,1	3,3
Meta 2007	3,4	2,6

REGIÃO SUDESTE

Catanduva (SP)

Ideb	Anos iniciais	Anos finais
2005	3,9	3,9
2007	5,1	3,9
Meta 2007	3,9	3,9

Vitória (ES)

2005	4,1	3,5
2007	4,2	3,6
Meta 2007	4,2	3,5

REGIÃO CENTRO-OESTE

Nossa Senhora do Livramento (MT)

Ideb	Anos iniciais	Anos finais
2005	-	3,3
2007	3,7	3,3
Meta 2007	-	3,4

Nioaque (MS)

2005	2,9	-
2007	3,1	3,5
Meta 2007	2,9	-

REGIÃO NORTE

Assis Brasil (AC)

Ideb	Anos iniciais	Anos finais
2005	2,4	-
2007	2,7	-
Meta 2007	2,5	-

Buritituba (RO)

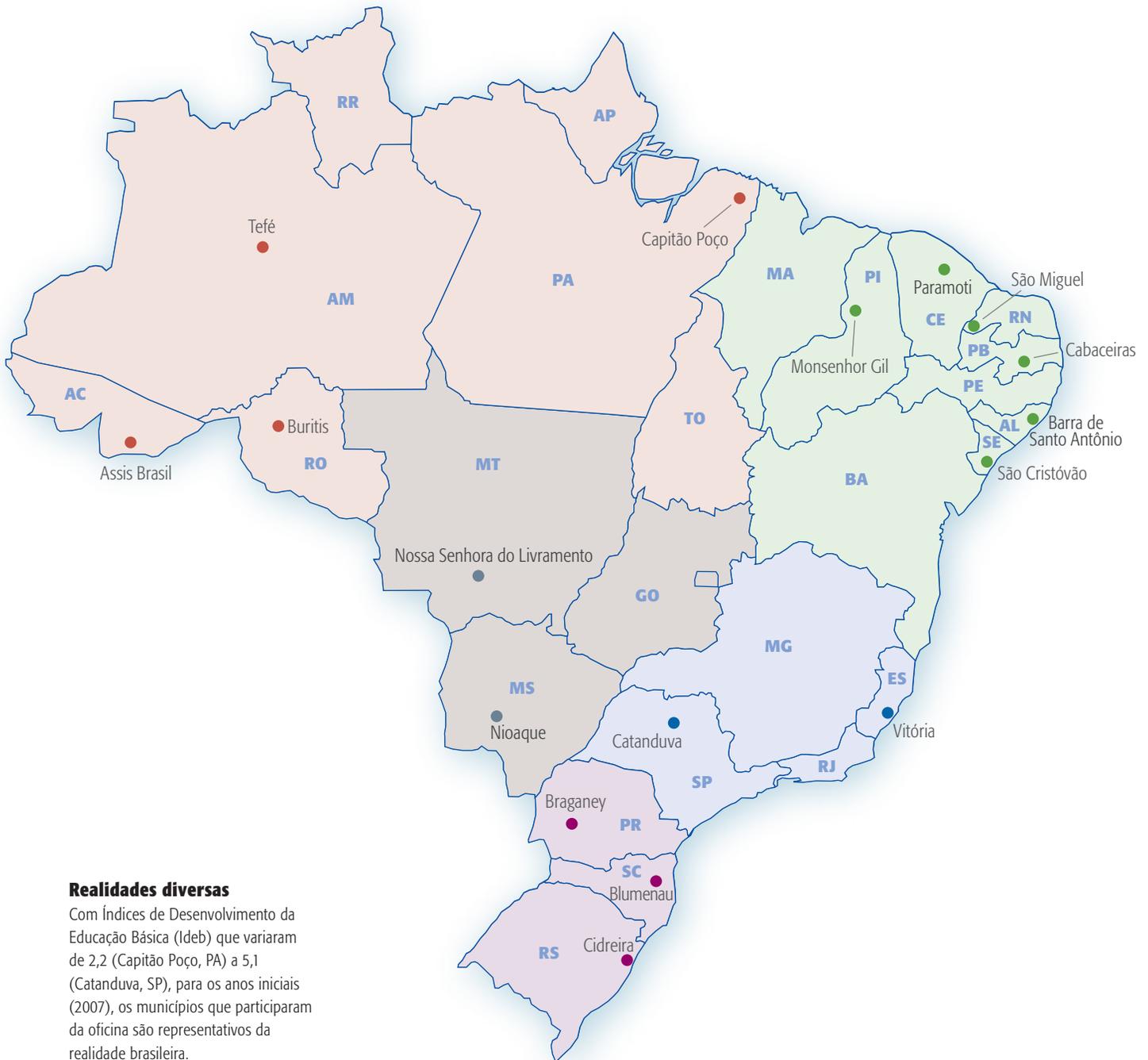
2005	3,1	-
2007	3,9	-
Meta 2007	3,1	-

Capitão Poço (PA)

2005	2,3	-
2007	2,2	3,0
Meta 2007	2,5	-

Tefé (AM)

2005	2,9	-
2007	3,1	-
Meta 2007	3,0	-

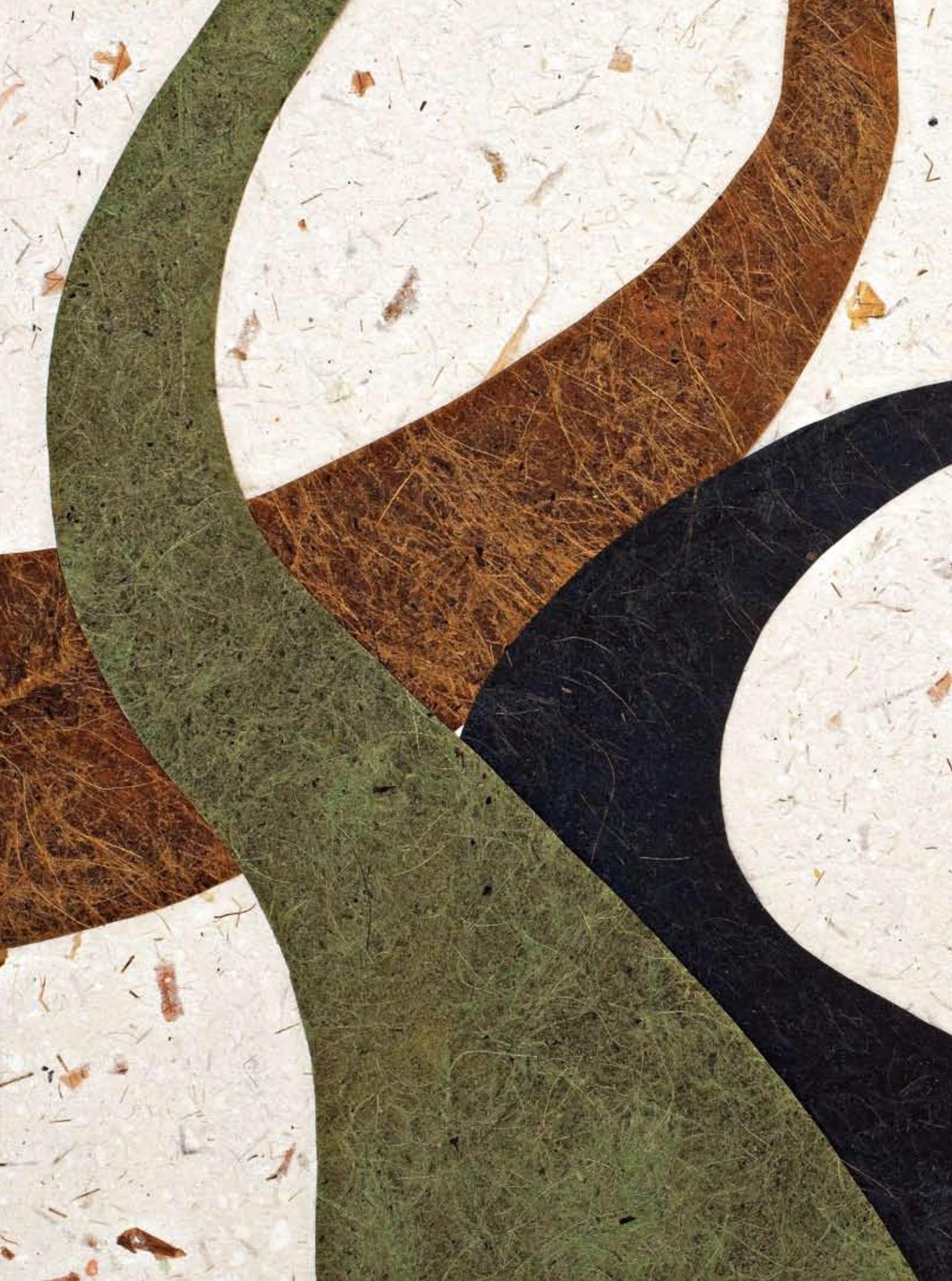


Realidades diversas

Com Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que variaram de 2,2 (Capitão Poço, PA) a 5,1 (Catanduva, SP), para os anos iniciais (2007), os municípios que participaram da oficina são representativos da realidade brasileira.

Anexos

Para que a amostra de municípios analisados pela pesquisa fosse representativa da realidade e da diversidade brasileira, participaram do estudo 26 redes municipais, uma de cada estado do país. Neste capítulo, dados importantes para contextualizar os municípios e suas redes de ensino estão distribuídos em tabelas, por região, com um mapa que localiza as cidades e sua faixa populacional



Como foi feita a seleção das redes municipais

Metodologia e critérios usados para a escolha dos municípios que participaram do estudo

Crítérios iniciais

A escolha das redes municipais que participaram da pesquisa *Caminhos do Direito de Aprender*, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), obedeceu a uma série de critérios.

Além de ter o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do Ensino Fundamental de 2005 e de 2007, os municípios selecionados para a pesquisa precisavam possuir no mínimo três escolas na rede (entre urbanas e rurais) e estar entre os 5% que mais avançaram ou constar entre os 20 municípios de maior Ideb em 2007 (por estado).

Para fazer parte do estudo, os municípios não podiam ter participado das pesquisas *Aprova Brasil* e *Redes de Aprendizagem*. A elaboração (ou não) do Plano de Ações Articuladas (PAR) também foi levada em conta. Em caso de empate, um dos critérios utilizados para a seleção era a existência do PAR.

Cenário socioeconômico

Diversas informações socioeconômicas foram ainda observadas na seleção das redes. Dados como o Índice de Desenvolvimento Infantil de 2004 (IDI), Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 (IDH), taxa de Abandono dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2007, taxa de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2006, e a proporção de alunos em escolas que possuem regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação foram analisados.

Levando em conta todos esses critérios, os pesquisadores chegaram a 160 municípios. Para dar conta da diversidade brasileira, foi selecionado um município de cada um dos 26 estados e de todas as quatro faixas populacionais:

- Até 10 mil habitantes
- De 10.001 a 20 mil habitantes
- De 20.001 a 100 mil habitantes
- Mais de 100 mil habitantes

Após as visitas aos municípios escolhidos, três redes foram substituídas para efeito de análise por não apresentarem os pré-requisitos exigidos.

Método

Entre as redes selecionadas, há municípios com Ideb abaixo da média nacional. Como o foco desta pesquisa foi o processo – a caminhada rumo à garantia do direito de aprender –, consideramos os progressos. Todas as redes analisadas tiveram avanços significativos, embora algumas delas não tenham ainda alcançado a média nacional do Ideb, pois partiram de valores bem baixos.

A metodologia utilizada é a mesma das pesquisas anteriores, a chamada “pesquisa rápida” (*rapid assessment*), que utiliza dados preexistentes para obter da comunidade opiniões e informações objetivas sobre o tema estudado.

Os municípios pesquisados



REGIÃO CENTRO-OESTE

Ideb 2005 e 2007 dos anos iniciais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais
▶ Campo Grande (MS)	4,2	3,3	5,5	76	5,1	3,5	6,5	80
▶ São Luiz do Norte (GO)	3,8	3,9	3,9	1	6,0	5,5	5,5	1
▶ Sapezal (MT)	2,0	1,9	1,9	1	4,4	4,4	4,4	1

Proficiência da 4ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Campo Grande (MS)	195,00	191,20	214,06	195,50
▶ São Luiz do Norte (GO)	176,60	171,20	241,13	229,97
▶ Sapezal (MT)	182,20	178,00	186,80	171,79

Média da taxa de Aprovação dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
▶ Campo Grande (MS)	81,4	90,8
▶ São Luiz do Norte (GO)	85,8	89,0
▶ Sapezal (MT)	42,6	93,0

Projeções do Ideb até 2021 (anos iniciais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
▶ Campo Grande (MS)	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
▶ São Luiz do Norte (GO)	3,9	4,2	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,0
▶ Sapezal (MT)	2,3	3,2	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3

Ideb 2005 e 2007 dos anos finais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais
▶ Campo Grande (MS)	3,7	2,7	4,7	43	4,5	3,5	5,7	70
▶ São Luiz do Norte (GO)	–	–	–	–	–	–	–	–
▶ Sapezal (MT)	2,1	2,0	2,0	1	3,7	3,6	3,6	1

Proficiência da 8ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Campo Grande (MS)	258,30	242,70	267,27	251,59
▶ São Luiz do Norte (GO)	–	–	–	–
▶ Sapezal (MT)	257,20	237,60	258,96	248,96

Média da taxa de Aprovação dos anos finais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
▶ Campo Grande (MS)	73,6	84,2
▶ São Luiz do Norte (GO)	-	-
▶ Sapezal (MT)	42,0	71,3

Projeções do Ideb até 2021 (anos finais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
▶ Campo Grande (MS)	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
▶ São Luiz do Norte (GO)	-	-	-	-	-	-	-	-
▶ Sapezal (MT)	2,2	2,7	3,2	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2

Informações do Censo Populacional 2000

Município	População ¹			Taxa de Analfabetismo ²		Taxa de Escolarização Líquida ³	PIB ⁴
	Total	Urbana	Rural	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	
▶ Campo Grande (MS)	720.070	710.398	9.672	1,4	6,0	94,0	6.903.355,77
▶ São Luiz do Norte (GO)	4.122	3.506	616	4,2	21,7	87,6	32.918,13
▶ Sapezal (MT)	14.087	10.558	3.529	7,7	9,5	86,9	1.021.579,08

Fonte: (1) IBGE – Contagem 2007; (2) IBGE – Censo Demográfico 2000; (3) Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade; (4) IBGE – 2005, valor em mil.

Nota: No resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem, a população é toda estimada.

Informações do Censo Escolar 2008 – Rede municipal

Município	Número de matrículas			Número de escolas		
	Educação Básica			Educação Básica		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
▶ Campo Grande (MS)	77.362	1.780	79.142	406	15	421
▶ São Luiz do Norte (GO)	546	97	643	4	3	7
▶ Sapezal (MT)	2.684	178	2.862	5	9	14

Informações do questionário socioeconômico da Prova Brasil 2007

Município	Percentual de crianças da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino							
	Do sexo masculino	Da cor branca	Que moram com pai e mãe	Que realizam trabalho doméstico por mais de 3 horas	Que trabalham fora de casa	Que os pais ou responsáveis incentivam a estudar	Que entraram na escola na 1ª série do EF	Com mãe que possui pelo menos o Ensino Médio completo
▶ Campo Grande (MS)	50,2	33,5	56,5	7,9	8,2	96,1	26,2	24,0
▶ São Luiz do Norte (GO)	44,4	11,1	11,1	0,0	22,2	77,8	44,4	33,3
▶ Sapezal (MT)	43,9	22,0	53,7	13,4	10,2	74,4	19,5	20,7

Taxa de Abandono e de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental			
Município	Localização	Taxa de Abandono de 2008	Taxa de Distorção Idade-Série de 2008
▶ Campo Grande (MS)	Total	0,4	11,4
	Rural	0,6	18,8
	Urbana	0,4	11,2
▶ São Luiz do Norte (GO)	Total	1,5	19,5
	Rural	2,3	22,9
	Urbana	1,5	19,1
▶ Sapezal (MT)	Total	0,9	14,6
	Rural	5,8	20,9
	Urbana	0,4	13,9

Proporção de alunos que estudam em escolas municipais, segundo a informação se a escola possui regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação				
Município	Localização	Não possui	Possui	Está em tramitação
▶ Campo Grande (MS)	Urbana	0,0	99,3	0,7
	Rural	0,0	100,0	0,0
▶ São Luiz do Norte (GO)	Urbana	20,5	79,5	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0
▶ Sapezal (MT)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0

Campo Grande (MS)**Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)**

0,760, UNICEF 2004

IDI de Mato Grosso do Sul

0,756, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,814, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa
22 e 23 de outubro de 2008**São Luiz do Norte (GO)****Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)**

0,640, UNICEF 2004

IDI de Goiás

0,725, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,710, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa
18 e 19 de novembro de 2008**Sapezal (MT)****Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)**

0,820, UNICEF 2004

IDI de Mato Grosso

0,722, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,803, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa
5 a 7 de novembro de 2008

REGIÃO NORDESTE

Ideb 2005 e 2007 dos anos iniciais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais
▶ Altaneira (CE)	3,1	3,2	3,2	1	5,2	5,1	5,1	1
▶ Aquidabã (SE)	1,0	1,1	1,1	1	3,0	2,6	2,8	2
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	2,2	1,8	2,5	4	4,8	4,4	5,3	4
▶ Fronteiras (PI)	2,6	2,5	2,5	1	4,3	4,1	5,8	3
▶ Grajaú (MA)	2,5	1,7	3,2	9	4,5	3,8	7,1	13
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	2,1	1,8	2,5	4	3,4	3,0	3,5	4
▶ São João do Sabugi (RN)	2,1	2,2	2,2	1	4,4	4,5	4,5	1
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	1,9	1,8	1,8	1	3,6	3,3	4,1	2
▶ Solidão (PE)	2,3	2,2	2,2	1	4,0	4,1	4,1	1

Proficiência da 4ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Altaneira (CE)	160,80	154,80	222,72	196,80
▶ Aquidabã (SE)	124,80	127,80	185,55	164,69
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	148,60	134,20	206,51	187,16
▶ Fronteiras (PI)	162,00	154,20	203,15	182,88
▶ Grajaú (MA)	161,60	147,20	205,64	173,13
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	163,60	156,60	170,56	157,37
▶ São João do Sabugi (RN)	141,80	129,80	199,69	171,08
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	161,00	139,20	228,80	196,67
▶ Solidão (PE)	154,00	147,40	191,17	164,37

Média da taxa de Aprovação dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
▶ Altaneira (CE)	81,2	88,2
▶ Aquidabã (SE)	36,0	65,9
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	68,9	90,2
▶ Fronteiras (PI)	66,2	83,1
▶ Grajaú (MA)	65,5	89,7
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	53,4	81,7
▶ São João do Sabugi (RN)	67,1	90,0
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	51,8	61,0
▶ Solidão (PE)	65,4	88,0

Projeções do Ideb até 2021 (anos iniciais)								
Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
▶ Altaneira (CE)	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
▶ Aquidabã (SE)	1,2	1,9	2,4	2,7	2,9	3,2	3,5	3,8
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	2,3	2,6	3,0	3,2	3,5	3,8	4,1	4,5
▶ Fronteiras (PI)	2,6	3,0	3,4	3,7	3,9	4,2	4,6	4,9
▶ Grajaú (MA)	2,5	2,8	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	2,3	2,8	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
▶ São João do Sabugi (RN)	2,1	2,4	2,8	3,0	3,3	3,6	3,9	4,3
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	2,0	2,6	3,1	3,3	3,6	3,9	4,2	4,6
▶ Solidão (PE)	2,4	2,7	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6

Ideb 2005 e 2007 dos anos finais das redes municipais								
Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais
▶ Altaneira (CE)	3,4	3,4	3,4	1	3,7	3,7	3,7	1
▶ Aquidabã (SE)	-	-	-	-	-	-	-	-
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	2,3	2,0	2,0	1	3,2	2,9	3,3	2
▶ Fronteiras (PI)	3,0	2,8	3,2	3	4,2	4,0	4,5	3
▶ Grajaú (MA)	2,6	2,2	3,0	6	3,0	1,8	4,0	7
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	2,0	2,0	2,0	1	2,6	2,6	2,6	1
▶ São João do Sabugi (RN)	3,5	3,5	3,5	1	4,0	4,0	4,0	1
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	2,3	2,3	2,3	1	3,3	3,3	3,3	1
▶ Solidão (PE)	3,1	3,2	3,2	1	3,5	3,3	3,3	1

Proficiência da 8ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)				
Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Altaneira (CE)	233,60	209,60	239,84	224,70
▶ Aquidabã (SE)	-	-	-	-
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	215,40	195,30	222,37	206,31
▶ Fronteiras (PI)	224,90	201,60	250,78	232,69
▶ Grajaú (MA)	221,60	205,20	218,35	208,59
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	225,80	215,50	225,40	212,89
▶ São João do Sabugi (RN)	271,90	242,50	270,86	244,73
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	208,20	189,00	233,11	231,35
▶ Solidão (PE)	231,50	214,20	241,40	217,19

Média da taxa de Aprovação dos anos finais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
▶ Altaneira (CE)	83,4	81,3
▶ Aquidabã (SE)	-	-
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	65,0	83,8
▶ Fronteiras (PI)	78,4	88,5
▶ Grajaú (MA)	66,9	79,5
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	47,1	64,5
▶ São João do Sabugi (RN)	67,1	76,0
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	68,9	73,5
▶ Solidão (PE)	74,6	79,2

Projeções do Ideb até 2021 (anos finais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
▶ Altaneira (CE)	3,4	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
▶ Aquidabã (SE)	-	-	-	-	-	-	-	-
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	2,4	2,5	2,7	3,1	3,5	3,8	4,0	4,3
▶ Fronteiras (PI)	3,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
▶ Grajaú (MA)	2,6	2,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	2,1	2,4	2,8	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6
▶ São João do Sabugi (RN)	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	2,4	2,5	2,7	3,1	3,5	3,8	4,0	4,3
▶ Solidão (PE)	3,1	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1

Informações do Censo Populacional 2000

Município	População ¹			Taxa de Analfabetismo ²		Taxa de Escolarização Líquida ³	PIB ⁴
	Total	Urbana	Rural	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	
▶ Altaneira (CE)	6.069	4.227	1.842	11,5	41,7	91,7	13.533,99
▶ Aquidabã (SE)	19.019	10.409	8.610	19,8	38	88,8	63.876,60
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	17.698	6.053	11.645	16,7	34,9	88,6	48.981,84
▶ Fronteiras (PI)	10.196	6.434	3.762	14,1	39,7	81,7	100.103,10
▶ Grajaú (MA)	53.908	31.848	22.060	21,2	32,8	79,0	154.788,99
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	19.805	13.510	6.295	26,7	39,2	80,8	91.561,98
▶ São João do Sabugi (RN)	5.654	4.545	1.109	7,1	24,2	88,7	19.298,10
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	7.719	3.238	4.481	16,4	49,5	83,5	15.210,74
▶ Solidão (PE)	5.714	1.608	4.106	19,2	36,1	91,5	13.492,08

Fonte: (1) IBGE – Contagem 2007; (2) IBGE – Censo Demográfico 2000; (3) Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade; (4) IBGE – 2005, valor em mil.

Nota: No resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem, a população é toda estimada.

Informações do Censo Escolar 2008 – Rede municipal						
Município	Número de matrículas			Número de escolas		
	Educação Básica			Educação Básica		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
▶ Altaneira (CE)	1.452	363	1.815	4	9	13
▶ Aquidabã (SE)	1.084	2.839	3.923	7	57	64
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	1.931	3.846	5.777	10	67	77
▶ Fronteiras (PI)	1.709	358	2.067	8	18	26
▶ Grajaú (MA)	4.224	6.638	10.862	47	243	290
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	3.759	1.016	4.775	7	8	15
▶ São João do Sabugi (RN)	684	70	754	6	5	11
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	744	405	1.149	4	16	20
▶ Solidão (PE)	596	798	1.394	4	15	19

Informações do questionário socioeconômico da Prova Brasil 2007								
Município	Percentual de crianças da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino							
	Do sexo masculino	Da cor branca	Que moram com pai e mãe	Que realizam trabalho doméstico por mais de 3 horas	Que trabalham fora de casa	Que os pais ou responsáveis incentivam a estudar	Que entraram na escola na 1ª série do EF	Com mãe que possui pelo menos o Ensino Médio completo
▶ Altaneira (CE)	50,4	34,8	67,0	12,2	13,0	89,6	14,8	12,2
▶ Aquidabã (SE)	45,2	37,1	64,5	8,1	8,1	88,7	16,1	6,5
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	56,0	19,3	56,0	9,6	25,3	83,1	33,1	13,3
▶ Fronteiras (PI)	52,3	34,4	56,3	7,9	10,6	62,3	27,8	10,6
▶ Grajaú (MA)	52,0	27,9	54,9	8,1	19,5	82,0	22,6	8,5
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	47,0	22,9	54,6	11,1	22,2	74,0	39,4	7,0
▶ São João do Sabugi (RN)	48,3	27,6	44,8	0,0	17,2	79,3	17,2	27,6
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	28,6	40,0	71,4	5,7	11,4	91,4	60,0	0,0
▶ Solidão (PE)	39,6	60,4	64,6	6,3	4,2	91,7	20,8	16,7

Taxa de Abandono e de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental			
Município	Localização	Taxa de Abandono de 2008	Taxa de Distorção Idade-Série de 2008
▶ Altaneira (CE)	Total	1,1	11,1
	Rural	1,6	10,4
	Urbana	0,8	11,4
▶ Aquidabã (SE)	Total	5,1	45,2
	Rural	3,9	47,9
	Urbana	8,2	38,2
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	Total	4,5	28,1
	Rural	5,8	29,5
	Urbana	1,6	24,9
▶ Fronteiras (PI)	Total	2,9	25,2
	Rural	3,6	30,9
	Urbana	2,6	22,1
▶ Grajaú (MA)	Total	5,4	30
	Rural	3,5	33,9
	Urbana	7,1	26,8
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	Total	5,5	27,6
	Rural	3,8	38,2
	Urbana	6,5	21,7
▶ São João do Sabugi (RN)	Total	2	21,3
	Rural	3	27,5
	Urbana	1,6	19,1
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	Total	6,7	37,2
	Rural	5,8	38
	Urbana	7,9	36,1
▶ Solidão (PE)	Total	3,1	21,7
	Rural	1,2	19,4
	Urbana	5,6	24,4

Proporção de alunos que estudam em escolas municipais, segundo a informação se a escola possui regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação

Município	Localização	Não possui	Possui	Está em tramitação
▶ Altaneira (CE)	Urbana	0,0	44,3	55,7
	Rural	100,0	0,0	0,0
▶ Aquidabã (SE)	Urbana	0,0	22,6	77,4
	Rural	0,0	14,5	85,5
▶ Boa Vista do Tupim (BA)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	98,4	1,6
▶ Fronteiras (PI)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0
▶ Grajaú (MA)	Urbana	14,0	62,0	23,9
	Rural	50,1	39,0	10,9
▶ Olho d'Água das Flores (AL)	Urbana	0,0	0,0	100,0
	Rural	0,0	0,0	100,0
▶ São João do Sabugi (RN)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0
▶ São José da Lagoa Tapada (PB)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0
▶ Solidão (PE)	Urbana	0,0	79,7	20,3
	Rural	0,0	100,0	0,0

Altaneira (CE)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,420, UNICEF 2004

IDI do Ceará

0,663, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,576, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

12 e 13 de novembro de 2008

Aquidabã (SE)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,560, UNICEF 2004

IDI de Sergipe

0,718, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,605, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

27 e 28 de novembro de 2008

Boa Vista do Tupim (BA)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,360, UNICEF 2004

IDI da Bahia

0,636, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,605, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

26 e 27 de novembro de 2008

Fronteiras (PI)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,530, UNICEF 2004

IDI do Piauí

0,607, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,613, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

25 e 26 de novembro de 2008

Grajaú (MA)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,480, UNICEF 2004

IDI do Maranhão

0,651, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,639, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

2 e 3 de dezembro de 2008

Olho d'Água das Flores (AL)	São João do Sabugi (RN)	São José da Lagoa Tapada (PB)	Solidão (PE)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,380, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,590, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,320, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,360, UNICEF 2004
IDI de Alagoas 0,574, UNICEF 2006	IDI do Rio Grande do Norte 0,670, UNICEF 2006	IDI da Paraíba 0,659, UNICEF 2006	IDI de Pernambuco 0,655, UNICEF 2006
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,606, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,725, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,551, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,581, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)
Período em que o município foi visitado para a pesquisa 12 e 13 de março de 2009	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 20 e 21 de novembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 13 e 14 de novembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 12 e 13 de novembro de 2008

REGIÃO NORTE

Ideb 2005 e 2007 dos anos iniciais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais
▶ Aurora do Pará (PA)	2,3	1,2	3,5	3	3,6	3,4	4,0	4
▶ Boa Vista (RR)	3,9	3,3	4,5	12	4,4	3,9	5,1	16
▶ Costa Marques (RO)	2,6	2,5	2,5	1	3,8	3,9	3,9	1
▶ Feijó (AC)	2,3	2,9	2,9	2	3,3	3,6	4,4	2
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	2,3	2,5	2,6	2	3,5	3,2	3,3	2
▶ Palmas (TO)	3,8	2,7	5,3	25	4,4	3,2	5,6	25
▶ Santana (AP)	3,1	2,1	3,6	7	3,8	3,1	4,6	10

Proficiência da 4ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Aurora do Pará (PA)	175,80	158,60	175,23	162,58
▶ Boa Vista (RR)	169,40	165,80	188,61	174,10
▶ Costa Marques (RO)	167,60	155,00	181,78	171,14
▶ Feijó (AC)	167,80	165,60	186,50	173,64
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	162,00	163,20	171,27	160,00
▶ Palmas (TO)	175,60	172,00	190,84	177,02
▶ Santana (AP)	165,60	161,00	179,34	168,08

Média da taxa de Aprovação dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
▶ Aurora do Pará (PA)	51,8	83,6
▶ Boa Vista (RR)	93,2	92,8
▶ Costa Marques (RO)	64,9	84,2
▶ Feijó (AC)	53,9	67,1
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	53,4	84,4
▶ Palmas (TO)	86,5	89,9
▶ Santana (AP)	74,7	85,0

Projeções do Ideb até 2021 (anos iniciais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
▶ Aurora do Pará (PA)	2,4	3,0	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
▶ Boa Vista (RR)	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
▶ Costa Marques (RO)	2,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
▶ Feijó (AC)	2,5	3,0	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	2,4	2,9	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
▶ Palmas (TO)	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,1
▶ Santana (AP)	3,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4

Ideb 2005 e 2007 dos anos finais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais
▶ Aurora do Pará (PA)	–	–	–	–	4,4	4,5	4,5	1
▶ Boa Vista (RR)	4,1	4,1	4,1	1	4,5	4,5	4,5	1
▶ Costa Marques (RO)	–	–	–	–	–	–	–	–
▶ Feijó (AC)	2,8	2,8	2,8	1	3,3	3,3	3,3	1
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	–	–	–	–	2,7	2,6	2,6	1
▶ Palmas (TO)	3,5	2,5	4,9	13	3,8	2,8	5,3	15
▶ Santana (AP)	3,1	3,3	3,3	1	3,2	2,5	3,9	4

Proficiência da 8ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Aurora do Pará (PA)	–	–	247,40	231,45
▶ Boa Vista (RR)	240,90	228,80	234,39	235,05
▶ Costa Marques (RO)	–	–	–	–
▶ Feijó (AC)	230,00	212,60	228,31	219,79
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	–	–	208,69	183,67
▶ Palmas (TO)	237,60	224,20	248,57	240,53
▶ Santana (AP)	229,60	210,40	230,97	223,78

Média da taxa de aprovação dos anos finais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
▶ Aurora do Pará (PA)	–	93,1
▶ Boa Vista (RR)	89,9	100,0
▶ Costa Marques (RO)	–	–
▶ Feijó (AC)	68,5	78,4
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	–	81,3
▶ Palmas (TO)	79,0	77,6
▶ Santana (AP)	77,1	75,6

Projeções do Ideb até 2021 (anos finais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
▶ Aurora do Pará (PA)	–	4,6	4,8	5,2	5,6	5,8	6,0	6,3
▶ Boa Vista (RR)	4,2	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
▶ Costa Marques (RO)	–	–	–	–	–	–	–	–
▶ Feijó (AC)	2,8	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	–	2,8	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
▶ Palmas (TO)	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5
▶ Santana (AP)	3,1	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1

Informações do Censo Populacional 2000

Município	População ¹			Taxa de Analfabetismo ²		Taxa de Escolarização Líquida ³	PIB ⁴
	Total	Urbana	Rural	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	
▶ Aurora do Pará (PA)	21.053	6.452	14.601	28,5	36,4	65,8	68.295,14
▶ Boa Vista (RR)	241.891	238.554	3.337	2,5	8,7	93,7	2.265.603,31
▶ Costa Marques (RO)	13.555	7.174	6.381	4,6	16	89,5	63.021,72
▶ Feijó (AC)	31.194	15.700	15.494	39,4	52,6	48,9	144.976,57
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	28.425	12.772	15.653	15,2	24,2	69,5	77.691,13
▶ Palmas (TO)	169.944	166.798	3.146	2,9	6,3	90,7	1.733.265,17
▶ Santana (AP)	91.796	90.481	1.315	4,8	14,4	91,7	500.179,95

Fonte: (1) IBGE – Contagem 2007; (2) IBGE – Censo Demográfico 2000; (3) Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade; (4) IBGE – 2005, valor em mil.

Nota: No resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem, a população é toda estimada.

Informações do Censo Escolar 2008 – Rede municipal						
Município	Número de matrículas			Número de escolas		
	Educação Básica			Educação Básica		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
▶ Aurora do Pará (PA)	1.713	4.177	5.890	9	121	130
▶ Boa Vista (RR)	11.576	310	11.886	63	7	70
▶ Costa Marques (RO)	513	1.622	2.135	3	16	19
▶ Feijó (AC)	1.965	1.759	3.724	7	72	79
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	1.999	1.691	3.690	12	112	124
▶ Palmas (TO)	20.388	859	21.247	76	12	88
▶ Santana (AP)	5.781	855	6.636	30	20	50

Informações do questionário socioeconômico da Prova Brasil 2007								
Município	Percentual de crianças da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino							
	Do sexo masculino	Da cor branca	Que moram com pai e mãe	Que realizam trabalho doméstico por mais de 3 horas	Que trabalham fora de casa	Que os pais ou responsáveis incentivam a estudar	Que entraram na escola na 1ª série do EF	Com mãe que possui pelo menos o Ensino Médio completo
▶ Aurora do Pará (PA)	37,1	33,6	42,1	7,1	18,6	72,9	12,1	15,7
▶ Boa Vista (RR)	48,5	22,0	50,5	10,2	9,1	79,8	22,7	24,3
▶ Costa Marques (RO)	50,0	10,0	36,7	10,0	23,3	100,0	30,0	10,0
▶ Feijó (AC)	49,2	21,9	64,8	14,1	21,1	89,8	28,9	14,1
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	51,8	8,0	56,3	8,9	14,3	94,6	24,1	17,9
▶ Palmas (TO)	47,6	21,7	56,7	8,0	11,8	93,1	25,0	29,1
▶ Santana (AP)	47,1	23,5	54,8	13,6	15,6	85,1	18,2	21,3

Taxa de Abandono e de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental			
Município	Localização	Taxa de Abandono de 2008	Taxa de Distorção Idade-Série de 2008
▶ Aurora do Pará (PA)	Total	10	44,6
	Rural	10,3	48,4
	Urbana	9,4	32,2
▶ Boa Vista (RR)	Total	0,5	10,5
	Rural	0	13
	Urbana	0,4	10,4
▶ Costa Marques (RO)	Total	4,5	21,9
	Rural	5,7	20,8
	Urbana	1,6	24,3
▶ Feijó (AC)	Total	10,6	33,6
	Rural	15	37,4
	Urbana	0,9	24,9
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	Total	5,9	38,3
	Rural	6,1	43,5
	Urbana	5,4	25,6
▶ Palmas (TO)	Total	0,8	14,1
	Rural	1	19,2
	Urbana	0,8	13,8
▶ Santana (AP)	Total	1,9	18,7
	Rural	4	22,6
	Urbana	1,6	18

Proporção de alunos que estudam em escolas municipais, segundo a informação se a escola possui regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação				
Município	Localização	Não possui	Possui	Está em tramitação
▶ Aurora do Pará (PA)	Urbana	0,0	36,4	63,6
	Rural	0,0	2,0	98,0
▶ Boa Vista (RR)	Urbana	0,5	49,2	50,4
	Rural	0,0	0,0	100,0
▶ Costa Marques (RO)	Urbana	0,0	0,0	100,0
	Rural	0,0	0,0	100,0
▶ Feijó (AC)	Urbana	24,3	61,1	14,6
	Rural	0,0	0,0	100,0
▶ Nova Olinda do Norte (AM)	Urbana	0,0	11,9	88,1
	Rural	0,0	1,1	98,9
▶ Palmas (TO)	Urbana	0,0	99,7	0,3
	Rural	0,0	100,0	0,0
▶ Santana AP)	Urbana	6,9	38,1	55,0
	Rural	0,0	0,0	100,0

Aurora do Pará (PA)	Boa Vista (RR)	Costa Marques (RO)	Feijó (AC)	Nova Olinda do Norte (AM)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,540, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,710, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,660, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,340, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,320, UNICEF 2004
IDI do Pará 0,650, UNICEF 2006	IDI de Roraima 0,681, UNICEF 2006	IDI de Rondônia 0,662, UNICEF 2006	IDI do Acre 0,562, UNICEF 2006	IDI do Amazonas 0,669, UNICEF 2006
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,618, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,779, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,693, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,541, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,629, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)
Período em que o município foi visitado para a pesquisa 24 e 25 de novembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 3 e 4 de dezembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 26 e 27 de novembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 2 e 3 de dezembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 5 e 6 de março de 2009

Palmas (TO)	Santana (AP)
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,720, UNICEF 2004	Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) 0,720, UNICEF 2004
IDI do Tocantins 0,654, UNICEF 2006	IDI do Amapá 0,719, UNICEF 2006
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,800, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,742, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)
Período em que o município foi visitado para a pesquisa 26 e 27 de novembro de 2008	Período em que o município foi visitado para a pesquisa 2 a 4 de dezembro de 2008

REGIÃO SUDESTE

Ideb 2005 e 2007 dos anos iniciais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais
▶ Quissamã (RJ)	3,2	2,5	3,2	3	4,5	3,7	5,1	4
▶ Recreio (MG)	3,9	4,0	4,0	1	5,2	4,4	5,9	2
▶ São Simão (SP)	3,5	2,8	5,0	2	6,0	5,8	6,2	2
▶ Vila Pavão (ES)	4,2	4,2	4,2	1	6,0	6,2	6,2	1

Proficiência da 4ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
▶ Quissamã (RJ)	174,40	168,20	206,94	187,81
▶ Recreio (MG)	178,80	175,60	211,58	197,92
▶ São Simão (SP)	191,20	168,40	285,70	246,48
▶ Vila Pavão (ES)	191,00	174,00	240,20	206,49

Média da taxa de Aprovação dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
Quissamã (RJ)	74,1	84,1
Recreio (MG)	84,5	92,8
São Simão (SP)	74,8	75,8
Vila Pavão (ES)	88,6	96,6

Projeções do Ideb até 2021 (anos iniciais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Quissamã (RJ)	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Recreio (MG)	3,9	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1
São Simão (SP)	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7
Vila Pavão (ES)	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3

Ideb 2005 e 2007 dos anos finais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais
Quissamã (RJ)	3,5	3,4	3,4	2	2,9	2,2	3,6	3
Recreio (MG)	4,3	4,3	4,3	1	4,4	4,2	4,5	2
São Simão (SP)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Pavão (ES)	4,4	4,4	4,4	1	4,2	4,1	4,1	1

Proficiência da 8ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
Quissamã (RJ)	243,30	230,80	228,16	229,00
Recreio (MG)	268,80	249,90	255,34	243,17
São Simão (SP)	-	-	-	-
Vila Pavão (ES)	250,30	226,40	258,23	238,31

Média da taxa de Aprovação dos anos finais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
Quissamã (RJ)	75,8	69,4
Recreio (MG)	81,3	87,9
São Simão (SP)	-	-
Vila Pavão (ES)	95,5	84,4

Projeções do Ideb até 2021 (anos finais)								
Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Quissamã (RJ)	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
Recreio (MG)	4,4	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,2
São Simão (SP)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Pavão (ES)	4,4	4,6	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3

Informações do Censo Populacional 2000							
Município	População ¹			Taxa de Analfabetismo ²		Taxa de Escolarização Líquida ³	PIB ⁴
	Total	Urbana	Rural	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	
Quissamã (RJ)	17.032	9.980	7.052	3,6	15,7	92,1	1.489.799,14
Recreio (MG)	10.112	9.013	1.099	2,4	15,6	91,0	40.008,30
São Simão (SP)	13.698	12.223	1.475	2,2	6,4	95,3	149.639,40
Vila Pavão (ES)	8.631	2.625	6.006	2	20,2	93,0	71.682,78

Fonte: (1) IBGE – Contagem 2007; (2) IBGE – Censo Demográfico 2000; (3) Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade; (4) IBGE – 2005, valor em mil.

Nota: No resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem, a população é toda estimada.

Informações do Censo Escolar 2008 – Rede Municipal							
Município	Número de matrículas			Número de escolas			Total
	Educação Básica			Educação Básica			
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	
Quissamã (RJ)	3.310	556	3.866	21	15		36
Recreio (MG)	1.270	0	1.270	13	0		13
São Simão (SP)	1.042	0	1.042	7	0		7
Vila Pavão (ES)	821	803	1.624	4	39		43

Informações do questionário socioeconômico da Prova Brasil 2007								
Município	Percentual de crianças da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino							
	Do sexo masculino	Da cor branca	Que moram com pai e mãe	Que realizam trabalho doméstico por mais de 3 horas	Que trabalham fora de casa	Que os pais ou responsáveis incentivam a estudar	Que entraram na escola na 1ª série do EF	Com mãe que possui pelo menos o Ensino Médio completo
Quissamã (RJ)	49,8	20,6	52,2	5,3	7,3	96,7	10,0	19,3
Recreio (MG)	14,0	11,0	5,0	9,0	6,0	85,0	8,0	18,0
São Simão (SP)	49,0	31,7	68,3	9,6	5,8	98,1	14,4	14,4
Vila Pavão (ES)	42,1	50,0	81,6	10,5	5,3	94,7	5,3	23,7

Taxa de Abandono e de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Município	Localização	Taxa de Abandono de 2008	Taxa de Distorção Idade-Série de 2008
■ Quissamã (RJ)	Total	0,8	30,6
	Rural	0,8	35,9
	Urbana	0,7	29,4
■ Recreio (MG)	Total	0,8	13,3
	Urbana	0,8	13,3
■ São Simão (SP)	Total	0,9	20,3
	Urbana	0,9	20,3
■ Vila Pavão (ES)	Total	0	12,3
	Rural	0	14,6
	Urbana	0	8

Proporção de alunos que estudam em escolas municipais, segundo a informação se a escola possui regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação

Município	Localização	Não possui	Possui	Está em tramitação
■ Quissamã (RJ)	Rural	0,0	100,0	0,0
	Urbana	0,0	100,0	0,0
■ Recreio (MG)	Urbana	0,0	100,0	0,0
■ São Simão (SP)	Rural	0,0	100,0	0,0
■ Vila Pavão (ES)	Rural	0,0	100,0	0,0
	Urbana	0,0	100,0	0,0

Quissamã (RJ)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,740, UNICEF 2004

IDI do Rio de Janeiro

0,806, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,732, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

1 e 2 de dezembro de 2008

Recreio (MG)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,730, UNICEF 2004

IDI de Minas Gerais

0,715, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,746, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

27 e 28 de novembro de 2008

São Simão (SP)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,840, UNICEF 2004

IDI de São Paulo

0,856, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,801, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

27 e 28 de novembro de 2008

Vila Pavão (ES)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,670, UNICEF 2004

IDI do Espírito Santo

0,781, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,688, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa

20 e 21 de novembro de 2008

REGIÃO SUL

Ideb 2005 e 2007 dos anos iniciais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos iniciais
Ituporanga (SC)	4,0	3,6	3,6	1	5,5	4,3	6,2	3
Peabiru (PR)	3,4	2,1	4,0	5	5,1	4,6	5,7	5
Pejuçara (RS)	3,3	3,2	3,2	1	4,7	4,7	4,7	1

Proficiência da 4ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
Ituporanga (SC)	178,00	161,60	221,00	195,21
Peabiru (PR)	157,40	147,40	214,60	187,85
Pejuçara (RS)	165,60	152,00	191,04	179,85

Média da taxa de Aprovação dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
Ituporanga (SC)	91,8	94,5
Peabiru (PR)	93,2	92,8
Pejuçara (RS)	84,1	95,6

Projeções do Ideb até 2021 (anos iniciais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Ituporanga (SC)	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
Peabiru (PR)	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Pejuçara (RS)	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5

Ideb 2005 e 2007 dos anos finais das redes municipais

Município	Ideb 2005	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais	Ideb 2007	Mínimo	Máximo	Nº de escolas com Ideb nos anos finais
Ituporanga (SC)	4,3	4,3	4,3	1	4,1	4,1	4,1	1
Peabiru (PR)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pejuçara (RS)	-	-	-	-	2,8	2,8	2,8	1

Proficiência da 8ª série (Prova Brasil 2005 e 2007)

Município	2005		2007	
	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa	Nota de Matemática	Nota de Língua Portuguesa
Ituporanga (SC)	251,00	236,60	243,13	230,86
Peabiru (PR)	-	-	-	-
Pejuçara (RS)	-	-	229,22	216,13

Média da taxa de Aprovação dos anos finais do Ensino Fundamental (2005 e 2007)

Município	2005	2007
Ituporanga (SC)	89,2	89,0
Peabiru (PR)	-	-
Pejuçara (RS)	-	70,6

Projeções do Ideb até 2021 (anos finais)

Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Ituporanga (SC)	4,3	4,5	4,8	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2
Peabiru (PR)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pejuçara (RS)	-	3,0	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,8

Informações do Censo Populacional 2000

Município	População ¹			Taxa de Analfabetismo ²		Taxa de Escolarização Líquida ³	PIB ⁴
	Total	Urbana	Rural	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	
Ituporanga (SC)	20.495	13.045	7.450	0,8	6,5	96,7	249.577,00
Peabiru (PR)	12.945	10.752	2.193	1,5	15,3	94,4	104.220,80
Pejuçara (RS)	3.814	2.504	1.310	0,4	6,3	96,6	36.047,46

Fonte: (1) IBGE – Contagem 2007; (2) IBGE – Censo Demográfico 2000; (3) Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade; (4) IBGE – 2005, valor em mil.

Nota: No resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem, a população é toda estimada.

Informações do Censo Escolar 2008 – Rede Municipal

Município	Número de matrículas			Número de escolas		
	Educação Básica			Educação Básica		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Ituporanga (SC)	1.594	346	1.940	19	9	28
Peabiru (PR)	1.392	42	1.434	12	4	16
Pejuçara (RS)	380	20	400	5	2	7

Informações do questionário socioeconômico da Prova Brasil 2007

Município	Percentual de crianças da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino							
	Do sexo masculino	Da cor branca	Que moram com pai e mãe	Que realizam trabalho doméstico por mais de 3 horas	Que trabalham fora de casa	Que os pais ou responsáveis incentivam a estudar	Que entraram na escola na 1ª série do EF	Com mãe que possui pelo menos o Ensino Médio completo
Ituporanga (SC)	52,6	67,4	69,5	17,9	21,1	97,9	16,8	14,7
Peabiru (PR)	50,4	40,3	62,4	12,4	15,5	86,7	12,8	16,4
Pejuçara (RS)	52,0	52,0	72,0	12,0	24,0	88,0	0,0	12,0

Taxa de Abandono e de Distorção Idade-Série dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Município	Localização	Taxa de Abandono de 2008	Taxa de Distorção Idade-Série de 2008
Ituporanga (SC)	Total	0	7,4
	Rural	0	7,7
	Urbana	0	7,2
Peabiru (PR)	Total	0	5,8
	Rural	0	12
	Urbana	0	5,6
Pejuçara (RS)	Total	0	14,9
	Rural	0	5,6
	Urbana	0	16,4

Proporção de alunos que estudam em escolas municipais, segundo a informação se a escola possui regulamentação no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação

Município	Localização	Não possui	Possui	Está em tramitação
Ituporanga (SC)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0
Peabiru (PR)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0
Pejuçara (RS)	Urbana	0,0	100,0	0,0
	Rural	0,0	100,0	0,0

Ituporanga (SC)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,830, UNICEF 2004

IDI de Santa Catarina

0,828, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,825, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa 3 e 4 de dezembro de 2008

Peabiru (PR)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,750, UNICEF 2004

IDI do Paraná

0,776, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,736, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa 18 e 19 de novembro de 2008

Pejuçara (RS)

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

0,810, UNICEF 2004

IDI do Rio Grande do Sul

0,739, UNICEF 2006

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,796, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2000)

Período em que o município foi visitado para a pesquisa 13 e 14 de novembro de 2008







Ministério
da Educação